

LAZER, TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL:

Intervenção com idosos

Christianne Gomes

Marcos Pinheiro

Leonardo Lacerda

Editora UFMG

2010

Ficha Técnica

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Esporte

Orlando Silva de Jesus Júnior

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer

Rejane Penna Rodrigues

Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitor

Clelio Campolina

Diretor da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Emerson Silami Garcia

Chefe do Departamento de Educação Física

Luciano Sales Prado

Coordenadora Pedagógica do Centro de Estudos de Lazer e Recreação (CELAR)
/Grupo OTIUM – Lazer, Brasil & América Latina

Christianne Luce Gomes

Núcleo da Rede CEDES/EEFFTO/UFMG/COORDENAÇÃO

Meily Assbú Linhales (Coordenadora geral); Christianne Gomes; Hélder Isayama; José Alfredo Oliveira Debortoli, Tarcísio Mauro Vago

Ficha catalográfica

G6331	<p>Gomes, Christianne Luce.</p> <p>Lazer, turismo e inclusão social: Intervenção com idosos / Christianne Gomes, Marcos Pinheiro, Leonardo Lacerda. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2010.</p> <p>90 p. : il.</p> <p>Inclui referências.</p> <p>ISBN: 978-85-7041-818-0</p> <p>1. Educação inclusiva. 2. Lazer e educação. 3. Turismo. 4. Idosos -- Educação. I. Pinheiro, Marcos. II. Lacerda, Leonardo. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 374</p> <p style="text-align: right;">CDU: 379.8-053.9</p>
-------	--

Elaborada pela DITTI – Setor de Tratamento da Informação

Biblioteca Universitária da UFMG

SUMÁRIO

Apresentação

Texto da "orelha" do livro

Prefácio

Introdução

Capítulo 1: Lazer e turismo

1.1 Lazer: Uma introdução à temática

1.2 Turismo: Iniciando a discussão

1.3 Lazer e turismo: Articulações

Capítulo 2: Fundamentos políticos de inclusão social

2.1 Cidadania: Um princípio em construção

2.2 Direitos sociais: Questão de acesso e participação

2.3 Políticas públicas, participação e inclusão social

Capítulo 3: Velhice: Realidades e perspectivas

3.1 Velhice, um novo passado

3.2 A velhice como processo social e construção cultural

3.3 Contribuições do lazer e do turismo para ressignificar a velhice

Capítulo 4: Estratégias de intervenção

4.1 Esclarecimentos preliminares sobre intervenção educativa

4.2 Mapeando algumas propostas

4.3 Considerações finais

Referências

Apresentação

Este livro, resultado de rico trabalho de pesquisa de nossos companheiros da Rede CEDES da UFMG, contribui para uma reflexão tão necessária e atual, no que diz respeito ao idoso. Transversalidade, intersectorialidade, multidisciplinariedade deixam de ser conceitos e teorias abstratas e passam a ocupar lugar concreto na organização da vida cotidiana dos cidadãos. E isto é altamente positivo para a toda a sociedade.

Além disso, esse estudo destaca o reconhecimento de que a população brasileira da faixa etária acima de 60 anos tem crescido muito nas últimas décadas e, por apresentar características próprias, requer um tratamento que responda as suas demandas socioculturais de forma diferenciada. Sendo assim, isso exige dos pesquisadores, estudiosos e gestores um olhar mais atento para as necessidades desses sujeitos e intervenção adequada a cada uma delas. Garantir um atendimento qualificado pressupõe, ainda, boa base de conhecimento da realidade social local.

Viver o lazer por meio do turismo aumenta consideravelmente o processo de integração entre os idosos e deles com as demais faixas etárias e lugares. E este é um nobre objetivo a ser perseguido. Viajar, para quem gosta, é uma valiosa experiência cultural, de reconhecimento e valorização de identidades e de sociabilidade em qualquer época da vida.

Acreditamos que ao apresentar dados específicos relativos à vivência do Lazer no Turismo do idoso, estes poderão também ser um incentivo a mais aos prestadores de serviços a essa parcela da população, agentes e operadoras, de maneira que eles preparem-se melhor para o atendimento a esse público.

Por isso, convido você a ler e viver as possibilidades que essa pesquisa abre a todos nós. Boa leitura a todos!

Rejane Penna Rodrigues

Texto da “orelha” do livro

Na literatura científica há uma certa “fronteirização” a inibir uma aproximação real entre o lazer e o turismo, que se reflete em uma verdadeira disputa de poder ou de relevância científica. Este é o ponto central deste livro que rompe com esse paradigma e provoca os estudiosos de ambos os campos a considerar outros aspectos em busca de um diálogo profícuo com base na realidade atual.

Para tanto, devemos não só discutir distintas abordagens sobre o lazer e o turismo, mas também um aspecto fundamental na aproximação entre ambos: a inclusão social a partir da compreensão do que é a cidadania, os direitos sociais e as políticas públicas.

Os autores deste livro foram corajosos e inovadores ao tratar dessa tríade – lazer, turismo e inclusão social -, em um texto profundo, mas compreensível, claro e provocador. E elegeram um segmento de público a ser enfatizado nesse contexto: os idosos, cuja participação na população brasileira vem crescendo progressivamente, e que representa uma fase da nossa vida marcada por “ganhos” além de “perdas”.

Lendo este livro percebemos claramente a mensagem dos autores: o “lazer e turismo assumem um papel fundamental no pleno exercício da cidadania, devendo integrar a vida cotidiana de todas as pessoas, inclusive das pessoas idosas”. Percebemos então que a problemática se estende a todos os outros segmentos de público, dos mais jovens aos mais idosos, dos “massivos” aos “seletivos” e “alternativos.

Mas, surpreendentemente, este texto não se limita somente nesse foco, o que já seria muito bem vindo. Leva-nos também a refletir em como podemos intervir de forma educativa por meio de estratégias que “estimulem as pessoas”, e os organismos públicos e privados, “a participarem criticamente” em suas vivências de turismo e de lazer, “dialogando com a nossa realidade mais ampla”.

Ao terminar a leitura deste livro, você, caro leitor, preocupado com a construção de uma sociedade mais justa e responsável poderá encontrar as suas próprias respostas para duas questões centrais formuladas pelos autores: Em nossa sociedade, quais pressupostos e subsídios são importantes para que a atuação profissional no âmbito do lazer e do turismo seja baseada na inclusão social? Considerando as realidades da velhice, quais estratégias de intervenção podem colaborar com o processo de educação e de inclusão social de pessoas idosas?

Boa leitura!

Mirian Rejowski

Prefácio

O envelhecimento da população tem nos desafiados a pensar e agir de maneira mais presente e ativa em relação ao sênior, grupo composto pelas pessoas que ultrapassam a faixa dos 60 ou 65 anos. Em termos de políticas públicas, os desafios pressupõem que as mesmas atendam, digamos, às necessidades básicas dessa faixa etária (saúde, moradia, alimentação...), mas também às novas e crescentes demandas por atividade de lazer e viagens. Posta a questão, é necessário analisá-la em seus desdobramentos como, por exemplo, a nossa atual relação com o tempo. Enquanto para as gerações anteriores, o tempo era uma questão dada, que não demandaria uma reflexão mais aprofundada, hoje, convivemos com diferentes percepções em relação a ele. Senão, vejamos.

Enquanto nas culturas tradicionais, as lógicas de vida indicavam o passado como tempo de referência, a modernidade priorizou o futuro. Significa dizer que, assim como o amanhã seria, sempre, um tempo melhor do que o hoje, independente do que viesse a ocorrer, as gratificações também viriam apenas neste novo momento. Do salário no fim do mês às férias após 12 meses de trabalho, do estudar muito para chegar ao bom emprego, às práticas prazerosas postergadas para o quando a aposentadoria chegasse. O amanhã servia de demarcador, inclusive e em especial, ao lazer e ao prazer.

Na atualidade, então, teríamos a convergência de dois processos. Primeiro, a geração da modernidade que viveu à espera da aposentadoria para gozar os melhores momentos da vida, chegando à idade sênior em condições físicas, mentais e mesmo econômicas de usufruir o seu sonho de vida. Segundo, uma nova mudança no paradigma temporal, em que a lógica de passado e a lógica de futuro deram lugar à prioridade ao presente, as pessoas não mais desejando postergar o lazer e o prazer, ou, no caso dos seniores, a não querer viver, apenas, de memórias e das nostalgias a ela associadas. Desejar o lazer e o prazer no hoje significa dizer que os novos comportamentos sociais passam a ser demandados como aspirações legítimas de todas as pessoas (e não de alguns segmentos, econômico ou etário, específicos) e, nesses termos, se espera que estejam incluídos em políticas públicas.

No Brasil, em especial, se tendeu a tratar o lazer e as viagens como luxos burgueses e produtos no mercado, o econômico anulando a importante ênfase social e cultural de ambas as atividades. Agora, se espera que a concepção seja mudada e textos como este: LAZER, TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL: FUNDAMENTOS & ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO COM IDOSOS, de Christianne Gomes, Marcos Pinheiro e Leonardo Lacerda,

são de extrema oportunidade e importância, para que a reflexão teórica acompanhe o que está acontecendo nas práticas da sociedade.

O usufruto do lazer e das viagens são experiências de vida tão fundamentais, que costumam extrapolar o momento e se colocar de maneira especial na memória de quem os vivenciou. Pesquisa recente realizada na Serra Gaúcha com idosos¹ buscou resgatar a memória das experiências dos mesmos em relação ao lazer e às viagens no quando eram jovens, um tempo propositalmente indeterminado, mas que nas falas dos velhos entrevistados pelos pesquisadores, acabou reportando ao período entre 1930 e 1950. Se hoje os entrevistados vivem em uma das mais importantes regiões turísticas do país, na primeira metade do século XX a infraestrutura de estradas, transportes e hotéis ali instalados, ainda era precária. Os deslocamentos ainda seriam feitos por piquetes abertos no meio da mata e percorridos a pé ou com tração animal, e apenas entre as “famílias mais ricas, essas viagens eram feitas em charretes, puxadas por cavalos”, como explica uma das entrevistadas.

As dificuldades não ficavam resumidas aos deslocamentos e viagens em si, por estradas precárias ou mesmo inexistentes, mas incluíam a falta de estruturas complementares ao viajar. Os viajantes eram obrigados a providenciar pessoalmente a alimentação a ser consumida durante o percurso, na forma de alimentos não perecíveis como pão, queijo e embutidos, além do vinho, todos preparados no ponto de partida e que deveriam durar até o final da viagem. Mas, mesmo assim, as viagens não deixaram de ocorrer e foram cuidadosamente guardadas entre as boas lembranças.

O caminhão foi citado nas entrevistas como meio de transporte, utilizado após a década de 1941. Ferramenta de trabalho, também servia aos deslocamentos de lazer, fundamentalmente quando havia alguma festa na região ou, importante e recorrente em muitas falas, para participação em jogos de futebol. As pessoas viajavam na carroceria, sem nenhum tipo de conforto ou segurança, mas, mesmo assim, na lembrança dos idosos essas viagens eram divertidas: “Sempre que se viajava era uma festa”, como colocado por uma entrevistada de 67 anos. A mesma senhora destacou: “E aí, a viagem que a gente fazia era pra fazer torcida de futebol, que já tinha naquela época. Que o nono, o vô, era goleiro. Naquela época os meus irmãos jogavam. [...] A gente ia junto, de caminhão. E a gente gritava, fazia torcida, brigava...”

O imaginário alimentado em relação ao lazer e às viagens é tão forte, que nele se destaca o prazer, em que pese todas as dificuldades. Outro fator importante é que a viagem não era medida pela distância percorrida ou pelo tempo despendido,

¹ POSSAMAI, A.M, GASTAL, S e NEGRINE, A. “A viagem na memória do idoso”. Anais do Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação, 2009.

estando sua construção de sentido associada ao sair das rotinas do pequeno mundo doméstico. O que a pesquisa também mostra é que a motivação dos deslocamentos evolui, sendo associada nos tempos mais remotos a obrigações religiosas, como a missa, e a presença em rituais sociais como casamentos, funerais e batizados; décadas depois, com melhoria da infraestrutura de transporte, a motivação estará associada com a maior liberdade dos então jovens, após o casamento. Como explica uma entrevistada: "Passei a fazer algumas pequenas viagens depois que casei, mas eram apenas para casa de parentes meus ou do meu falecido marido, já que antigamente os hotéis eram muito caros, somente os ricos é que se hospedavam". A terceira etapa do lazer na vida dos idosos está associada à fase em que os filhos já estão encaminhados na vida e que o trabalhar deixa de ser a prioridade. A filha de uma entrevistada, de 63 anos, explicou em relação aos próprios pais: "Com apoio dos filhos meus pais começaram a frequentar grupos da melhor idade e participar de diversas atividades, entre elas as viagens. O humor e o ânimo deles melhoraram muito".

No momento atual, as facilidades de infraestrutura estimulam os seniores a viajar, ainda segundo a pesquisa: "[...] agora a gente vai mais longe, né. Eu fui conhecer Brasília. Muitos na minha idade não conhecem. Fui para Goiás, fui pra Caldas Novas, fui pra Piratuba, aqui pra Santa Catarina. E pretendo visitar o Rio de Janeiro e muitos outros lugares. Se Deus me permitir um pouco de saúde e sobrar um pouco de dinheiro, né." Por fim, os depoimentos registram o prazer da viagem no atual momento de vida do idoso, por abrir novas perspectivas de mundo: "Ah, juventude sempre é bom. A gente vai passear e tem, como é que se diz?, sonhos, né. Sonhos... E depois a gente sonha que é uma coisa e na verdade é outra, mas também não foi ruim, e nem agora está sendo. [...] Teria tanta coisa pra contar... [...] Tenho 67 anos, mas pelo menos eu conheci. Como eu to dizendo, tem mulheres da minha idade que não conhecem o que eu conheci, o que eu vi, e eu pretendo ir, de vez em quando, dar mais uma passeada, me distrair. " A mesma depoente reforça: "E dou mais um conselho: que vão conhecer! Conhecer, porque a gente não vai ficar aqui pra sempre."

Então, que seja bem-vindo este LAZER, TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL, e que ele leve a outros depoimentos como os aqui apresentados.

SUSANA GASTAL²

² Doutor. Professor e pesquisador do Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul/RS.

Introdução

Observa-se atualmente, no Brasil, o expressivo crescimento da população idosa. Hoje, cerca de 14,5 milhões de brasileiros têm mais de 60 anos de idade, o que corresponde a quase 10% da população brasileira. De acordo com os dados do IBGE (2004), em 1980 para cada 100 crianças havia 16 idosos(as). Em 2000, para as mesmas 100 crianças já havia 30 idosos(as), quase o dobro em um período de apenas 20 anos. Grupos e instituições chamam a atenção para este fato, pois o expressivo crescimento demográfico da população idosa vem sendo acompanhado de novas demandas sociais, como: saúde, assistência social, nutrição, infra-estrutura urbana, lazer e serviços das mais diversas naturezas.

Ao contrário dos países desenvolvidos que constituíram uma cultura de apoio e valorização ao idoso, principalmente por estar enfrentando este processo há mais tempo, nações em desenvolvimento, como o Brasil, carecem de pesquisas que permitam aprofundar conhecimentos com vistas a qualificar a intervenção junto a essa população.

Essa situação se agrava quando o que está em pauta é a conquista do lazer, esfera da vida humana que representa um dos fatores básicos para o exercício da cidadania e da busca de uma vida com mais sentido e qualidade mas que, cada vez mais, vem sendo reduzido a simples atividades que reforçam, lamentavelmente, as desigualdades verificadas em nossa realidade. A situação agrava-se, ainda, quando se pensa que, tradicionalmente, o turismo é enfatizado apenas como um produto a ser comercializado, o que acaba estimulando o consumo passivo e alienante.

Experiências de lazer e de turismo, assim, deveriam ser concebidas e vivenciadas como fenômenos socioculturais em estreita relação, com potencial de mobilizar (re)descobertas de pessoas, lugares, culturas, naturezas e vivências lúdicas, em um contínuo e significativo processo de reflexão, conhecimento, partilha e transformação. Vistos por este ângulo, lazer e turismo assumem um papel fundamental no pleno exercício da cidadania, devendo integrar a vida cotidiana de todas as pessoas, inclusive das pessoas idosas.

Esta realidade implica, por um lado, ampliarmos o acesso e o conhecimento deste grupo social a vivências e a saberes relacionados ao lazer e ao turismo. Por outro lado, implica considerar aspectos de suma importância, como a qualificação de agentes e profissionais para atuar junto a este segmento social, sensíveis as características, necessidades, limitações e anseios das pessoas idosas.

Frente a este cenário, este livro aborda duas questões principais: Em nossa sociedade, quais pressupostos e subsídios são importantes para que a atuação

profissional no âmbito do lazer e do turismo seja baseada na inclusão social? Considerando as realidades da velhice, quais estratégias de intervenção podem colaborar com o processo de educação e de inclusão social de pessoas idosas?

Assim, este livro objetiva compreender o lazer e o turismo como direitos do cidadão, discutir aspectos relacionados à velhice em nossa realidade e refletir sobre possibilidades de intervenção nesse âmbito. Para isso, foi elaborado a partir de uma “pesquisa básica” que pretendeu aproximar a literatura de questões próprias da realidade vivida, concreta e cotidianamente, em nossa sociedade.

Procuramos, neste livro, adotar uma linguagem clara e acessível. O primeiro capítulo é dedicado à discussão do lazer e do turismo em nosso meio, enfatizando as peculiaridades, interfaces, limites e possibilidades desses fenômenos. O segundo capítulo propõe aprofundar conhecimentos sobre fundamentos políticos de inclusão social, abordando vários temas relevantes neste âmbito, como cidadania, direitos, políticas públicas e sociais. O terceiro capítulo, por sua vez, pretende instigar reflexões e apresentar elementos que nos auxiliem a compreender a velhice, uma fase da vida marcada não somente por “perdas”, mas também por “ganhos”. Fase que também pode ser ressignificada por meio de vivências críticas e criativas de lazer e turismo – desde que essas vivências sejam comprometidas com o efetivo exercício da cidadania. Finalmente, o quarto e último capítulo discute aspectos relacionados à múltiplas possibilidades de intervenção educativa no âmbito do lazer e do turismo – intervenção pautada, sobretudo, na inclusão social de pessoas idosas.

O tratamento desse tema é relevante porque as políticas públicas brasileiras e latino-americanas nas áreas do esporte, lazer e turismo carecem de pesquisas dedicadas a promover aprofundamentos teórico-práticos. Além disso, refere-se a aspectos que integram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Constituição Federal do Brasil e o Estatuto do Idoso, entre outros documentos de referência no Brasil, o que mostra a importância de trabalhar esses temas no sentido de qualificar agentes e profissionais para atuar, especialmente, com pessoas idosas.

Esperamos que esta obra forneça indicativos que, futuramente, contribuam com a formação de agentes qualificados para atuar com o lazer e o turismo, junto a este segmento social, na perspectiva da inclusão social. Espera-se também colaborar com as políticas públicas democráticas nos campos do esporte, do lazer e do turismo, ampliar o acesso de pessoas idosas a experiências mais críticas, criativas, lúdicas e significativas, bem como potencializar propostas, destinos e atrativos turísticos no Brasil. Estes desafios, contudo, serão conquistados a médio e longo prazos, beneficiando pessoas idosas, comunidades e agentes locais, grupos e instituições públicas, privadas e do terceiro setor comprometidos com a inclusão social. Nossa expectativa é que este livro seja, assim, mais uma contribuição neste sentido.

Capítulo 1: Lazer e turismo

1.1 Lazer: Uma introdução à temática

O lazer no senso comum e as influências da indústria do entretenimento

No Brasil, quando se pensa em “lazer”, em geral as associações mais frequentes a esta palavra são “tempo livre”, “prazer” e “liberdade”. Essas interpretações podem indicar que o lazer é uma esfera da vida humana oposta ao trabalho produtivo, que, em nosso contexto, normalmente é entendido como algo penoso e como uma obrigação cansativa. Assim, o lazer costuma ser visualizado mais como uma possibilidade de fuga ou alívio das tensões verificadas no dia a dia.

Ao focar o lazer por este ângulo podemos restringi-lo a passatempos e distrações que, apesar de serem interessantes, podem ser alvos de propostas que têm como intenção desviar a nossa atenção de questões sociais, culturais, econômicas e políticas que marcam a sociedade atual. Como observa Gomes (2008), isso pode ter raízes profundas, como aquelas típicas da Roma antiga, onde era comum a prática do “pão e circo” adotada pelos segmentos hegemônicos com o intuito de despolitizar a população, fazendo-a esquecer seus problemas estruturais que marcavam aquela sociedade – como retratado, por exemplo, no filme “Gladiador”.

Além disso, atualmente verifica-se a crescente oferta de produtos visando o consumo de bens e de serviços de lazer, com destaque para os videogames, jogos eletrônicos e virtuais, programas televisivos, computadores, Internet, cinemas, academias, boates, shows artísticos e pacotes turísticos, entre outras opções facilmente encontradas em nosso contexto, principalmente nas grandes cidades.

Produtos como esses fazem parte da chamada indústria do entretenimento, que se baseia na padronização de bens e serviços de lazer voltados para públicos massificados. Como milhões de pessoas participam dessa indústria, buscam-se estratégias de reprodução que, por sua vez, justificam-se pelas próprias necessidades dos consumidores, como salientado por Werneck e Isayama (2001).

Nesse sentido, é fundamental assumir uma posição mais ativa nos processos de consumo, buscando refletir sobre o contexto e sobre si mesmo, evitando que a distração e a alienação acabem sendo uma frequente válvula de escape para o medo de pensar, de enfrentar a realidade e as dificuldades nela presentes.

Como observam Werneck e Isayama (2001, p. 65):

o lazer não se restringe ao consumo alienado, proporcionado por meio das oportunidades que padronizam gostos e preferências; que tratam os sujeitos como se fossem meros objetos desprovidos de histórias de vida particulares e que ignoram as questões culturais, políticas e sociais mais amplas que nos constituem.

Assim, o lazer não deve ser entendido apenas como um produto da indústria do entretenimento. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o lazer passou a ser formalmente reconhecido como um “direito social”³; sendo também abordado outras duas vezes no mesmo documento: na seção que trata “Da educação, da cultura e do desporto”⁴ e na que discute aspectos “Da família, da criança, do adolescente e do idoso”⁵. É importante lembrar que a Constituição de 1988, em vigor, aborda muitas questões que ainda estão longe de serem visualizadas no cotidiano do povo brasileiro, sendo significativas as desigualdades verificadas em nosso país.

Lazer como direito

O reconhecimento do lazer como um direito de cidadania deve ser visto como uma grande conquista. Afinal, a sua presença nos documentos legais nos permite reivindicar do poder público, da iniciativa privada e dos demais setores da nossa sociedade os recursos necessários para concretizá-lo na vida cotidiana da população (GOMES, 2008). Nesse sentido, é essencial ampliar a nossa visão de lazer compreendendo-o como um direito garantido constitucionalmente a todos os cidadãos brasileiros e brasileiras, como será tratado no próximo capítulo.

Outro aspecto importante a ser mencionado refere-se à necessidade de relativizarmos a idéia de que para vivenciar o lazer é necessário dispor de muito dinheiro para consumir os produtos da indústria do entretenimento. Devemos lutar pela ampliação do poder aquisitivo da população brasileira, por uma sociedade mais justa e inclusiva e pelo direito de acesso ao patrimônio cultural coletivamente construído, mas, podemos vivenciar um lazer de qualidade a partir de opções que não requerem muitos gastos também.

Para isso, o lazer precisa ter sentido para as pessoas que o usufruem, representar uma possibilidade de mobilização e engajamento político, facilitar a criação de redes de sociabilidade e estimular a reflexão sobre nossa sociedade, tendo em vista torná-la mais digna e justa. Nesse âmbito, precisamos reconhecer, legitimar, incentivar e valorizar as vivências de lazer criadas pelo próprio sujeito e pela comunidade: seja confeccionando seus próprios brinquedos, jogos e divertimentos,

³ Artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (1988, p. 12).

⁴ Seção III (Do Desporto), Artigo 217, no parágrafo 3º do item IV: “O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social” (1988, p. 143).

⁵ Artigo 227: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer [...]” (BRASIL, 1988, p. 148).

realizando festas e reuniões de confraternização entre amigos, batendo papo ou contando “causos” e histórias, lendo um livro, passeando, assistindo/debatendo um filme com pessoas do nosso círculo ou até mesmo praticando esporte e outras práticas corporais, entre outras incontáveis opções de lazer.

Essas e outras questões vêm sendo pesquisadas no chamado “campo de estudos do lazer”, evidenciando a importância que esse tema vem ganhando na realidade brasileira, e em outros países, principalmente nos últimos anos.

Estudos e compreensões sobre o lazer no Brasil

Os estudos sobre a temática do lazer no Brasil, de forma geral, buscam fundamentos teóricos nas ciências humanas e sociais. Inicialmente, despertaram o interesse de sociólogos e educadores, mas, hoje em dia, constatamos o envolvimento de profissionais de diversas formações: arquitetos, administradores, antropólogos, economistas, geógrafos, historiadores, professores de educação física e profissionais do turismo, entre vários outros, revelando que o lazer é uma temática multidisciplinar e, por essa razão, pode ser estudada e desenvolvida em diferentes perspectivas.

No que se refere aos estudos sobre o lazer, a pesquisa de Gomes e Rejowski (2005) procurou identificar e analisar as dissertações de mestrado e as teses de doutorado defendidas sobre o tema, no Brasil, no período de 1972 a 2001. As autoras verificaram que a década de 1990 demarca a consolidação de interesse pelos estudos sobre o lazer, com 198 teses defendidas no período em comparação com as 32 concluídas em 1980 e as 14 teses finalizadas em 1970. Foi constatado, ainda, que a produção científica relacionada ao lazer alcança um pico no ano 2000 com a defesa de 74 teses, enquanto nos anos de 1973, 1974 e 1977 a pesquisadora não encontrou nenhum trabalho.

Considerando o campo dos estudos sistematizados, como os autores compreendem o lazer?

Recuando no tempo, um dos conceitos que mais tiveram repercussão no Brasil a partir da década de 1970 foi elaborado pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier, que contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento dos estudos do lazer em nosso país. Segundo o próprio autor, lazer seria:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (1973, p. 34)

Por meio dessa visão é possível averiguar elementos que, de acordo com o autor, são constituintes do lazer. Um deles é o “aspecto pessoal”, considerando as

funções de descanso, divertimento e desenvolvimento da personalidade que são propiciadas pelo lazer. Outro seria o “aspecto desinteressado”, uma vez que no lazer não existiria um fim utilitário, como lucrativo, ideológico, material, etc. O “aspecto hedonístico” diz respeito à busca, mas nem sempre o alcance, do estado de satisfação por intermédio da atividade de lazer. Por fim, o autor destaca o “aspecto liberatório”, ou seja, além de ser resultado de uma escolha pessoal livre, o lazer estaria liberto de obrigações institucionais, ligadas à família, religião, profissão, política, etc. (DUMAZEDIER, 1979).

O aspecto tempo surge como outro identificador do lazer, sendo muitas vezes assimilado como “tempo livre”. Porém, Parker (1978) e Dumazedier (1979) chamam a atenção para o fato de que esse tempo não é livre das coações impostas na sociedade. Então, estudiosos do tema procuram utilizar outras expressões consideradas mais apropriadas para esclarecer que tipo de tempo é este que constitui o lazer.

Marcellino (1987), por exemplo, expressa sua preferência pelo termo “tempo disponível”, preocupado tanto com as coações e normas de conduta social quanto com o tempo do desempregado (tempo desocupado), que não pode ser cabalmente considerado como de lazer, uma vez que não ‘e decorrente de livre escolha.

Bramante (1998), assim como Gomes (2004), utilizam a expressão “tempo conquistado”. Gomes (2004, 2008) explica que o lazer não se restringe aos períodos institucionalizados (férias, finais de semana, após o expediente de trabalho) e que o tempo de lazer, em uma sociedade ambígua e contraditória como a nossa, constitui relações dialéticas com o tempo das obrigações de diversas naturezas, como sociais, familiares e profissionais.

Apesar da contribuição trazida por Dumazedier, algumas de suas idéias foram repensadas por outros estudiosos brasileiros, como pondera Gomes (2004). Uma delas diz respeito a compreensão de lazer como um “conjunto de ocupações”, o que supõe que a pessoa tenha que estar sempre “ocupada” com alguma atividade e desconsidera o ócio como uma manifestação cultural possível de ser vivenciada nesses momentos. Outro questionamento ao pensamento do autor recai sobre a dificuldade verificada, na vida social, de estabelecer fronteiras absolutas entre as obrigações (familiares, sociais, políticas e religiosas) e, igualmente, entre o trabalho e o lazer, que

apesar de possuírem características distintas, integram a mesma dinâmica social e estabelecem relações dialéticas. É preciso levar em conta o dinamismo desses fenômenos, atentando para as inter-relações e contradições que eles apresentam. Em virtude desse aspecto, trabalho e lazer não

constituem pólos opostos, representando faces distintas de uma mesma moeda. (GOMES, 2004, p. 121).

Além desses fatores, Gomes (2008a) ainda lembra que, apesar da variabilidade conceitual, atualmente há uma tendência entre os estudiosos brasileiros de compreender o lazer como uma “dimensão da cultura” e, sendo assim, o lazer é um fenômeno dinâmico, apresentando tanto características que podem reforçar a ordem social, quanto possibilitar a criação de algo novo e a transformação da sociedade, tornando-a mais justa e humanizada.

Para a autora, o lazer representa “[...] uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo” (GOMES, 2004, p. 125).

Esta compreensão de lazer envolve quatro elementos inter-relacionados, os quais refletem as condições materiais e simbólicas que caracterizam a nossa vida em sociedade:

- a) o tempo, que corresponde ao usufruto do momento presente e não se limita aos períodos institucionalizados para o lazer;
- b) o espaço/lugar, que vai além do espaço físico por ser um “local” no qual os sujeitos se apropriam no sentido de transformá-lo em ponto de encontro para o convívio social;
- c) as manifestações culturais, que constituem as práticas vivenciadas como fruição da cultura e, por isso, detém significados singulares para quem as vivencia, e
- d) a atitude, que se fundamenta na ludicidade – aqui entendida como expressão humana de significados da/na cultura referenciada no brincar consigo, com o outro e com a realidade (Gomes, 2008).

Tais reflexões revelam que lazer é um fenômeno complexo, permeado de conflitos, tensões, ambigüidades e contradições. Nessa direção, o lazer representa um fenômeno sociocultural que se manifesta em diferentes contextos (histórico, social, político, etc.) de acordo com os sentidos/significados que são produzidos e reproduzidos por meio de relações dialéticas dos sujeitos nas suas relações com o mundo.

Como bem observam Gomes e Faria (2005), no lazer coexistem lógicas diferentes ao mesmo tempo. Sua trama cultural evidencia que é tempo/espaço de manifestação do tradicional e da novidade, de conformismo e de resistência. Sua ambigüidade indica que ora é mera reprodução da ordem social, ora totalmente produtor do novo.

Enquanto uma dimensão da cultura, o lazer é dinâmico e, se por um lado é marcado pela diversidade, por outro constitui/é constituído pelas identidades distintivas de cada grupo social. Tais questões são evidentes em uma das possibilidades de lazer muito apreciadas nos dias de hoje e que também constitui foco de nossas reflexões: o turismo.

1.2 Turismo: Iniciando a discussão

Entendimentos de turismo

Considerando a produção acadêmica relacionada ao turismo, encontramos uma quantidade significativa de autores que procuram elaborar concepções sobre este fenômeno.

Andrade (2002, p. 33) considera que um dos mais antigos conceitos de turismo foi construído no ano de 1910 e sua autoria é atribuída a Herman von Schullard. Para esse economista austríaco, turismo representava “a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”. Nota-se que desde aquela época o turismo já era encarado como um fenômeno estreitamente ligado aos fatores econômicos de um local, fatores estes vistos como primordiais para o desenvolvimento de um povo.

Essa preocupação com o turismo enquanto um fator responsável pela geração de renda se concretiza a partir do momento em que há uma “produção” em larga escala, possibilitando que inúmeras pessoas realizem viagens para diversas regiões. Convencionou-se chamar essa intensa atividade de “turismo de massa”. Esse novo jeito de viajar foi e continua sendo discutido por alguns autores, como é o caso de Urry (2001).

O referido autor descreve um exemplo de turismo de massa que influenciou boa parte da Europa. Isso ocorreu na primeira metade do século XIX, quando os balneários localizados na Grã-Bretanha sofreram crescimento anual maior do que aquele verificado nas cidades manufatureiras. Dessa maneira, a “população das 48 principais cidades litorâneas aumentou em cerca de cem mil habitantes, entre 1861 e 1871, e mais do que dobrou ao se chegar no fim do século” (URRY, 2001, p. 36).

O mesmo autor disponibiliza informações sobre um acontecimento que possibilitou a expansão desse turismo de massa: em 1841, um homem chamado Thomas Cook chegou a fretar um trem para levar um grande número de pessoas da cidade de Leicester até um local denominado Loughborough, onde estava prevista a realização de um encontro.

Observamos Thomas Cook ser citado por vários autores nacionais e estrangeiros, sendo identificado como um empreendedor e pioneiro na questão do desenvolvimento histórico do turismo. Porém Santos Filho (2005), incomodado com essa forma hegemônica de apresentar a “construção histórica do turismo”, prefere adotar uma postura mais comedida e adverte que esse tipo de análise ocorre, em grande parte, de forma descontextualizada. Assim, para o autor, primeiramente é preciso perceber que a maneira como a história do turismo está sendo contada favorece a criação de um ícone e, neste caso, eleva a Inglaterra ao patamar de “criadora” do fenômeno turístico e das viagens, garantindo o poder inglês ao ocultar a idiossincrasia de outros povos (suas maneiras peculiares de ver, sentir, pensar e agir). Em segundo lugar, é preciso visualizar a dinâmica em que este personagem estava envolvido, um processo industrial que proporcionava novas oportunidades e visões de mundo ligadas a produtividade e ao emergente capitalismo industrial.

Interessante apontar que devido às suas ações, Cook se viu ridicularizado, uma vez que proporcionou a uma classe desprestigiada a possibilidade de visitar lugares antes vistos apenas por uma determinada elite (SANTOS FILHO, 2005). E o trem, como meio de transporte mais barato e representante direto da inovação tecnológica, ajudou a firmar as bases para o deslocamento de várias pessoas. Posteriormente, outros meios que auxiliaram o desenvolvimento desse processo foram o avião e a melhoria e ampliação dos meios de comunicação de massa, que costumam propagar o turismo como um estilo de vida a ser buscado.

Etimologia e aspectos característicos do turismo

Geralmente são associados ao turismo alguns termos como viagem, desenvolvimento econômico, fuga da rotina e deslocamento espacial. Buscando ajuda nos fundamentos do termo, observa-se que turismo tem como raízes as palavras *turn* (do inglês e que significa “volta”) e *tour* (do francês e que indica “viagem” ou “excursão circular”), e também *tur* (do hebraico e que dá o sentido de “viagem de reconhecimento”) e *tornare* (do latim e que significa “viagem circular de volta ao ponto de partida”) (BLANCO, 1992; BARRETO, 1995). Castro (2002) também contribui com essa discussão ao informar que essa palavra vem do radical indo-europeu “*ter*”, passando a idéia de “atravessar”.

Ao analisar algumas definições sobre turismo, Beni (apud ANSARAH, 2001) observou que existiam elementos comuns às mesmas, como a viagem, a permanência fora do domicílio e a temporalidade dessa ação. E acrescentou que restringir o turismo unicamente à esfera da viagem poderia criar problemas, uma vez que o ato de viajar também é realizado por quem se transfere de um local a outro, mas com a intenção de fixar residência, o que seria identificado com uma atividade de migração.

Burns (2002), por sua vez, pontua quatro fatores primários para o turismo: a) a demanda por viagens relacionadas a fatores econômicos, políticos, sociais e culturais; b) os intermediários do turismo, ou os fornecedores como os hotéis, os transportes e os agentes de viagem; c) as influências ligadas ao destino, relativas à sua conexão histórica, acessibilidade e estabilidade política e econômica e d) a gama de impactos concernentes a essa atividade, sejam elas positivas ou negativas.

De acordo com a agência especializada das Nações Unidas, tida como a principal instituição internacional no campo do turismo, ou seja, a Organização Mundial do Turismo (OMT), turismo diz respeito às “[...] atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (apud SANCHO, 2001, p. 38). Por “entorno habitual”, entende-se o espaço ao redor do domicílio somado àqueles que o indivíduo circula freqüentemente.

Em 2008, a OMT contava com a participação de aproximadamente 160 países e territórios, além de mais de 350 membros afiliados representando o setor privado, instituições educacionais, associações de turismo e autoridades turísticas locais. Pela postura adotada pela OMT ao determinar um período (inferior a um ano) para que o turismo aconteça, a instituição confere uma importância quantitativa ao fenômeno. Esse fato, em parte, decorre da necessidade de facilitar a coleta de dados estatísticos e apresentá-los para os membros da organização, visando auxiliar no planejamento da atividade e na tomada de decisões.

Acontece que a constante apresentação de informações numéricas e o modo de compreender o turismo de forma fragmentada colaboram para concretizar uma imagem dessa atividade como essencialmente mercadológico, negligenciando outros fatores igualmente relevantes. Além disso, sendo vista como uma atividade acessível a uma pequena minoria, o turismo colabora para aumentar os índices de exclusão em nossa sociedade.

Essas percepções podem ser confirmadas ao se consultar o site da OMT, sendo comum encontrarmos termos (“indústria”), frases (“turismo internacional cresceu cerca de 5% durante os primeiros quatro meses do ano...”) e idéias que confirmam essa suspeita, como pode ser verificado consultando a página web da OMT, principalmente nas informações dedicadas a justificar a relevância de se engajar pelo desenvolvimento do turismo.⁶

Repensando o entendimento de turismo como indústria

No site da OMT consta que o setor do turismo atualmente se iguala ou chega a superar o volume de negócios desenvolvidos pela exportação de petróleo, de

⁶ Endereço eletrônico da OMT: <http://www.unwto.org/index.php>. Acessado em 5 de setembro de 2008.

produtos alimentícios ou automobilísticos, representando uma das principais fontes de recursos em vários países em desenvolvimento. Um discurso que parece apontar o turismo como solução imediata para os problemas, principalmente econômicos, de uma região. Postura que influenciou Williams e Buswell (2003), quando os mesmos afirmam que o turismo se trata da indústria com o maior impacto sobre a qualidade de vida de pessoas e comunidades, cobrindo uma miríade de contextos e oportunidades, principalmente daqueles que invocam paixão e emoção.

Santos Filho (2005, p.45), baseado em grande parte pelas idéias de Marx, expressa preocupação com essa situação da seguinte maneira:

O próprio entendimento do fenômeno turístico como indústria é bem próprio do pensamento econômico quantitativo e empirista, voltado exclusivamente para a acumulação de capital. Desconsiderando as questões culturais, sociais e políticas que envolvem o turismo, essa análise afasta o turismo das ciências que compõem a noção atualíssima do conceito hospitalidade, esboçando uma simplificação idealista e metafísica do saber turístico.

Mesmo reconhecendo a importância do turismo para o desenvolvimento econômico de um país, assim como a necessidade de se estudar esse traço, tal repertório de dados gera certas inquietações. Uma delas é perceber que o turismo está sob influência quase unilateral do setor privado, o que culminaria em ações que oferecem resultados para uma pequena parcela de indivíduos, mostrando que o turismo “de massa” teria mais relação com uma dada “elite” do que se imagina.

Considerando este cenário, Burns (2002, p. 60) chega a afirmar que a “[...] questão das estatísticas sobre os turistas é recheada de inconsistências e minada pela ausência de definições de consenso internacional”. O autor se queixa de que são raros os esforços de refutar tais dados quantitativos, o que reforça o mito que existe sobre o turismo. Lembra ainda que esse pensamento talvez esteja condicionado ao fato de o turismo ter uma história de submissão às elites locais e a empresas multinacionais, o que inevitavelmente demanda a formação de profissionais capacitados para atuar neste setor.

Influências do mercado e predominância da Administração e da Economia

A criação dos cursos de graduação em Turismo, no Brasil, foi desencadeada por uma necessidade do mercado, uma oportunidade que se via interessante graças ao aumento dessa atividade no início da década de 1970. Essa tendência instigou profissionais de distintas áreas a ingressar nesse novo nicho de mercado, sendo acompanhados por jovens que gostavam de esportes “radicais” e viagens em geral, por indivíduos que se encontravam acima dos 30 anos de idade desejosos por uma fatia desse setor, bem como de mulheres queixosas de permanecer como damas do

lar. E competindo para assimilar esse campo de conhecimento estava a área da Administração de Empresas, ansiosa por agregar mais valor, ampliar seu campo de atuação e aumentar a demanda pelo curso por meio da considerável quantidade de discentes interessados no Turismo (SANTOS FILHO, 2006).

Costuma-se observar, assim, o turismo fortemente atrelado ao mercado, visto como ótima oportunidade de negócio. Fato que pode ter contribuído significativamente para estimular o interesse de estudo pelo tema. Nesse quesito, Araújo, Costa e Silva e Isayama (2007), assim como Gomes et. al. (2007) conseguiram identificar, nos cursos de turismo estudados, linhas de pesquisa que privilegiam o planejamento e a gestão no contexto das propostas formativas investigadas.

Não é de surpreender que os fundamentos do turismo permeiam as ciências sociais aplicadas, notadamente a Administração e a Economia. Talvez, por essa razão seja notória a preponderância de dados quantitativos no turismo e da tendência de se segmentar as vivências nela relacionadas, como turismo de lazer, turismo de eventos, de negócios, ecoturismo, turismo de aventura, turismo religioso, turismo rural ou urbano, alimentos e bebidas, agências, operadoras, meios de hospedagem, meios de transporte, entre outros.

Gastal e Moesch (2007, p. 27) tentam chamar a atenção para a importância de outros pontos pertinentes ao se considerar o turismo. Um dos enfoques dados pelas autoras relaciona-se com as políticas públicas, as quais mescladas ao turismo deveriam ser convertidas para a retomada dos espaços públicos como locais de opinião, trocas de idéias e negociação do interesse público; observando, então, a “[...] cidade não como um espaço físico, mas como um espaço onde circulam pessoas, idéias e saberes”.

Em relação à intervenção do poder público no cenário do turismo nacional, Santos Filho (2005) relata que é permeada de uma noção que privilegia o turista estrangeiro, “vendendo o Brasil” para o circuito internacional. Ou seja, observam o turismo simplesmente como a venda de mercadorias, negligenciando benefícios para o turismo interno. E assim sendo, surge um turismo de exclusão, ou “Turismo Apartheid” como cita o autor, no qual o acesso é possível apenas àqueles que detêm elevado padrão econômico, preterindo os “nativos” e lhes impondo uma cultura estrangeira.

Sobre esse aspecto, Burns (2002, p. 140) relata que

Relações globais-locais guiadas apenas pela sede de desenvolvimento turístico (em oposição ao turismo como um fenômeno cultural, ou ao turismo como algo com potencial para o crescimento social) obscurece o progresso (mas não a expansão econômica), porque privilegiam os interesses dos fornecedores de produtos e intermediários de viagens, em vez do amplo espectro de instituições sociais que terão interesses distintos no desenvolvimento.

Não é por acaso que o turismo se encontra justamente na ordem econômica e financeira da Constituição Federal de 1988 (Título VII), mais especificamente no Capítulo I (Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica), no Artigo 180: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (1988 p. 123). Mesmo que o aspecto social esteja contemplado neste documento, é inegável a ênfase do turismo como um fator econômico, seja no Brasil ou em outros países do mundo.

Turismo como fenômeno sociocultural

Gastal e Moesch (2007) preferem observar o fenômeno turístico como uma prática, antes de econômica, histórico-social, que envolve o deslocamento de pessoas em momentos e espaços diferentes, repleto de subjetividade que contemple o afastamento do cotidiano e que possibilita ao sujeito um “estranhamento” quanto à experiência vivida. Neste âmbito, o turismo pode mobilizar (re)descobertas de cheiros, sabores, sentidos e significados locais por intermédio de interações entre visitantes e atores locais, em um contínuo e significativo processo de partilha.

Por isso, as autoras criticam os números utilizados para se medir a distância que deveria ser necessária para qualificar um turista. Também criticam o entendimento de “entorno habitual”, ao exporem que o estranhamento engendrado pelo turismo “[...] não dependeria do tamanho da distância percorrida, mas da mobilização efetiva desencadeada” (2007, p. 12), compreensão com a qual concordamos.

Complementando tais idéias, Lacerda (2007b) impele a reflexão ao questionar se não seria possível vivenciar o turismo na própria cidade residida, uma vez que existem espaços que se encontram fora do percurso cotidiano, como o da casa-trabalho-estudo e inclusive de formas de lazer dos moradores. Nesse sentido, seria possível que tais cidadãos se deparassem com o novo ao visitar e conhecer espaços, culturas e situações extraordinários (extra + ordinário = fora do comum), culminando na ponderação sobre seus próprios hábitos, valores, ou seja, refletindo sobre si mesmos. Para o autor, possibilitar “que o morador conheça sua cidade pode significar que ele entenda o que é ser cidadão ao valorizar o que é dele, ao sensibilizá-lo para suas próprias referências” (2007b, p. 383).

Gastal e Moesch denominam “turista cidadão” aquela pessoa que aceita a proposta de conhecer mais sua própria cidade, ou seja, “aquele em condições de se expressar e de se apropriar das suas circunstâncias espaciais e temporais, seja como sujeito histórico urbano, seja como sujeito histórico planetário”. Destacam que a “[...] contribuição do Turismo viria na contramão dos meios de comunicação, que levam a um encolhimento da esfera pública, permitindo justamente que as pessoas voltem a frequentá-la, reaprendendo a ali exercer sua voz” (2007, p. 56).

Entretanto, o conseqüente afastamento da esfera pública não deve ser visto como uma ação única dos meios de comunicação de massa. É preciso lembrar que nos encontramos em uma sociedade moldada pelos interesses do capitalismo neoliberal e os meios de comunicação, neste contexto, estariam comumente engajados na lógica produção/consumo compulsiva e irrefletida. Entretanto, seria demasiadamente arriscado observá-los como “inimigos” a serem enfrentados, pois tudo depende da forma como o processo de comunicação se desenvolve, podendo inclusive trazer inúmeras contribuições para a sociedade. É importante lembrar que a falta de recursos, a violência e a precariedade de estímulos são elementos que também auxiliam nesse processo de desapropriação do local público. Fatores que, em certa medida, evidenciam a responsabilidade do poder público em propor estratégias e ações para minimizar e sanar esse problema, processo que deve estar ligado à participação dos atores sociais.

Ampliando a discussão, Gomes et. al. (2007, p. 13-14) esclarecem que:

Ao vivenciarmos o turismo – afastando-nos ou não do ordinário e do cotidiano habitual – estamos propensos a interagir com mais acuidade com o ambiente, com as pessoas que nos cercam e até mesmo conosco. Estamos mais abertos a perscrutar, ao redor, tudo aquilo que nos parece diferente ou parecido, desconhecido ou familiar. Esses elementos afirmam a nossa própria identidade, revelando-nos assim que o turismo é um fenômeno relacional. Ao contemplar e admirar as paisagens, criamos uma expectativa para a vivência imaginada antes da realização da viagem, bem como tentamos identificar os novos e já conhecidos atrativos, que se constroem através dos signos que lhe conferimos.

Ao reconhecer o turismo como um fenômeno sociocultural, é importante considerar as contradições que o perpassam: ora vislumbra-se a descoberta de algo novo, ora a fuga de problemas, a reposição de energias e o consumismo, com possibilidades de estar até mesmo vulnerável a tudo isso.

Questões como as expostas podem criar dificuldades para o levantamento estatístico relacionado ao turismo, mas são pontos importantes a se considerar quando se trata de um fenômeno sociocultural complexo como este.

Apesar de ser mais uma tentativa de observar o universo do turismo, Lacerda (2007b, p. 383-384) lembra que:

[...] a intenção de conceituar uma experiência, uma atividade ou um fenômeno esbarra sempre em questões delicadas, pois é intensamente complexo traduzir tudo o que o pensamento comporta em [...] poucas palavras. Isso indica que sempre haverá limitações e que o debate não cessará, mas que tal esforço é um caminho que deve ser seguido constantemente.

Assim sendo, Burns (2002, p. 44) esclarece que essa típica dualidade de pensamento entre Turismo como negócios em contraposição a idéia de Turismo como fenômeno não traz benefícios para nenhum dos lados, pois “nenhum método é produtivo se tomado isoladamente”. Para o autor, seria mais interessante observar o turismo como um todo, um sistema onde diversos interesses, formas de pensar e agir se processam. Cabendo, então, um tipo de intervenção multidisciplinar, podendo e devendo inclusive realizar diálogos mais estreitos com o lazer.

1.3 Lazer e turismo: Articulações

Turismo como negócio e lazer como ócio?

Até o momento, foi possível observar a proximidade entre o lazer e o turismo, fenômenos muitas vezes concebidos como indissociáveis. Além de constituírem recentes áreas de estudo, ambos também se caracterizam por serem multidisciplinares, ou seja, por desenvolverem “uma abordagem múltipla, feita sob o enfoque de diferentes disciplinas, mas preservando o enfoque disciplinar de cada uma delas. Seria uma somatória de diferentes visões de um mesmo problema” (BEIRÃO, 2001, p. 30).

No caso do turismo, por exemplo, as pesquisas de Gomes et. al. (2007) – sobre cursos de mestrado em Turismo no país – e de Bernardino e Isayama (2006); Gomes et al (2009) – sobre cursos de graduação em Turismo no Estado de Minas Gerais – indicam que o corpo docente possui uma formação diversificada.

Importante elaborar algumas reflexões quanto a esses dados. A contribuição de outros campos do saber já estruturados não desmerece os estudos específicos sobre o lazer (WERNECK, 2000) e do turismo, sendo que na verdade os enriquecem com seus debates e análises. Entretanto, é preciso estar atento a forma como essa multidisciplinaridade se concretiza, pois:

A idéia de multidisciplinaridade [...] quando vista de forma isolada acaba transformando o aprendizado em ‘noções’, na medida em que trabalha vários conteúdos, mas de maneira desarticulada. Daí a necessidade de trabalhar a multidisciplinaridade visando a interdisciplinaridade em uma perspectiva ampla e integrada de formação (BERNARDINO e ISAYAMA, 2006, p. 18).

Mesmo com a percepção de que estas esferas da vida mantêm relações próximas, a delimitação do lazer e do turismo não se mostra de forma categórica, seja nos meios midiáticos, nos relatórios empresariais ou de governos ou nos meios acadêmicos. O fato de possuírem tantos elementos em comum não demonstra que suas ligações e diferenças sejam simples de serem identificadas, o que indica uma escassez de estudos dessa relação (LACERDA, 2007a).

Essa questão foi também identificada em estudos sobre o lazer no contexto de cursos de graduação/pós-graduação em turismo (ARAÚJO; COSTA E SILVA; ISAYAMA, 2007; BERNARDINO, ISAYAMA, 2006; GOMES et al 2007, 2009). Entretanto, esses dados fazem sentido apenas quando consideramos lazer e turismo como áreas indissociáveis, pois em campos multidisciplinares complexos existe possibilidade de discussão para uma infinidade de temas e subtemas. Assim, seria interessante pensar o lazer como tema transversal no decorrer de todo o curso de turismo, não se limitando apenas sua presença em disciplinas específicas sobre o assunto.

Importante frisar que, como vem sendo exposto, cada campo teve sua história de formação, sendo normal que cada um observe de forma peculiar a outra, às vezes numa preocupação de demonstrar mais influência quando tratam de assuntos similares.

Por isso, o campo do lazer costuma observar o turismo como um de seus conteúdos, enfatizando tal objeto de estudo em uma relação mais social, fundamentado nas ciências sociais. Já o campo do turismo usualmente identifica o lazer como um de seus segmentos, reforçando seu lado de negócio, influência de uma base pautada nas ciências sociais aplicadas. Nessa disputa de poder, são muitos os autores⁷ que defendem uma maior complexidade do lazer frente ao turismo (LACERDA, 2007a).

Williams e Buswell (2003) tentam realçar uma interação diferente entre o lazer e o turismo. Argumentam que no turismo existem três elementos primários: a) a viagem em si, b) as formas de acomodação e c) a participação em atividades no destino, ou os impactos decorrentes do turismo. E esta última estaria mais relacionada ao lazer, com as possibilidades existentes no destino. Os autores, nesse sentido, tentam explicar a diferença fundamental que existiria entre o turismo e o lazer. Afirmam que enquanto o primeiro está constantemente desenvolvendo e oferecendo novos produtos devido à sua ligação com os diferentes aspectos de cada localidade, no segundo existem poucas atividades que são realmente novas.

Observa-se que esta análise privilegia aspectos comerciais, o que realça o tipo de visão de negócio que ainda impera no turismo em detrimento ao lazer. Essa visão, lamentavelmente, muitas vezes ignora os sentidos de vivência e de experiência, seja considerando o turismo e/ou o lazer.

Lazer e turismo: Aproximações

De acordo com Benjamin (2007) a experiência, do verbo alemão "erfahren", originalmente assimilava a idéia de "viajar", "atravessar". Entretanto, a noção que atualmente existe é a de continuidade, da tradição, sendo, por exemplo, usufruída

⁷ Pimentel (2003), Rosa (1999), Pereira (2000) e Franzini (2003), por exemplo.

pelos habitantes das grandes cidades. Já a vivência seria algo mais espontâneo, implicando o choque, a descontinuidade. Nesse caso, o autor cita o exemplo do folhetinista, o qual, com seus escritos, consegue tornar a cidade “estranha” para seus moradores, ao mostrar uma visão diferente da habitual.

Assim, para Benjamim (2007), enquanto a experiência está ligada à manutenção, a vivência é mobilizada pela mudança. Tal entendimento pode levantar juízos de valor ao considerar a vivência mais relevante pelo seu caráter de transgressão e resistência, ainda mais em uma realidade desigual e excludente como a nossa. No entanto, nem a vivência nem a experiência estão destituídas de uma reflexão. O senso crítico pode estar tanto na vivência, gerando a conclusão de que uma ruptura é necessária com o estabelecido, ou se localizar na experiência, considerando-se que o que está posto é mais viável do que a transformação. Mesmo tendo ciência de que os processos sociais são dinâmicos e que mudanças são inexoráveis.

Ao relacionar essa diferenciação entre experiência e vivência de Benjamin (2007) com as idéias de lazer e turismo de Williams e Buswell (2003), a princípio poderíamos afirmar que a experiência⁸ estaria mais ligada ao lazer (por ser considerada atividade da vida cotidiana), enquanto a vivência diria respeito ao turismo (recheado de sensações novas). Complementando esta idéia a partir do pressuposto de estranhamento levantado por Gastal e Moesch (2007), seríamos levados a pensar que a vivência do turismo implica sempre em sensações incomuns percebidas pelos sujeitos.

Mas a relação lazer/experiência/rotina e turismo/vivência/mudança não precisa ser feita, necessariamente, dessa maneira: podemos ter um turismo rotineiro e possibilidades de lazer marcadas pela transgressão ou pela resistência, como acontece, por exemplo, com algumas práticas culturais.

É, portanto, muito arriscado estabelecer esse tipo de correlação. Mesmo que para os habitantes de uma grande cidade, acostumados com uma dada rotina, o lazer usufruído seja o habitual, nada os impede de estabelecer vínculos de descontinuidade. Da mesma forma o turismo pode se servir do usual, como viajar todo ano para uma mesma localidade. Apesar de que, mesmo nessa viagem rotineira, a sensação de estranhamento pode surgir.

Como pondera Castro (2006), a rotina parece nos aprisionar e nos sufocar por meio da imposição de seu ritmo. Temos a rotina de estudo, de trabalho, de lazer, de relacionamentos interpessoais e até mesmo do dia a dia das convivências. Entretanto,

A rotina guarda em si um componente dialógico e inovador, que está sempre a refazê-la, recriando-a no interior de suas ações. Apesar de sua forma de ser

⁸ Mesmo sendo originada de um verbo ligado a idéia de viagem.

constante, seu conteúdo é sempre diverso e não-linear. Por mais que seja sempre igual, é também sempre diferente. Na rotina, o mesmo (e conhecido) é também, ao mesmo tempo, um esforço pelo diferente e casual. Como alguém pode revoltar-se com sua rotina? Como desestabilizar a auto-organização da rotina, modificando-a? (CASTRO, 2006, p.162)

Tais reflexões evidenciam que o lazer e o turismo também estão imersos em uma complexidade. Além disso, nos instigam a pensar que ambos os fenômenos, mesmo apresentando diferenças e semelhanças entre si, na realidade concreta apresentam fronteiras muito tênues, de maneira que nem sempre conseguimos delinear onde um começa e o outro termina. Talvez a clareza da interrelação entre lazer e turismo não consiga ser feita, e às vezes nem é necessário que se chegue a uma conclusão definitiva sobre isso. Como bem elucida Morin (2007, p.72-73), "os conceitos não se definem jamais por suas fronteiras, mas a partir de seu núcleo." Afinal, "as fronteiras são sempre fluidas, são sempre interferentes."

Por essa razão, destacamos alguns elementos essenciais do lazer e do turismo, que no nosso entender constituem o "núcleo" de cada um deles.

No caso do turismo, destacamos que este se trata de um fenômeno humano, marcado pela mobilidade/deslocamento de pessoas, estimulado por uma motivação (ou várias motivações combinadas). A essência do lazer, por sua vez, é a vivência lúdica de manifestações culturais (que podem ser diversas atividades ou até mesmo o ócio) em um determinado tempo/espço. Nessa relação dialógica, enquanto o turismo representa uma possibilidade de lazer, este constitui uma das motivações para o turismo.

É preciso pensar as vivências de lazer no âmbito do turismo para além dos moldes tradicionais, estimulando não apenas um único sentido, mas explorando as múltiplas condições de ser humano na situação vivida (visão, tato, olfato, audição e paladar, mesmo que estes sentidos estejam comprometidos de alguma forma, por exemplo, devido à idade avançada). Cabe, ainda, extrapolar a simples idéia de expor o turista frente ao "novo". Ao nos preocuparmos em sensibilizar o sujeito para a "novidade", podemos e devemos causar inquietudes construtivas, no sentido de despertar a percepção do sujeito para que este descubra novos saberes, sons, cheiros, paisagens, sabores, sensações e idéias.

Em momentos de lazer, "percebendo" ou "reconhecendo" o atrativo, os turistas podem ser compreendidos, no "bom sentido", como caçadores de signos e significados, estando uns mais propensos a interagir mais profundamente com o lugar visitado que outros.

De acordo com Maccannell (1976), os atrativos turísticos são signos, cobertos de um marcador, ou seja, informações específicas que são veiculadas por vários meios (guias turísticos, histórias contadas, estudos, etc). E dentro desse marcador se

encontra um sujeito que visita, se relaciona e se apropria de informações disponibilizadas, podendo tornar o espaço visitado como único. O problema, segundo o autor, é quando os turistas deixam de perceber o lugar e passam a reconhecê-lo simplesmente como algo a ser visto e assimilado de forma rápida, sem se debruçar sobre os dados que envolvem o atrativo, não conseguindo apreender os detalhes de sua estrutura, tampouco inter-relacionar as vivências de lazer e turismo com a sua vida social.

Pelo exposto, ao invés de insistirmos na frágil construção de fronteiras entre o lazer e o turismo, ou mesmo de concentrarmos esforços numa desnecessária disputa de poder, destacamos a relevância de considerar alguns aspectos culturais, pedagógicos, políticos e sociais imprescindíveis para que estes fenômenos dialoguem de uma maneira mais sensível com a nossa realidade.

Por essa razão, o próximo capítulo será dedicado à busca de pressupostos considerados essenciais para que a atuação profissional nos campos do lazer e do turismo seja comprometida com a inclusão social. Discutiremos temas importantes para isso, como: cidadania, direitos, políticas e políticas públicas, entre outros fundamentos. Afinal, em nossa realidade, muitas propostas e ações políticas carecem de aprofundamentos, tendo em vista potencializar vivências de lazer e de turismo por meio de uma atuação profissional mais qualificada para atuar com pessoas idosas, parcela da sociedade que será privilegiada nesta discussão.

2.1 Cidadania: Um princípio em construção

Iniciamos este tópico com algumas indagações: Você sabe o que é cidadania? De onde vem este conceito? Ele é recente? As relações entre o público e o privado interferem na noção de cidadania? Qual a diferença entre cidadania plena e assistida, e como os direitos as constituem? De que maneira a inclusão social permeia este processo?

Nossa reflexão sobre o tema será, assim, norteadada por essas e outras questões, a começar pela construção histórica da noção de cidadania nas sociedades ocidentais.

Construção histórica da noção de cidadania

É possível perceber que o conceito de cidadania não é apenas complexo, mas também muito debatido em diferentes setores da sociedade. Ao longo da nossa história este conceito vem sofrendo muitas transformações. Percebe-se ainda que a formulação do conceito de cidadania, “como é lógico se supor, é uma construção histórica específica da civilização ocidental.” (PINSKY e PINSKY, 2003, p.136)

Desde o século XVIII, mais especificamente com as revoluções burguesas, a temática “cidadania” tem sido objeto de acirrados debates políticos. Segundo Silva (2000, p.127) “durante muito tempo o conceito permaneceu quase exclusivamente no âmbito da teoria política e da filosofia política”. Na Sociologia, a noção de cidadania só recebeu um tratamento mais sistemático no final da década de 1960, com as formulações de T. H. Marshall. Este autor pontuou que os direitos civis, políticos e sociais constituem a essência do conceito de cidadania, como será tratado mais adiante, pois, para compreender o processo de construção do conceito de cidadania no Ocidente é necessário fazer um recuo na nossa história.

Segundo Bignotto (2005), na sociedade grega da antiguidade a idéia de cidadania já existia e abrangia a condição daqueles que, pertencendo ao corpo político das cidades, tinham o direito não apenas de viver em seu território, mas também de participar diretamente das decisões que determinavam os rumos da vida

⁹ Este capítulo foi elaborado em co-autoria com Andrezza Buldrini Goulart de Souza, que atuou como bolsista de Iniciação Científica (UFMG/Ministério do Esporte) no período de janeiro a novembro de 2008, a quem agradecemos pela relevante participação na pesquisa: “Lazer, idosos e inclusão social: Explorando o potencial dos interesses turísticos na perspectiva da animação sociocultural”.

coletiva na polis.¹⁰ Neste pressuposto político percebe-se que estão atrelados à noção de cidadania indícios de liberdade e de igualdade entre os cidadãos. Esta antiga noção grega considerava “cidadãos” apenas as pessoas livres do sexo masculino, o que lamentavelmente justificava a escravidão e reforçava a idéia de que as mulheres eram seres inferiores.

Esta compreensão de cidadania estava diretamente ligada à participação na esfera pública em meio às cidades-estado, sendo este um fator determinante para as transformações de significação do termo com a chegada da Modernidade. Pinsky e Pinsky (2003) afirmam que as cidades-estado eram espaços de poder, de decisão e de articulação coletivas.

O espaço público caracterizava-se, ainda, como um espaço de discussão, que acabou por gerar conflitos de interesses, principalmente entre as elites abastadas e os segmentos empobrecidos que constituíam a maioria da população. Dessa forma, nota-se que a definição grega de cidadania serviu, em parte, como ponto de partida para a constituição da moderna noção de cidadania (BIGNOTTO, 2005).

Contudo, alguns elementos da concepção grega de cidadania não condizem, totalmente, com a atual. Um exemplo disso está na forma de participação dos cidadãos. Na Grécia antiga a participação política era feita por um corpo de cidadãos ativos, que atuavam diretamente, promovendo discussões acerca dos “interesses coletivos”. Já na atualidade, com o advento de distintas formas de governo (tais como a Monarquia e a Democracia), observa-se que a participação direta dos cidadãos enfraqueceu, de certa forma, devido aos variados modelos de representação política existentes.

Outros exemplos sobre as diferenças entre a noção de cidadania da Antiguidade e a compreensão que prevalece nos dias de hoje no mundo ocidental podem ser mencionados. Dentre eles, citamos o fato de que a esfera privada, que naquela época estava fora da política, passou a ocupar um lugar diferente na vida social desde o início da Modernidade. Como bem observa Bignotto (2005), nos dias de hoje a esfera privada é considerada território essencial da existência do indivíduo e de sua afirmação. À semelhança da esfera pública, a privada também passou a englobar direitos e deveres.

Conforme Pinsky e Pinsky (2003), foi a partir do surgimento do império Romano que a questão que envolvia a transferência de valorização da vida privada em relação à vida pública se consolidou. A partir desse momento, a participação pública foi declinando e restringindo a esfera pública. Esta foi perdendo, gradativamente, sua referência como espaço de poder, de participação, discussão e defesa de interesses

¹⁰ Nome de origem grega, usado para definir o modelo das cidades-estado da Grécia Antiga, caracterizado pela divisão da vida social em esfera pública e privada.

coletivos, passando a ser governada pela garantia de interesses pessoais daqueles que ainda tinham o privilégio de atuar na vida política. Dessa forma, “público e privado passaram a confundir-se no seio da própria definição de cidadão”. (p.44)

Essa mudança na relação entre o público e o privado alterou a forma como os indivíduos se relacionam com o Estado e os levou a reivindicar, especialmente na Modernidade, direitos que antes não se justificavam. Esta nova orientação transformou não só o conceito de cidadania, mas também a compreensão do que esta seria na prática.

A origem do significado moderno de cidadania, no qual o “destino” do Estado é decidido pelos membros da sociedade, tem como pressupostos básicos a afirmação e o reconhecimento de conjuntos de direitos inerentes ao ser humano. Vale ressaltar que o desenvolvimento da coletividade depende diretamente da existência efetiva de cidadãos, ou seja, de pessoas que participem ativamente da vida social e política da sociedade. Assim, acontecimentos que marcaram a história ocidental influenciaram sobremaneira a compreensão de cidadania, ampliando a noção de direitos e deveres que integram a existência humana – como a Revolução Francesa de 1789, que reclamou a igualdade e liberdade dos homens, bem como a luta pela Independência dos Estados Unidos, em 1776, que abordou os direitos do homem perante o Estado, a liberdade, a busca pela felicidade, etc. Movimentos, obviamente, comprometidos com os interesses da burguesia.

Assim, lamentavelmente somos herdeiros de uma tradição onde o princípio de igualdade ainda necessita de maiores reflexões.

São constituídos, neste contexto, os chamados direitos civis, que são somados aos direitos políticos que, de certa forma, já eram previstos na Antiguidade, mas a partir do século XVIII passaram por processos de reformulação e de expansão. O reconhecimento da existência de direitos sociais inalienáveis e inerentes à condição humana somente foi concretizado ao longo do século XX, com o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), sendo esta moderna noção de cidadania enriquecida, posteriormente, com as sistematizações de Marshall, em 1967.

Noção moderna de cidadania

Pode-se dizer que o conceito moderno de cidadania está diretamente ligado ao desenvolvimento dos Estados-nação.¹¹ A luta pelos direitos se estabeleceu dentro das fronteiras geográficas de cada país e, dessa forma, a construção da cidadania diz respeito, também, à relação dos indivíduos com o Estado e implica identificação com uma nação (CARVALHO, 2006).

¹¹ Estados-nação são considerados territórios delimitados, compostos por um governo e uma população de composição étnico-cultural coesa.

Na Modernidade, mesmo que a luta pelos direitos contenha aspectos singulares que necessitam ser contextualizados, é importante conhecer a sistematização proposta por Marshall para compreender a concepção moderna de cidadania. O conceito de cidadania elaborado por este autor inglês é constituído por três âmbitos: o civil, o político e o social.

Sobre este aspecto, Silva (2000, p.127) afirma que:

a cada um destes elementos corresponde um conjunto de direitos. A saber, a cidadania civil é formada pelos direitos necessários à liberdade individual; a cidadania política pelos direitos de participação no exercício do poder político; e a cidadania social pelo conjunto de direitos, que inclui segurança e bem-estar econômico, o direito de compartilhar a riqueza socialmente produzida e o de viver uma vida civilizada, segundo os padrões sociais vigentes.

Costa (1997, p.23) também caracteriza cada grupo de direitos segundo a perspectiva de Marshall. Segundo o autor, os direitos civis são caracterizados como aqueles que dizem respeito a “liberdades individuais, liberdade de opinião, pensamento, culto, direito à propriedade e ao acesso à justiça, o direito à igualdade perante a lei e a realizar contratos”. Já os direitos políticos são aqueles que permitem “participar do processo político, votar e ser votado e filiar-se a organizações partidárias”.

Já em relação aos direitos sociais, o autor afirma que:

“ao longo do século XX, é que surgem e gradualmente vão se afirmando os direitos sociais, direitos como trabalho, à saúde, à educação e à previdência. Esses direitos que têm como sujeito a coletividade, são chamados de direitos de segunda geração”. (COSTA, 1997, p.23)

Os direitos sociais são assim denominados por terem sido reconhecidos e esquematizados tardiamente em relação aos direitos civis e políticos. Apesar de seu reconhecimento posterior, os direitos sociais são, atualmente, considerados como preceito básico para uma vida digna e, entre eles, inclui-se o direito ao lazer, tema tratado no primeiro capítulo. Em síntese, os direitos sociais são inerentes à condição humana e à vida em sociedade, sendo essenciais para a consolidação da cidadania.

Na atualidade fala-se também na existência de direitos econômicos e culturais. Entendemos que estes elementos são, basicamente, um desdobramento dos direitos sociais e dizem respeito ao direito dos indivíduos de acesso aos benefícios econômicos, bens materiais e culturais produzidos pela sociedade. Isso significa também que os indivíduos têm direito à divisão igualitária da riqueza material e simbólica produzida, tanto econômica quanto cultural. Tais questões abordam, de uma maneira geral, aspectos ligados ao indivíduo e seu pertencimento a uma

determinada sociedade, que deveria conferir possibilidades de inserção e reconhecimento de seus cidadãos como parte integrante de um todo social.

Nesta perspectiva, cidadania “implica sentimento comunitário, processos de inclusão de uma população” (PINSKY e PINSKY, 2003, p.46), bem como o acesso a um conjunto de direitos. Significa, também, pertencimento a uma comunidade que lhe confere deveres, bem como direitos a serem reivindicados, possibilitando a alteração e redefinição das relações no interior dos grupos sociais, abordando interesses e aspirações conflitantes em prol da construção do bem-estar coletivo.

Esta percepção sobre cidadania aproxima-se do que se chama “cidadania plena”, que pode ser caracterizada como apropriação do processo de conquista, de luta para a efetivação dos direitos. Assim, a conquista da cidadania se traduz na capacidade de nos fazermos sujeitos responsáveis por nossa história e pela construção da história da nossa sociedade, procurando transformá-la no sentido da emancipação e da justiça social.

Todavia, percebe-se freqüentemente uma distorção na compreensão e na concretização do princípio da cidadania. Muitas vezes, os direitos dos cidadãos são reduzidos a uma ação assistencial, meramente paliativa, que considera apenas aspectos superficiais, momentâneos e emergenciais, o que denominamos de “cidadania assistida”.

A cidadania assistida se embasa no direito à assistência social que, apesar de muitas vezes ser inevitável, deixa marcas residuais que tornam o indivíduo passivo e dependente: seja das políticas públicas do Estado, seja de outras instituições públicas, privadas ou do chamado terceiro setor. Conseqüentemente, os indivíduos são desmobilizados, enquanto deveriam ser incentivados a trabalhar juntos, assumindo o seu papel enquanto cidadãos conscientes e dispostos a fazer a sua história de forma coletiva e organizada.¹²

Como será que estes aspectos da cidadania têm sido concretizados no Brasil?

Reconhecimento inicial de direitos políticos, civis e sociais no Brasil

O modelo de direitos constituintes da cidadania, elaborado por Marshall, estava de acordo com aquilo que o autor pôde perceber em seu país: a Inglaterra. Percebe-se então que a aquisição de cada grupo de direitos se constrói de forma diferente em cada lugar, podendo ainda sofrer desvios e retrocessos em determinadas

¹² Algumas dessas idéias podem ser complementadas com o artigo “Em busca de um conceito de cidadania”, disponível em: http://www.indiosonline.org.br/blogs/index.php?blog=41&title=title_77&more=1&c=1&tb=1&pb=1. Acesso em 10 out. 2008.

localidades. Como discutido por Carvalho (2006), países como a França, a Alemanha e os Estados Unidos seguiram caminhos muito distintos na elaboração dos direitos.

No Brasil, apesar de cronologicamente os direitos políticos e civis terem precedido os sociais, de acordo com o estudo do autor anteriormente citado os dois primeiros grupos eram tratados como “pseudo-direitos”, ou seja, não eram efetivos e tampouco atendiam à maior parte da população do país. Além disso, os direitos políticos e civis sofreram vários recuos e retrocessos ao longo da história brasileira, tornando-se muito limitados até sua retomada a partir da 2ª metade do século XX.

Mesmo de forma parcial, na realidade brasileira os direitos políticos foram observados primeiramente, em documentos legais do século XIX. Um marco neste sentido foi a promulgação da Constituição de 1824, que entre outros aspectos definiu quem poderia votar e ser votado. Apesar de liberal para os padrões da época, a Constituição de 1824 limitava a participação política, excluindo formalmente do processo grande parte da população brasileira. A situação se agravou quando, em 1881, a Câmara dos Deputados aprovou uma lei ainda mais restritiva em relação ao exercício dos direitos políticos. (CARVALHO, 2006)

Os direitos civis, principalmente no que tange à liberdade individual, tiveram como ponto de partida a Abolição da Escravatura ocorrida no Brasil em 1888. Entretanto, o discurso em favor destes direitos era considerado de pouca importância. Uma grande evidência disso era a situação dos “libertos”: mesmo após a abolição, os “ex-escravos” permaneceram sem acesso à educação, a trabalhos com remuneração digna ou posse de propriedades. Os direitos civis, segundo Carvalho (2006), apesar de terem seu ponto inicial em 1888, só foram efetivados mais amplamente com a “abertura” política ocorrida quase um século depois, ao final de um período de aproximadamente 20 anos de ditadura militar.

Os direitos sociais foram integrados a história brasileira a partir de 1930, tendo até 1945 um expressivo desenvolvimento com a política populista do presidente Getúlio Vargas. Neste período foi construída a legislação social no Brasil, culminando na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que persiste até hoje com poucas mudanças em relação à sua formulação inicial. Carvalho (2006, p.110) afirma que a legislação social de 1930 a 1945 foi “introduzida em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis.”

Pelo exposto, observa-se que o conceito moderno de cidadania, efetivado nos séculos XIX-XX a partir da concretização de direitos políticos, civis e sociais, foi construído com muitas limitações na sociedade brasileira, situando-se geralmente no plano meramente teórico, expresso em documentos legais. Isso não significa que diferentes segmentos da sociedade brasileira tenham vivido passivamente diante da destituição dos direitos de cidadania. Muitos grupos, em distintos momentos da nossa

história, se mobilizaram e lutaram para garanti-los, o que de fato ocorreu e revelou a importância dos movimentos sociais no Brasil para a vigência dos direitos humanos.

Vejamos, agora, como os direitos políticos, civis e sociais relacionam-se com os direitos humanos.

Direitos humanos

Existem várias definições sobre “em que” consistem os chamados direitos humanos. Entretanto, duas vertentes preponderam em relação à abordagem dada a este tema: a vertente moral e a jurídica. A primeira se relaciona com a questão da dignidade humana e da existência de direitos inerentes a todo e qualquer indivíduo. A segunda relaciona-se com a necessidade de traduzir e operacionalizar esses direitos em leis, códigos e regulamentos.

Pernalet (2006, p.33) cita a visão de Meléndez e Popkins, que procuram integrar essas duas vertentes na definição daquilo que se entende por direitos humanos. Segundo os autores,

os direitos humanos são valores, são bens muito valiosos que a pessoa possui por sua natureza humana, e que os possui desde sempre, mas que necessitam ser incorporados às leis dos países, para que desfrutem de uma efetiva proteção perante o estado e perante os abusos dos particulares e dos grupos sociais.

Não podemos deixar de mencionar que os direitos humanos são uma construção ocidental, nem sempre constituída como referência fundamental para todos os países do mundo. Assim, muitos desses valores se chocam com os ideais prevalentes em outras realidades.

Mesmo ciente desta constatação, Pernalet (2006) caracteriza os direitos humanos como:

- Universais: para todos e todas, sem exceção;
- Interdependentes: todos estão articulados, um implicando e sendo consequência do outro. Não são hierarquizados;
- Não prescrevem e são irreversíveis: não perdem a validade, são direitos dos indivíduos por toda sua existência;
- Intransferíveis: não podem ser renunciados ou transferidos (ao contrário, por exemplo, do que pode ocorrer com o direito à propriedade);
- Invioláveis: devem ser respeitados pelos indivíduos e pelos governos. Não se pode atentar contra eles ou destruí-los;

- Transcendem fronteiras nacionais: a comunidade internacional deve zelar por esses direitos, podendo interferir quando se considera que algum país tenha ferido algum deles.¹³

Seguindo essas referências, observamos que os direitos humanos possuem um caráter universal, com o qual se procura atender as necessidades básicas que um ser humano possui, possibilitando a ele uma vida digna e um desenvolvimento pleno. Além disso, como visto, de acordo com essa compreensão os direitos humanos são inerentes a qualquer indivíduo, devendo ser respeitados, defendidos e efetivados por todos os povos em todos os contextos e épocas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁴ evidencia, basicamente, os direitos dos homens à liberdade individual, à igualdade, à segurança pessoal, à vida digna, ao reconhecimento do indivíduo como parte de um contexto social, à defesa de sua integridade humana, ao deslocamento (entre Estados e Países), a uma nacionalidade, à propriedade, à associação pacífica, à participação política direta ou por meio do voto, ao trabalho, a condições justas de trabalho e de remuneração pelo mesmo, ao descanso, ao lazer, ao bem-estar, à alimentação, ao vestuário, à instrução gratuita, à participação na vida cultural de sua comunidade, dentre outros. Percebe-se então que os direitos humanos, de forma geral, englobam direitos civis, políticos e sociais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos se faz necessária na medida em que destaca a importância de se combater o desrespeito quanto aos direitos dos indivíduos, ocorrido ao longo da história da humanidade. A Declaração pretende, então, assegurar o Estado de Direito dos homens, demandando o reconhecimento e a efetivação desses direitos, independentemente de barreiras geográficas, socioeconômicas, políticas, etc.

Além disso, a abordagem a respeito dos direitos humanos é essencial, pois, o reconhecimento desse grupo universal de direitos contribuiu para assumir os direitos sociais – que se relacionam com o acesso às condições básicas de uma existência social digna –, muitas vezes negligenciados, como inerentes a todo e qualquer ser humano.

¹³ Adaptado de Pernaete (2006, p. 35 - 37).

¹⁴ Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm

2.2 Direitos sociais: Questão de acesso e participação

Importância dos direitos sociais para o exercício da cidadania plena

Pode-se afirmar, de acordo com Costa (1997), que os direitos sociais destinam-se, de forma geral, a promover o acesso a bens e serviços como, por exemplo, educação, saúde, moradia, transporte e lazer. Como exposto anteriormente, o reconhecimento formal da existência dos direitos sociais se deu, a princípio, com a Declaração de 1948. Telles (2003, p.173) confirma este fato, esclarecendo que “desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, (...) os direitos sociais foram reconhecidos, junto com os direitos civis e os direitos políticos, no elenco dos direitos humanos.”

Dentre os direitos previstos pelo documento, Telles (2003) cita alguns que podem ser considerados como sociais, como o direito ao trabalho, o direito ao salário igual pela realização do mesmo trabalho, à previdência social, a uma renda condizente com uma vida digna, à educação, ao repouso e ao lazer – incluindo o direito a férias remuneradas.

A concretização dos direitos sociais é essencial para o exercício da cidadania plena, uma vez que são imprescindíveis para uma vida digna e dotada de bem-estar. A falta de acesso a este grupo de direitos é responsável pelo surgimento e/ou acentuação das disparidades sociais, uma vez que privam boa parte da população de desfrutar possibilidades que são suas por direito e devem estar à disposição da coletividade.

Assim como os outros direitos, os sociais possuem um caráter de exigibilidade, que é a possibilidade de sua existência prática. Porém, muitas vezes os direitos sociais são considerados como não prioritários.

Telles (2006, p.71) afirma que “a existência formal de direitos não garante a existência de um espaço público e dessa sociabilidade política que a prática regida pela noção de direitos é capaz de criar”. Ou seja, é possível afirmar que os direitos sociais implicam, indubitavelmente, em uma abordagem mais complexa acerca dos cidadãos e de sua participação na sociedade, tendo em vista que a simples consolidação da existência dos direitos sociais não significa que eles serão cumpridos.

Nossa sociedade é regida por uma Constituição e vários outros documentos, como Leis, Estatutos, Declarações e outros instrumentos legais que abordam a questão dos direitos sociais e de sua importância na sociedade, mas, nem sempre os pressupostos contidos nesses documentos são efetivados. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, por exemplo, propõe, entre outros, o princípio da liberdade e igualdade entre os homens, sendo possível perceber, em muitos casos, a falta de aplicação dos pressupostos nela declarados, a exemplo do direito de uma renda

condizente com uma vida digna. Em um país como o Brasil, percebe-se facilmente que este não é um direito assegurado igualmente a todos, tendo em vista que, muitas vezes, o indivíduo não alcança rendimentos suficientes para sua alimentação, vestuário, cuidados com a saúde e educação, tampouco para o seu lazer.

Isso demonstra claramente uma tensão social entre teoria e prática, que interfere no pleno exercício de cidadania. Em relação a isso, Telles (2006, p.138) afirma que:

Colocados na ótica da sociedade, os direitos não dizem respeito apenas às garantias formais inscritas nas leis e instituições. Não se trata, longe disso, de negar a importância da ordem legal e da armadura institucional garantidora da cidadania e da democracia. A questão é outra. O que se está aqui propondo é pensar os direitos em um outro registro. Pois, pelo ângulo da dinâmica societária, os direitos dizem respeito, antes de mais nada, ao modo como as relações sociais se estruturam.

Pelo exposto, a teoria e a prática no que diz respeito aos direitos são devidas, entre outros fatores, à já mencionada mudança do conceito de cidadania, marcada pela dinâmica da passagem do foco de participação dos homens do espaço público para o privado. Prevalece, hoje, uma estrutura social marcada pela dissolução do espaço público. Para Telles (2006) isso significa a perda de um mundo comum e, conseqüentemente, da perda da busca de um bem comum, que sirva ao coletivo. Tais reflexões ressaltam a relevância de compreendermos estas questões para assumirmos o papel de sujeitos históricos, capazes de (re)construir a nossa sociedade por meio de uma participação mais efetiva na vida pública.

Os direitos como prerrogativa para a cidadania e participação na vida pública

Telles (2006, p.38) se fundamenta em Arendt para afirmar que “a história do mundo moderno poderia ser descrita como a história da dissolução do espaço público, por onde poderia se expressar ‘um sentido cidadão de participação’”. Esta falta de participação do cidadão vem construindo as bases de uma sociedade despolitizada, marcada pela indiferença em relação às questões públicas, pelo individualismo e atomização, pela competição e por uma instrumentalização de tudo o que diz respeito ao mundo.

Além disso, contribui para promover uma “crise de valores” na sociedade atual, na qual tudo se transforma em meros fins para objetivos individuais. Esta orientação contraria a questão dos direitos sociais, que são voltados para o benefício da coletividade e para o desenvolvimento social. Sendo assim, “reduzidos à dimensão privada da vida social, esta agora se qualifica rigorosamente como privação. Os homens tornam-se seres inteiramente privados do ser visto e ouvido” (TELLES, 2006, p. 49).

Percebe-se, então, que a privação diz respeito tanto à limitação dos direitos, quanto da restrição de se exigir os mesmos e tê-los efetivos como forma de se exercer a cidadania plena. A partir daí, os indivíduos perdem sua voz, acarretando no não atendimento de suas necessidades básicas.

Sobre a “privatização” da vida social, compreendemos que o que acontece hoje é, certamente, uma inversão do que ocorreu na Grécia antiga, mesmo que aquela realidade tenha sido marcada por muitas contradições. Se antes a participação política e a discussão no âmbito público eram valorizadas, como forma de exercício da cidadania e efetivação dos direitos, nota-se na atualidade, o contrário. Observa-se a falta de interesse de participação na vida pública, o esvaziamento do espaço social comum e a conseqüente falta de cobrança e efetivação dos direitos próprios dos indivíduos. É imprescindível refletirmos sobre os porquês desta postura passiva que, gradativamente, foi incorporada em nossa vida cotidiana atual.

Tendo isso em vista, pode-se dizer que a questão em torno dos direitos sociais vai muito além de uma discussão teórica sobre o assunto. Sem dúvida, a formulação dos direitos sociais e sua discussão são de extrema importância para o desenvolvimento da temática. Entretanto, os direitos precisam ser reivindicados e cumpridos para que não permaneçam na abstração teórica e contribuam, de fato, para o desenvolvimento social e humano, baseando-se na participação pública, equidade de acesso e de direitos entre os homens.

Tais encaminhamentos podem ser concretizados a partir de várias frentes, e neste livro, destacamos o papel que as políticas públicas de lazer podem assumir neste processo, notadamente no que diz respeito à inclusão social dos idosos.

Sobre este aspecto, na realidade brasileira, é possível citar a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994) e o Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003). Embora a Constituição Brasileira de 1988 já garantisse muitas prerrogativas legais, a criação do Estatuto em 2003 foi uma conquista para a população idosa, uma vez que este proporciona à população alguns esclarecimentos sobre esta fase da vida, bem como evidencia os direitos deste grupo, no intuito de vivenciar uma velhice com mais dignidade.

De acordo com o Estatuto (Art. 3º):

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público garantir ao(a) idoso(a), com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Dessa forma, é necessário que todas as instâncias da sociedade se envolvam e se comprometam a garantir a efetivação dos direitos propostos, não só nesse Estatuto como também em outras Leis, Artigos e Declarações como afirma o próprio documento no Art. 10. “É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis” (Estatuto do Idoso, 2003).

Assim, deve haver uma interação entre diversos âmbitos sociais, pois só as ações fomentadas pelo poder público não são suficientes. Tendo em vista que também é obrigação da população garantir que os direitos sejam efetivados, deve haver uma união de forças em prol de um envelhecimento digno. Destacamos que o Brasil necessita, também, de pesquisas que permitam aprofundar conhecimentos com a finalidade de qualificar a intervenção junto a essa população.

Antes de adentrarmos na discussão sobre a velhice, cabe primeiramente refletir sobre o que vem a ser política e discutir a sua relevância para o auxílio de uma sociedade mais igualitária, equitativa e inclusiva.

2.3 Políticas públicas, participação e inclusão social

Políticas públicas e políticas sociais

Para Pentecado Filho (2008), política é um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder destinadas a solucionar, pacificamente, os conflitos relacionados aos bens públicos. Tendo essa compreensão como referência, pode-se dizer que as políticas públicas são resultantes da atividade política. O mesmo autor afirma que as políticas públicas compreendem o conjunto de decisões e ações relativas à alocação de poderes. Dessa forma, políticas públicas envolvem, entre outros aspectos, o planejamento, a implantação e a avaliação de processos referentes aos bens públicos, devendo comprometer-se com o bem-estar coletivo.

Alguns autores, como Menicucci (2006), entendem que políticas públicas dizem respeito a intervenções do Estado sendo, assim, compreendidas como políticas governamentais. Seguindo essa linha de raciocínio, as políticas públicas devem ser elaboradas a partir de um programa governamental, que irá priorizar certas concepções e ações específicas. Por isso, de acordo com Meny e Thoenig (apud MENICUCCI, 2006, p. 141-142), um programa governamental deve conter as seguintes características:

- (i) a existência de um conteúdo; (ii) um programa que articula ações em torno de eixos específicos; (iii) uma orientação normativa que expressa finalidades,

preferências e valores e tende para objetivos específicos; (iv) um fator de coerção, dado que a atividade pública se impõe em função da legitimidade decorrente da autoridade legal; e (v) pelo seu alcance, no sentido de que tem a capacidade de alterar a situação, os interesses e os comportamentos de todos que são afetados pela ação pública.

Esses elementos são muito importantes para compreendermos o processo de elaboração de políticas públicas, bem como o decisivo papel a ser desempenhado pelo Estado neste contexto.

Entretanto, nem todos os autores consideram que as políticas públicas tenham que ser, necessariamente, governamentais, admitindo assim a participação de várias outras instituições além do Estado.

Gastal e Moesch (2007, p. 39-40), por exemplo, afirmam que políticas públicas representam

as intervenções realizadas pelo Poder Público, instituições civis, entidades privadas e grupos comunitários, com o objetivo de atender à população nas suas necessidades materiais e simbólicas, garantindo-lhes acesso às mesmas, para que seja alcançada maior e melhor qualidade de vida não só para os grupos hegemônicos, mas também – e em especial – para os excluídos por razões econômicas, sociais e culturais, etárias ou de gênero, dentro do respeito à diferença.

Fundamentadas em Demo, Gastal e Moesch (2007) esclarecem também que as políticas públicas precisam incentivar a cidadania por meio da redistribuição de renda e de poder, da equalização de oportunidades, da emancipação humana e da adoção de estratégias preventivas.

Do nosso ponto de vista o Estado não deve deixar de cumprir sua responsabilidade neste processo político, mas, toda a sociedade pode e deve comprometer-se com a gestão de políticas públicas democráticas e participativas, pautadas na construção de um mundo mais justo, digno, inclusivo e sustentável. Além disso, políticas públicas comprometidas com a concretização de direitos sociais assumem o caráter de políticas sociais.

Menicucci (2006) coloca o tratamento do lazer dentro da política social como um desafio que deve perpassar questões como: parâmetros norteadores da política (conceitos adotados, visão sobre o lazer); garantia do acesso, utilização dos espaços e equipamentos; caráter das ações (focalizadas ou universalistas); deve ser setorial ou transversal; formas de integração com outros setores; formas de englobar atividades e conteúdos diferenciados.

Como lembram Isayama e Linhales (2006), o lazer se configura como uma possibilidade ética e estética de humanização sob a condição de ser vivenciado de

forma educativa para que possa, efetivamente, colaborar com a emancipação do indivíduo.

Marcellino (2008a) esclarece que, para isso, é preciso problematizar a questão do lazer considerando sua “ressonância social”, sua importância dentro dos centros urbanos, bem como sendo uma questão relevante para o bem-estar e qualidade de vida da população. Para se trabalhar o lazer dentro da política, o autor propõe noções norteadoras para a ação em favor do lazer dentro da gestão municipal. Segundo o autor, deve haver uma discussão que passe:

1. Pelo entendimento amplo do lazer, em termos de conteúdo sociocultural; pela consideração do seu duplo aspecto educativo, levando em conta, além de suas possibilidades de descanso e divertimento, também as de desenvolvimento pessoal e social e as de instrumento de mobilização e participação cultural; as barreiras socioculturais verificadas para seu acesso;
2. Por outro lado, pelos limites da Administração Pública Governamental Municipal e a necessidade de fixação de prioridades, a partir da análise de situação. (MARCELLINO, 2008a, p.14)

Essa abordagem apresenta a necessidade de se reconhecer a complexidade da questão, tanto no que diz respeito ao entendimento e práticas existentes de lazer na sociedade, quanto sobre os desafios impostos à administração pública no tratamento dessa questão.

Apesar desses desafios, deve-se ter claro que as políticas sociais no âmbito do lazer devem avançar no sentido inclusão social e da aceitação da diversidade. Como lembra Pinto (2008, p.54), “ampliando e diversificando oportunidades culturais, superando barreiras que possam dificultar ou impedir o acesso dos usuários a tais oportunidades/políticas.” Neste sentido, é fundamental ampliar o acesso ao lazer, diversificar os meios (equipamentos, espaços) disponíveis para essa vivência e priorizar a inclusão dos cidadãos.

Inclusão social como constituinte do exercício de cidadania

A discussão sobre o termo inclusão social abrange desde seu conceito básico e termos correlatos – como integração social e coesão social –, passando pelas suas relações com a exclusão social, suas implicações e contribuições utópicas, ideológicas e efetivas para a sociedade.

Há, atualmente, um grande impasse no que diz respeito à terminologia a ser empregada para designar a inserção de um indivíduo na sociedade. De acordo com

Sasaki, (1999, p.43) no sentido mais moderno, a inclusão e a integração possuem significados diferentes:

a) a integração significa a inserção de um indivíduo preparado para conviver em sociedade, e

b) a inclusão trata-se da “modificação da sociedade”, pré-requisito para as pessoas buscarem seu desenvolvimento e exercerem a cidadania.

Ainda nesta discussão sobre o termo adequado a ser referido, Amaro (2008) sugere o termo integração, que seria conquistada a partir de um processo de interação entre indivíduos e sociedade, no qual os primeiros devem se tornar cidadãos plenos e a segunda deve permitir e acolher a cidadania. O autor considera a integração como um processo de “interacção” entre uma das partes e outras partes de um todo e com este todo, assumindo essa “interacção” episódios de interdependência positiva (solidariedade), mas também de tensão e confronto (conflitualidade).

Nesse sentido, integração seria um processo que viabiliza o acesso dos indivíduos excluídos às oportunidades da sociedade, tornando-o novamente parte de um todo (inserção social), bem como o processo no qual a sociedade se organiza a fim de proporcionar e reforçar oportunidades para todos, tornando-as equitativas.

Neste caso, a integração social é tida como um processo mais amplo que visa conceder aos cidadãos não só o acesso aos benefícios e oportunidades sociais, mas também que estes sejam equitativos.

Não se pretende aqui discutir terminologias e seus conceitos, mas sim suas reais implicações na prática cotidiana. Neste caso, o termo “inclusão” aqui adotado refere-se à promoção de ações transformativas que visem à equidade de oportunidades, acesso aos bens (culturais, sociais, econômicos, etc.), respeito e valorização da diversidade, entre outros aspectos que serão discutidos adiante.

A palavra inclusão tem origem latina, proveniente do verbo *includere*. Cury (2006) afirma que o termo significa colocar algo/alguém dentro de outro espaço/lugar, ou seja, incluir. É formado pela união do prefixo “in” com o verbo *cludere*, que, por sua vez, significa fechar, encerrar. Diante disto, percebe-se que a compreensão do termo inclusão relaciona-se com a delimitação de um espaço, “fechado para alguns ou para muitos e que, por encerrar determinadas peculiaridades ou mesmo privilégios, não era, até então, compartilhado por outros.” (CURY, 2006, p.28)

Sasaki (1999, p.41) conceitua inclusão social como “o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir papéis na sociedade”. Ainda segundo o autor, a inclusão social constitui um processo bilateral,

onde é necessário que contenha iniciativas tanto das pessoas excluídas como da sociedade.

Complementando este conceito, Levitas (2003, p.1) pondera que outros aspectos da inclusão dizem respeito “a questões de direitos e questões de reconhecimento, e inclusão no processo de tomada de decisão, mais do que simplesmente nos resultados dessas decisões.”¹⁵ O autor destaca não só o reconhecimento de direitos, mas também a participação nos processos e decisões que poderão favorecer a inclusão social de determinado grupo.

A idéia de inclusão social aponta, segundo Amaro (2008), para a construção de uma sociedade que se organiza de forma a abrir as suas oportunidades para todos. Nesta direção, Sasaki (1999, p.41) declara que a prática da inclusão social repousa em alguns princípios, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana e a aprendizagem por intermédio da cooperação. Pode-se entender como diversidade humana toda e qualquer característica que varia, como idade, gênero, nacionalidade, religião, etnia, etc.

Para Levitas (2003), a idéia de inclusão precisa ser utópica. A autora se justifica explicando seu conceito de utopia, que não indica um ideal de sociedade perfeito e inatingível. Segundo seu ponto de vista, utopia expressa idéias ou orientações que, quando efetivadas, tendem a quebrar, parcial ou totalmente, a ordem das coisas prevaletentes em determinado momento. Dessa forma, considerar a inclusão social como uma utopia permite entendê-la como uma idéia que tende a superar paradigmas a fim de transformar a realidade.

Nesta perspectiva, a inclusão social tem o intuito de quebrar visões e atitudes pré-estabelecidas que reforçam sobremaneira as exclusões.

O binômio inclusão/exclusão

Muitas vezes, o discurso a respeito dos termos inclusão/exclusão tende a abordá-los sob a perspectiva socioeconômica da pobreza material, havendo a falta de uma abordagem mais ampla dos termos. Pode-se afirmar, ainda, que o conceito de inclusão social é freqüentemente definido como o simples oposto da exclusão social, o que limita a construção de seu significado.

Baseados em Sandell (1998), esclarecemos que o termo “exclusão social” teve seu uso iniciado na França em 1974 e obteve popularidade em vários países, sendo muito empregado no campo acadêmico e nos setores político e profissional. O conceito de exclusão foi definido, a principio, como algo relacionado às condições

¹⁵ Tradução adaptada de Levitas (2003).

de existência, focalizando a dimensão econômica da exclusão, muitas vezes ligada à pobreza material e à privação de ordem econômica.

Walker (apud Sandell, 1998) conceitua a exclusão social como uma formulação mais compreensiva que se refere ao processo dinâmico de ser “colocado de fora”, total ou parcialmente, de qualquer sistema, seja ele social, cultural, econômico ou político, que determinam a integração de uma pessoa na sociedade¹⁶. Esta concepção corrobora com a idéia de lazer como uma dimensão da cultura, uma vez que considera a falta de acesso no âmbito cultural como algo que define a exclusão de um indivíduo diante da sociedade.

Ainda sobre a exclusão da dimensão cultural, Sandell (1998) afirma ser necessário considerar três elementos:

- a representação (forma como a herança cultural de um indivíduo é representada perante a cultura hegemônica);
- a participação (oportunidades que um indivíduo tem de participar no processo da construção cultural), e
- o acesso (oportunidades de usufruir a cultura).

Tendo em vista uma concepção mais abrangente em relação à exclusão social, considerá-la como uma situação de falta de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade aos seus membros, significa que esta implica em privação, falta de recursos ou, de uma forma mais abrangente, ausência de cidadania, na medida em que esta se caracteriza pela participação plena na sociedade, em diferentes níveis como o econômico, político, social, cultural, etc.

Esta visão contribui para a discussão na medida em que amplia a abrangência dos processos de exclusão, não a limitando à dimensão econômica, e tomando-a algo a ser trabalhado a partir de diversas perspectivas.

Assim, a exclusão social pode privar o indivíduo em diversas dimensões, como resalta Amaro (2008): a do ser (da personalidade, da dignidade, da auto-estima e do auto-reconhecimento), estar (redes de pertencimento social, grupos de convívio), fazer (realização de tarefas socialmente reconhecidas, como o trabalho remunerado), saber (do acesso à informação – formal ou informal, escolar ou não – necessária à tomada fundamentada de decisões e da capacidade crítica face à sociedade), criar (capacidade de empreender, assumir iniciativas, concretizar projetos) e ter (benefícios sociais e financeiros).

Em suma, a exclusão social se efetiva no âmbito das relações sociais construídas culturalmente, devendo ser considerada simultaneamente sob a

¹⁶ Originalmente: “a more comprehensive formulation which refers to the dynamic process of being shut out, fully or partially, from any of the social, economic, political and cultural systems which determine the social integration of a person in society.” (SANDELL, 1998, p.405).

perspectiva individual/coletiva. A exclusão social é um termo abrangente, que se caracteriza pelo impedimento de uma participação plena nos diferentes sistemas da sociedade e que não depende, necessariamente, de uma condição de pobreza material. Afinal, existem vários tipos de “pobrezas”, como indicam as reflexões de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1986).

As necessidades são finitas e podem ser divididas em categorias existenciais (ser, ter, fazer, estar) ou axiológicas (subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, lazer, criação, identidade e liberdade). Segundo os autores, tendemos a confundir necessidades com “satisfatores”. Estes são mecanismos de satisfação das necessidades e, ao contrário delas, são ilimitados e podem variar de acordo com o contexto socioeconômico, ambiental, político e cultural (MAX-NEEF, ELIZALDE e HOPENHAYN, 1986). Qualquer necessidade não satisfeita gera uma ou várias pobrezas, desafiando-nos a vislumbrar possibilidades de superar as alarmantes exclusões que marcam nossas realidades brasileiras e latino-americanas.

Promovendo uma inclusão efetiva por meio de ações políticas

Para Sposati (2008, p. 3), a exclusão é a negação da cidadania, uma vez que esse conceito se relaciona com a concepção de universalidade e, com ela, com as noções de cidadania e de direitos sociais. A autora acredita que a exclusão social no Brasil está diretamente ligada a uma construção cultural, originada na forma exploratória da colonização do país. Sendo assim, “por conter elementos éticos e culturais, a exclusão social se refere também à discriminação e a estigmatização”, o que reforça a relevância, em sua concepção, da questão cultural, uma vez que o avanço no caminho da inclusão social só se dará com a consolidação das garantias sociais por meio de um projeto solidário.

A autora lista quatro princípios essenciais para um processo de inclusão efetiva, que serão apresentados a seguir.

Autonomia: o conceito de autonomia é compreendido, no âmbito do Mapa da Exclusão/Inclusão Social, como a capacidade e a possibilidade do cidadão em suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais, sob as condições de respeito às idéias individuais e coletivas. Supõe uma relação com o mercado, onde parte das necessidades deve ser suprida, e com o Estado, responsável por assegurar outra parte das necessidades. A possibilidade de exercício de liberdade, tendo reconhecida a dignidade humana, e a possibilidade de representar pública e partidariamente os seus interesses sem ser obstaculizado por ações de violação dos direitos humanos e políticos ou pelo cerceamento à expressão. Sob esta concepção o campo da autonomia inclui não só a capacidade do cidadão se auto-suprir, desde o

mínimo de sobrevivência até necessidades mais específicas, como a de usufruir de segurança social pessoal mesmo quando na situação de recluso ou apenado. É este o campo dos direitos humanos fundamentais.

Qualidade de vida: esta noção envolve duas grandes questões: a qualidade – que pode ser subjetiva – e a democratização dos acessos às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente, detendo assim aspectos objetivos, concretos e materiais. Sob esta dupla consideração entende-se que a qualidade de vida é a possibilidade de melhor redistribuição – e usufruto – da riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade; a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza, com o menor grau de degradação e precariedade.

Eqüidade: o conceito de eqüidade é concebido como o reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem. Assim, eqüidade é entendida como possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias, etc.

Desenvolvimento humano: o estudo do desenvolvimento humano tem sido realizado pela ONU/PNUD, por meio do Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH). Com base em suas reflexões, entende-se que o desenvolvimento humano é a possibilidade de todos os cidadãos de uma sociedade melhor desenvolverem seu potencial com menor grau possível de privação e de sofrimento; a possibilidade da sociedade poder usufruir coletivamente do mais alto grau de capacidade humana.

Discutir os preceitos capazes de promover a inclusão é importante para qualificar a atuação na sociedade e, por isso, as políticas inclusivas se tornam necessárias.

Não podemos simplesmente fingir que os problemas decorrentes da desigualdade social são inexistentes em nossa realidade.

Na medida em que são percebidas disparidades e desigualdades sociais, as políticas inclusivas são elaboradas, implantadas e avaliadas com o intuito de tornar real uma situação mais igualitária de acesso e efetivação dos direitos – neste caso, de acesso ao direito ao lazer e ao turismo, especialmente por parte dos cidadãos idosos brasileiros.

Cury (2006, p.39) afirma que tais políticas podem ser entendidas como “estratégias voltadas para a generalização e a universalização de direitos civis, políticos e sociais”. O autor ainda ressalta o papel do Estado na elaboração dessas políticas, devendo ser orientadas “pelo princípio da igualdade de oportunidades e pela igualdade de todos ante a lei.” (CURY, 2006, p.39).

As políticas inclusivas pontuam que a exclusão causada pelas diferenças existentes entre os indivíduos demanda ações que a reduzam. Além disso:

Tais políticas afirmam-se como estratégias voltadas para a focalização de direitos para determinados grupos marcados por uma diferença específica. A situação desses grupos é entendida como socialmente vulnerável, seja por causa de uma história explicitamente marcada pela exclusão, seja por causa da existência de circunstâncias naturais manifestas que produzem seqüelas em termos de alguma deficiência. (CURY, 2006, p.40)

Dessa forma, a existência das políticas inclusivas se dá pelo reconhecimento da necessidade de equiparar oportunidades e corrigir fragilidades da lógica excludente que impera em nossa sociedade. Pode-se dizer, então, que as políticas inclusivas devem estar baseadas em conceitos universalistas e com o intuito de promover a igualdade, tendo em vista a redução da desigualdade social.

Ademais, as políticas inclusivas reiteram o direito à diferença, à diversidade tipicamente humana, mesclando “questões de gênero com as de etnia, idade, origem, religião, deficiências, entre outras” (CURY, 2006, p.40). Neste sentido, todos podem frequentar os mesmos espaços como cidadãos e parceiros. Trata-se de efetivar a igualdade de oportunidades e de condições ante o direito inalienável do exercício da cidadania da pessoa humana, o que inclui acesso a direitos, deveres, responsabilidades, participação nas questões da sociedade, entre outros.

Todas as ações previstas pelas políticas inclusivas visam atingir uma sociedade boa e justa, que pode ser considerada como uma “sociedade inclusiva”. Levitas (2003) afirma que a idéia de uma sociedade inclusiva coloca em evidência a discussão sobre o tipo de sociedade em que se quer viver, ou seja, reforça o estabelecimento de parâmetros e características essenciais que determinada sociedade deve possuir para que possa ser igualitária e adequar-se às necessidades de todos os seus cidadãos.

[...] uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e da valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias. (SASSAKI, 1999, p. 164)

Para ser inclusiva, uma sociedade historicamente excludente necessita da elaboração de políticas direcionadas a este fim, que permitirão, por meio da asseguarção dos direitos dos homens e pela efetivação da cidadania, que se construa um espaço que aceite e respeite as diferenças e inclua todos os indivíduos nos processos sociais, políticos, econômicos e culturais da mesma.

Outra dimensão importante a ser abordada a respeito das políticas inclusivas é a participação em sua construção. As políticas participativas podem abordar desde questões de participação política, até fatores básicos da existência humana como a educação, transporte e lazer.

Pensar a respeito da desigualdade presente na sociedade atual implica, de acordo com Souza (2008), em pensar em mudanças estruturais nas políticas a fim de que as desigualdades construídas ao longo da história possam ser resolvidas.

Desse modo, um ponto de grande relevância é a participação da sociedade na elaboração de políticas, uma vez que com a participação, é possível promover a cidadania de forma ampliada. Afinal, “quanto mais se consolida a cidadania, mais se amplia a luta pela própria cidadania e pela inclusão” (PINTO, 2006, p.42). A autora entende que as políticas participativas são capazes de promover a inclusão social de forma equitativa, na medida em que a criação de políticas inclusivas e participativas “coloca-nos diante do reconhecimento e da valorização das necessidades das pessoas e seu desenvolvimento social e humano, fruto de ações em conjunto de condições objetivas e subjetivas que proporcionam qualidade de vida”.

Assim, valoriza-se a questão da participação como um fator essencial à inclusão de um indivíduo na sociedade, na medida em que ele passa a ter vez e voz, expondo suas demandas para que elas sejam atendidas.

De acordo com Demo (1988, p. 71) “participação é exercício democrático” e, por isso, se caracteriza como um processo. Trata-se, assim, de iniciativa que deve ser conquistada pela população como forma não só de se fazer presente e ativa na sociedade, como também de expressar suas reais necessidades e ser capaz de buscar sua satisfação de forma autônoma. Este ‘e um desafio para todos os cidadãos brasileiros, em especial para as pessoas idosas.

Neste sentido, o próximo capítulo tratará da velhice, focalizando em especial algumas características peculiares dos idosos – cidadãos que precisam vislumbrar novas possibilidades de transformação e de concretização de ações afirmativas, com o intuito de quebrar preconceitos. Dessa maneira, a sociedade brasileira poder’ a constituir um espaço de equidade e de igualdade de acesso às oportunidades de lazer e de turismo, trazendo à tona inúmeros desafios para a intervenção profissional neste âmbito.

3.1 Velhice, um novo passado

Envelhecimento exponencial da população brasileira

No decorrer do século XX tanto o envelhecimento quanto a velhice tornaram-se problemas sociais com repercussões que avançarão neste século XXI (ALVES JUNIOR, 2004). O expressivo crescimento demográfico da população idosa verificado nos últimos anos vem sendo acompanhado de novas demandas sociais, no sentido de políticas sociais, não somente em termos de saúde e bem estar, mas também de assistência social, infra-estrutura urbana, lazer, turismo e serviços diversos.

Essa parcela da sociedade vem crescendo a cada ano, portanto a estrutura etária do país está se modificando e com ela há o aumento das preocupações com as necessidades que a pessoa idosa demanda, tanto em seus aspectos biológicos, como nos de cunho mais social e humano. Essas inquietações partem do poder público, na busca de alternativas para melhorar a qualidade de vida na velhice, dos estudiosos que vêem na população idosa um campo de pesquisas crescente, e das empresas privadas, que visam este público como um “nicho de mercado” cada vez maior.

Atualmente, segundo a Organização Mundial da Saúde¹⁷ (OMS), cerca de 600 milhões de pessoas no mundo já completaram 60 anos. Em 2025 esse número dobrará, e em 2050 serão aproximadamente dois bilhões de pessoas. Tal crescimento é maior nos países considerados em desenvolvimento. No Brasil, também se observa o acelerado crescimento da população idosa, que dobra seu número a cada 20 anos. Cerca de 14,5 milhões de brasileiros atualmente têm mais de 60 anos de idade, o que corresponde a quase 10% da população brasileira. De acordo com os dados do IBGE (2004), para cada 100 crianças havia 16 idosos(as) em 1980. Já em 2000, para as mesmas 100 crianças já havia 30 idosos(as), quase o dobro em um período de apenas 20 anos. Projeta-se para 2020 um contingente de aproximadamente 30,9 milhões de pessoas que terão mais de 60 anos (CAMARANO, 2004).

Analisando alguns dados encontrados em pesquisas divulgadas pelo IBGE¹⁸ com relação ao crescimento populacional da população idosa, nota-se que o sudeste é a região que mais abriga pessoas acima de 60 anos de idade. O ritmo do crescimento da população idosa feminina é maior que a masculina, sendo que o

¹⁷ Disponível em http://www.who.int/ageing/events/idop_rationale/es/index.html. Acesso em: 01 out. de 2008.

¹⁸ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/defaulttab.shtm>. Acesso em: 02 set. de 2008.

número de mulheres idosas sobrepõe o de homens. Entretanto, com relação à chefia de domicílios, o número de idosos é maior que o de idosas. Informações como essas são capazes de auxiliar as políticas públicas de esporte, lazer e turismo a constituir um quadro de prioridades de acordo com as necessidades de cada região.

Além da alta fecundidade em décadas passadas, o aumento da expectativa de vida da população tem sido apontado como um fator do envelhecimento populacional brasileiro. Aliás, a própria população idosa está envelhecendo, aumentando também o número de pessoas com mais de 80 anos. Em 2000, esse grupo era responsável por 12,6% do total da população idosa (CAMARANO, 2004). E de acordo com Freitas (2004), considerando a população mundial, o número de centenários deve aumentar 15 vezes, passando de 145 mil, em 1999, para 2,2 milhões em 2050.

Dentre os fatores que possibilitam esta longevidade populacional estão os avanços da medicina na prevenção, no combate e tratamento de enfermidades. Freitas (2004) destaca a descoberta dos antibióticos no final da década de 1940, a criação das unidades de terapia intensiva e das vacinas, também em meados do século passado, e idéias de mudanças no estilo de vida a partir da década de 1960. Além dessas, podemos apontar conquistas sociais como a garantia da aposentadoria a partir das reformulações das políticas previdenciárias. Estas foram possibilitadas por leis e estatutos que visam garantir e promover benesses à população idosa, tratada muitas vezes de forma marginal.

Idosos: Conquistas e reconhecimentos legais

No Brasil, é possível citar a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994) e o Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003). Embora a Constituição Brasileira de 1988 já garantisse muitas prerrogativas legais, a criação do Estatuto em 2003 foi uma conquista para a população idosa, uma vez que este proporciona à população alguns esclarecimentos sobre esta fase da vida, bem como evidencia os direitos a que esse grupo etário tem direito, no intuito de vivenciar uma velhice com mais dignidade.

De acordo com o Estatuto (Art. 3º):

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público garantir ao(a) idoso(a), com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Dessa forma, é necessário que todas as instâncias da sociedade se envolvam e se comprometam a garantir a efetivação dos direitos propostos, não só nesse Estatuto

como também em outras Leis, Artigos e Declarações como afirma o próprio documento no Art. 10. “É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis” (Estatuto do Idoso, 2003).

Assim, deve haver uma interação entre diversos âmbitos sociais, pois só as ações fomentadas pelo poder público não são suficientes. Tendo em vista que também é obrigação da população garantir que os direitos sejam cumpridos, deve haver uma união de forças em prol de um envelhecimento digno.

Com o aumento da preocupação relativa à velhice nestas últimas décadas, percebemos muitos avanços. Porém, ao contrário de alguns países desenvolvidos que constituíram uma cultura de apoio e valorização ao idoso, principalmente por estar enfrentando esse processo há mais tempo, como já mencionado, o Brasil ainda carece de pesquisas que permitam aprofundar conhecimentos com a finalidade de qualificar a intervenção junto a essa população, tendo em vista a promoção de uma vida com mais qualidade na velhice.

Além disso, a velhice é um tema de pesquisa ainda recente em nossa realidade e que raramente apresenta considerações sobre o lazer das pessoas idosas, bem como sobre a sua importância nesta fase da vida. Muitos estudos no campo da Gerontologia têm se dedicado a essa questão, mas verifica-se escassa consideração sobre o lazer, que representa um dos fatores básicos para o exercício da cidadania e também para a busca de uma vida com mais sentido e qualidade (PINHEIRO, 2007). Esta constatação revela uma lacuna nos estudos e também nas iniciativas voltadas para o estabelecimento de ações reais e efetivas na área.

Novos termos, novos significados?

Ao lidarmos com o processo de envelhecimento em nosso país é necessário que consideremos as características, diferenças e particularidades que permeiam e fazem parte desta fase da vida. A velhice constitui uma categoria que precisa ser compreendida com mais profundidade, evitando-se naturalizações. Como destaca Py (1999), devemos cuidar dos extremos equivocados: tanto no sentido de considerar as pessoas idosas desprezadas e abandonadas, como manter uma imagem idealizada quanto ao destino, como se a velhice fosse uma fase meramente repleta de realizações.

A partir daí será fundamental refletirmos mais sobre os significados de termos como “maturidade” e “terceira idade”. Terminologias como essas, geralmente, podem ser utilizadas na busca de uma “glamourização” da velhice, tendo como escopo o mascaramento ou até mesmo a negação deste período da vida por meio

da desconsideração das dificuldades e limitações (físicas, mentais e sociais). Não se trata, também, de comparações entre pessoas idosas e não idosas, mas sim, de respeito às especificidades de cada momento da vida humana, pois, termos novos muitas vezes tentam ocultar velhos significados. Ariés (1990) já dizia que a fuga do envelhecimento e a negação da velhice escondem um receio mais profundo, que é o medo da morte.

O termo maturidade, por exemplo, pode indicar um estágio concluído, como o de uma fruta madura, que já atingiu seu desenvolvimento ideal e está pronta para ser colhida. A partir desse estágio iria se deteriorando e apodrecendo, como se na velhice não houvesse desequilíbrios e adaptações constantes, como ocorre em todas as fases da vida do ser humano (BARRETO, 1997).

A autora acima comenta que a expressão “terceira idade”, por sua vez, talvez indique um processo trifásico da existência que está se encerrando. Mas quais seriam as outras duas fases anteriores? Como então classificar infância, adolescência, juventude, idade adulta, etc., em apenas duas fases anteriores à chamada “terceira idade”? E será que existiria uma quarta fase, ou estaria a vida nela encerrada?

Dessa maneira, alguns desses termos são utilizados para reforçar estereótipos de seres ativos, que respondem a novos desafios com facilidade, adotando estilos de vida e formas de consumo apropriadas, transformando assim o envelhecimento em um novo mercado de consumo.

Complementando, Alves Junior (2004) considera que, para afastar e negar um modelo de velhice que associa à pessoa a idéia de inutilidade e peso para a sociedade, muitas dessas nomenclaturas servem para sugerir, homogeneamente, modos de vida onde tudo é aparentemente possível e permitido se realizar.

Por isso, optamos por utilizar, nesta obra, o termo velhice. Concordamos com Barreto (1997, p. 130), quando a autora afirma não ser necessário “evitar o termo velhice: o importante é apontar o preconceito e o medo da velhice, duas faces da mesma moeda cunhada pela sociedade do lucro, da produtividade, do descartável”.

Entretanto, é possível observar que ainda nos dias de hoje o termo “velho” está carregado de conotações pejorativas associadas à coisa “velha”, à inutilidade, pobreza e ao abandono, o que gera uma marginalização desse indivíduo. Já o termo idoso, na língua portuguesa, é aquele que parece indicar respeito quando há referência às pessoas velhas, ou seja, aos sujeitos da velhice.

Mesmo cientes de que não será uma palavra ou uma expressão, em si, que garantirá uma abordagem mais consistente, contextualizada e crítica a respeito da velhice, e que esta etapa da vida não segue necessariamente um período cronológico, consideramos interessante tratar esses sujeitos, também, como pessoas

idosas, atentando ainda ao fato de que, em nossa realidade, as mulheres – por diversas razões – constituem a maioria dessa população.

A predominância feminina aumenta à medida que se envelhece, principalmente nas áreas urbanas, onde há mais mulheres idosas do que homens idosos, ao contrário das áreas rurais (CAMARANO; KANSO; MELLO, 2004).

É importante lembrar que mesmos alguns desses termos, muitas vezes carregados de falsas expectativas e empregados de forma irrefletida, contribuem, em parte, para certa “aceitação” do processo de envelhecimento por algumas pessoas. Por isso, mais importante que o termo em si é o seu significado, o que ele quer expressar, enfim, se é utilizado com o intuito de colaborar com a aceitação, compreensão e conhecimento sobre essa fase da vida, considerando os limites e conquistas que ela pode proporcionar.

Realidades heterogêneas da velhice

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera como idosas as pessoas com 60 anos ou mais pertencentes a países em desenvolvimento, e a partir dos 65 anos de idade no que se refere a países desenvolvidos. Mesmo reconhecendo que a cronologia não é o único parâmetro capaz de definir a velhice e o processo de envelhecimento, neste estudo consideramos como pessoas idosas aquelas que já completaram 60 anos de idade, de acordo com a Política Nacional do Idoso e com o Estatuto do Idoso (CAMARANO, 2004). Há ainda alguns autores (como UHLEMBERG e JOHNSON, apud DEBERT 1999a) que aprofundam ainda mais nas categorias: jovens idosos (65-75 anos), idosos-idosos (75-85 anos) e idosos mais velhos (85 anos em diante).

Como critérios de classificação para fins metodológicos em estudos e pesquisas, fins didáticos, para fomento e organização de serviços públicos e para formulações de políticas públicas, como ressalta Camarano (2004, p. 6), “a demarcação de grupos populacionais é extremamente importante. Através dela é possível identificar beneficiários para focalizar recursos e conceder direitos, o que requer algum grau de pragmatismo nos conceitos utilizados”. Apesar de simplificar a heterogeneidade de tais grupos, os problemas das classificações podem ser amenizados por meio de subclassificações por etnia, gênero, estado conjugal, inserção familiar e no mercado de trabalho, localidade, rendimentos, grau de deficiência, escolaridade, subgrupos etários, entre outras.

É importante, assim, considerarmos mais do que a simples mudança de idade. Há, por exemplo, um grande intervalo etário entre pessoas com 60 anos e pessoas com 90 anos, todas com significativas diferenças embora pertençam a um mesmo grupo social. Outro exemplo diz respeito a pessoas na faixa dos 40 anos de idade participando ativamente de programas e atividades voltados para o público idoso,

enquanto encontramos, também, pessoas aproximando-se de 70 anos de idade e que negam definitivamente a velhice, afirmando-se “jovens” com o argumento de que o que faz a juventude é a maneira de pensar.

Interessante observar que tais pessoas, na maioria das vezes, apegam-se a um mito sobre a juventude e, neste sentido, lamentavelmente acabam rejeitando não somente as perdas, mas também os ganhos que a velhice pode proporcionar.

3.2 A velhice como processo social e construção cultural

Fase de perdas, fase de ganhos

Ressaltamos a inexistência de um limite demarcado biológica ou sociologicamente para caracterizar as pessoas idosas. De acordo com Bourdieu (1980, p. 145) “a idade é uma variável biológica, socialmente manipulada”. Assim como as demais etapas da vida como infância, juventude e idade adulta, entre outras, a velhice também é uma categoria construída culturalmente. Não há uma linha de transição a ser transposta.

Segundo Komatsu (2003, p. 75), “não somos tão velhos somente quanto o nosso coração ou as nossas artérias. Somos tão velhos quanto a nossa experiência e tempo de vida, ou quanto o minguar da nossa esperança na vida, e da nossa expectativa de bem-viver”. Ainda segundo este autor, o envelhecimento na perspectiva dos que já são idosos(as), tal como é visto pelos que, apesar de também envelhecerem, ainda não são pessoas idosas, é um processo social. Envelhecer trata-se, portanto, de um processo biológico, mas que é ressignificado culturalmente e elaborado simbolicamente a partir das fronteiras etárias.

Percebe-se que o envelhecimento, na maioria das vezes, não é valorizado em sua essência e está cada vez mais associado à doença, tornando-se muito temido e marginalizado, chegando a ser recusado, e até mesmo combatido, em busca de certa “cura”. Por vezes, conceitos carregados de expectativas adultas ou infantis sobre a velhice contribuem com a idéia de a pessoa idosa ser um adulto decadente e com uma conseqüente negação da velhice por parte de seus representantes. Uma perda cultural da fantasia de si mesmo em seus mais diferentes aspectos – religião, filosofia, ideologia, arte, política – torna-se quase inevitável. Homens e mulheres tentam a todo custo mascarar e, se possível, eliminar traços físicos e emocionais do envelhecimento, reafirmando uma crença neurótica e imatura no mito da eterna juventude e na imortalidade humana (BARRETO, 2002). Fantasias que procuram resistir à realidade, negando o seu curso natural e desvalorizando simbolicamente a velhice.

Talvez sejam fruto da exaltação do modelo jovem e da juventude em nossa cultura/sociedade ocidental, valores introduzidos na infância e reafirmados ao longo da vida. De acordo com Gomes e Faria (2005, p.38), a juventude constitui um modelo cultural que se projeta sobre as demais fases da vida,

daí a importância de não abordar cada faixa etária em si, mas buscar identificar nos interstícios, nas zonas de fronteira, as questões que nos revelam o sentido que o curso da vida pode assumir em função das demarcações culturais que definem esse sistema de relações.

Enfrentando o processo de envelhecimento

Concordamos com Alves Junior (2004) ao considerar equivocada a compreensão da velhice como um período da vida associado unicamente a desvantagens, apesar das perdas que temos e acumulamos ao longo da vida. Realmente sofremos perda de acuidade visual, auditiva, de memória, de cômputo, amigos e parentes, de mobilidade, de ocupações e papéis sociais (embora ganhem alguns outros como avós e avós, entre outros), status e poder, espaço, até mesmo nossa casa, nosso lar. Entretanto, a maior perda ainda é a do respeito.

Portanto, o processo de envelhecimento estimula nossa capacidade de adaptarmos ao nosso companheiro(a), ou na sua ausência, a família, ou na sua falta, a sociedade (KOMATSU, 2003). Nesse processo contínuo que ocupa toda a vida, as pessoas tornam-se depositários de lembranças, saberes, experiências, o que poderá facilitar, em maior ou menor grau, o enfrentamento de novas questões e problemas.

Como destaca Hayflick (1997), ninguém nunca morreu vítima de cabelo branco, pele enrugada ou dificuldade de enxergar ou ouvir. Tais mudanças normais, associadas ao tempo de vida, não são doenças, e sim, típicas de milhares de alterações em nosso organismo, embora menos aparentes, à medida que envelhecemos. Não estamos doentes porque experimentamos modificações normais associadas à idade.

Todavia, em nossa sociedade, ainda são grandes as dificuldades e resistências em aceitar o processo de envelhecimento como algo natural.

Em virtude de sua programação genética, o ser humano fica mais sujeito a perdas em vários domínios, biológicos, psicológicos e sociais, de acordo com sua história de vida. “No entanto, dizer que na velhice ocorrem mais perdas do que ganhos não significa dizer que velhice é sinônimo de doença e nem que as pessoas ficam impedidas de funcionar” (NERI e CACHIONI, 1999, p. 121).

Doenças associadas à velhice prevalecem pela menor capacidade orgânica de combatê-las. Apesar de nossas perdas funcionais serem normais, e acontecerem pelas infinitas mudanças que acontecem ao longo da vida, aparentes ou não, elas

realmente acarretam uma maior vulnerabilidade. Deve-se levar em conta, por exemplo, o alto nível de cuidados com a saúde das crianças. Estas não são doentes em si mesmas, mas, apenas apresentam um delicado e frágil organismo naquela etapa da vida. O que faz mal não é a idade, mas o despreparo para lidar com o processo saúde-doença.

Não é a velhice que produz um estado de saúde debilitado, isso é decorrente de uma sociedade que não oferece a todos os seus cidadãos condições dignas para viver e envelhecer. Como visto, doença e fraqueza não são simples questões biológicas, mas socioeconômicas. É muito difícil obter uma velhice sadia quando se lidou ao longo da vida, por exemplo, com as piores condições de educação, saneamento básico, alimentação e moradia (BARRETO, 2002).

Quando a saúde é entendida como a conservação da qualidade de vida e da possibilidade de conviver e se adaptar a novas condições, pode-se considerar saudáveis um grande número de pessoas idosas que apresentam as limitações próprias da idade (dificuldades para enxergar, ouvir e andar, entre outras) ou que são portadoras de doença crônico-degenerativas sob controle (tais como hipertensão arterial, diabetes, doença cardiovasculares, reumatismo, osteoporose). Com os devidos cuidados, nem as doenças, nem o uso de medicamentos, impedem as pessoas idosas de participar de grupos de convivência, “universidades da maturidade” ou programas de lazer e de turismo. (ISAYAMA e GOMES, 2008)

Em suma, a velhice e o processo de envelhecimento são realidades heterogêneas. Patologias que ocorreram durante o processo de envelhecimento e desenvolvimento, a presença de fatores genéticos e relacionados ao ambiente ecológico influenciarão o modo de se envelhecer. Porém, além disso, o envelhecimento pode variar de acordo com as culturas e subculturas, conforme os tempos históricos, classes sociais, histórias de vida pessoais, condições educacionais, estilos de vida, gêneros, profissões, etnias, etc., dentre os muitos elementos que integram o universo histórico e sociocultural de indivíduos e de grupos (NERI e CACHIONI 1999). Portanto, as maneiras de lidar com as dificuldades e obstáculos característicos dessa etapa da vida são diferentes para cada sujeito.

Aceitando a velhice

Não é apenas na velhice que precisamos aprender a lidar com o processo saúde-doença, mas este momento da nossa existência, pelas suas características, requer uma atenção a este aspecto. Barreto (2002) afirma que mais do que a própria doença em si – com seus sintomas desagradáveis, com os cuidados e medicamentos que exige em qualquer fase da vida – é a maneira como ela é encarada pelo

indivíduo que determina a possibilidade ou não de continuar com o seu cotidiano, seus planos e projetos e participar de novas ações.

Segundo Komatsu (2004), doenças e limitações podem co-existir. O que vai variar é a forma como isto irá impactar o cotidiano de cada pessoa, bem como as suas tarefas, relações e atividades diárias, das elementares as mais complexas, como cuidados pessoais, fazer compras, cuidar do orçamento, viajar, etc.

A vida é uma constante possibilidade de adaptações e auto-regulações nas esferas biológicas, psicológicas e sociais. Afinal, ter saúde é preservar a qualidade de vida, encarando as dificuldades físicas, emocionais e existenciais, cuidando delas e superando-as, como salienta Barreto (2002). Mesmo reconhecendo que essas considerações são importantes, lembramos que a saúde é determinada por vários outros elementos, tais como aspectos econômicos, sociais e políticos essenciais para garantir padrões saudáveis de existência, cuidados relativos à promoção da saúde e à prevenção de doenças, práticas de assistência e cuidado no plano individual, bem como atendimento de urgência e emergência, com intervenção imediata em situações limite de vida ou de sofrimento.

Se não bastasse essa conotação negativa a que a velhice é relegada, onde o indivíduo é tido como chato, rabugento, ultrapassado, demente, pobre, sujo, abandonado, etc., há outro modelo que, apesar de antagônico, também acaba por negar a velhice. Este segundo modelo, ao extremo, de acordo com Debert (1999a), considera as pessoas idosas como seres ativos, aptos a enfrentarem novos desafios com originalidade e esperteza. A imagem da pessoa é relacionada a um indivíduo excêntrico, independente, sempre bem disposto, animado e feliz.

Tal compreensão faz coro ao discurso que aproveita o envelhecimento como um novo mercado de consumo, não só de produtos, mas também de estilos de vida, quase sempre, ligados a modelos de juventude, onde não há espaço para a doença, para a limitação física e para a dependência como destino dos que envelhecem. Nesse novo padrão de mercado, a juventude eterna é possibilitada por novos vestuários, novas formas de se relacionar com o corpo, com familiares e com amigos, além de novas formas de lazer e de turismo. Trata-se de impor novas regras de comportamento e de consumo de bens específicos, mostrando como pessoas que não se sentem velhas devem proceder (DEBERT, 1999b). Revistas, filmes, novelas, propagandas, entre outros, bombardeiam a sociedade, despertando e suscitando o consumo de mercadorias, tratamentos e terapias que “asseguram”, por intermédio da cosmética, da dietética e da estética, a juventude como modo de vida ao indivíduo.

Velhice “bem sucedida” não é a manutenção ou conservação do desempenho de pessoas mais jovens. Envelhecer bem vai depender do equilíbrio entre as limitações e as potencialidades do indivíduo, o que lhe permitirá, com

diferentes graus de eficácia, lidar com as perdas de capacidades ocorridas durante o envelhecimento (NERI e CACHIONI, 1999). Se tais perdas limitam a aprendizagem de novas habilidades, de coisas novas, por outro lado, com experiência de vida, eles facilitam a solução de problemas da vida prática, possuem a capacidade de aconselhamento e troca de experiências, o que pode ser propiciado, inclusive, por meio de vivências de lazer e de turismo.

3.3 Contribuições do lazer e do turismo para ressignificar a velhice

Lazer de pessoas idosas: Igual ou diferente de outros grupos etários?

No aumento de visibilidade que a velhice vem adquirindo nos últimos anos, o número de espaços destinados a essa população têm crescido por toda parte, seja por meio de projetos e grupos sociais, seja no meio acadêmico, por intermédio de pesquisas e programas universitários¹⁹.

Scharfstein (2004) destaca a importância da educação permanente, de Paulo Freire, problematizadora, conscientizadora e libertadora, para auxiliar na interação do ser humano com o mundo em transformação. Este tipo de educação vem sendo abordada em grupos de convivência e projetos universitários com o escopo da reinserção e inclusão social das pessoas idosas. Além disso, esses espaços de valorização do processo de envelhecimento evitam o isolamento e o adoecimento psíquico dele decorrente.

Debert (1999a, p.47) afirma que atividades de lazer dirigidas especificamente aos idosos – desde atividades turísticas até universidades abertas para a terceira idade –, “surgem como formas de colocar em circulação o dinheiro dos velhos e constituir guetos de idosos, intensificando sua segregação”, fazendo com esta última seja mais problemática que a própria pauperização e a miséria.

Ao tratar de questões relativas às minorias sociais, Melo (2003) destaca que, muitas vezes, o processo de formação de guetos, ou seja, de isolamento desses grupos é o único caminho possível. Contudo, o fundamental seria desenvolver maneiras de viver em sociedade que valorizem não a homogeneidade, mas a tolerância e o reconhecimento das diferenças, uma vez que nem mesmo as minorias são homogêneas, mas diferentes em cada contexto. Por conseguinte, destacamos a importância de estimular o convívio intergeracional como meio de efetivar a inserção

¹⁹ Destacamos os cursos ofertados pelos programas “Universidade Aberta para a Terceira Idade”, “Universidade da Terceira Idade”, entre outros com mesmo fim. Destinados à população idosa, são realizados em instituições de ensino superior, públicas e privadas de todo o país, com a oferta de palestras, mesas-redondas, oficinas, atividades físicas e socioculturais.

social de pessoas idosas e também a educação da população, chamando a atenção para estes aspectos.

Neri e Cachioni (1999) destacam três abordagens de educação existentes relacionadas à velhice: para os idosos, a partir de programas educacionais que levam em consideração as necessidades deste grupo; educação para a população em geral sobre a velhice, fazendo com que revejam seus conceitos, e trabalhe seus próprios processos de envelhecimento; por último, a educação que vise a formação de recursos humanos para trabalhar com esse público.

Comentando o papel dos profissionais que atuarão com pessoas idosas, Alves Junior (2004) considera fundamental uma intervenção atenta a determinadas especificidades desse grupo tão heterogêneo, com demandas bem diferentes de outros grupos como as crianças e os jovens.

É comum encontrar adaptações inadequadas de atividades propostas para crianças (o que infantiliza o idoso), para jovens ou adultos (deixando o idoso como um adulto decadente) desconsiderando as especificidades e limitações deste público. Sendo assim, é possível identificar a perda do lugar de sujeito ativo, pois profissionais que não estão preparados para intervir junto a esse público desconsideram os desejos e anseios dos mesmos propondo práticas descontextualizadas.

Complementando, concordamos com Barreto (1997) quando a autora problematiza que o velho não é um adulto decadente, nem mesmo uma criança que precisa ser tutelada, infantilizada. O lazer do velho não é indiferenciado, sendo falsa a idéia que para a pessoa idosa serve qualquer coisa. Segundo a autora, "abandonar de vez a visão infantil, narcísica e onipotente, que nega a velhice que já se instalou, reafirmando a crença neurótica e infantil na juventude eterna e na mortalidade humana", além de aceitar, compreender e analisar a realidade em que se vive, assim como o resgate de sonhos, é possível tanto em uma clínica psicológica, como por meio de vivências de lazer (BARRETO, 1997, p. 136). Os idosos são sujeitos singulares que desafiam nossa percepção sobre o tempo, relações humanas, valores e princípios éticos, prioridades, limites, desafios, sensibilidades, angústias, exclusões, enfim, sobre toda a complexidade e beleza da vida.

Não basta simplesmente "ocupar" o tempo livre. Em busca de proporcionar alegria, satisfação, novas formas de aprendizado para a população idosa e a inserção social, deve-se pensar em atividades dinâmicas e criativas por meio de um lazer que colabore para ressignificar, de forma construtiva, o tempo livre dessa parcela crescente da sociedade. Para que isso seja possível é preciso investir na formação de pessoas que, por meio de uma interação com pessoas idosas, construam coletivamente atividades condizentes com a realidade, necessidade, e interesses dos mesmos.

O valor do lazer na velhice não reside nas atividades propostas, tampouco na quantidade de experiências vivenciadas, mas, no que elas significam para cada idoso, para as instituições, para as famílias. Por isso, os membros do grupo devem ser convidados a participar do processo de construção da proposta a ser desenvolvida, atuando como sujeitos, e não como simples espectadores, colocando em evidência o desafio de partilhar o conhecer, o vivenciar, compreender e avaliar o lazer e o turismo com a qualidade que se deseja. O importante é considerar o desejo de auto-realização, as relações sociais, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento das potencialidades e a aprendizagem continuada (ISAYAMA e GOMES, 2008).

Sem desconsiderar os conteúdos mais apreciados pelos idosos, os autores acima lembram que é fundamental procurar diversificar o leque de opções, ou seja, eleger experiências que têm significado para o grupo, que despertem seu interesse. Além disso, quando o lazer e o turismo são vivenciados em um ambiente motivante, democrático e enriquecedor, que valoriza o potencial dos idosos pode, por meio de discussões, levá-los a refletir sobre suas relações, sonhos e objetivos, aumentando sua disposição para o dia a dia. Neste sentido, conceber o lazer como um direito social significa assumir a responsabilidade de ampliar o acesso das pessoas às manifestações lúdicas da nossa cultura: festas, passeios, espetáculos, viagens, esportes, jogos, brincadeiras, oficinas, artesanato, trabalhos manuais e diversas formas de artes (pintura, escultura, literatura, dança, teatro, música, cinema), entre inúmeras outras possibilidades que podem proporcionar valiosos benefícios, especialmente na velhice (ISAYAMA e GOMES, 2008).

Ao vivenciar o lazer e o turismo, as pessoas idosas podem exercitar a capacidade de decisão, pensamento e imaginação, ampliar as oportunidades de integração e convívio social, além de (re)construir e (re)organizar a experiência cultural de seu tempo. Desenvolvendo oportunidades que tenham significado para o grupo, é possível que o lazer e o turismo colaborem com a contínua formação dos idosos - estimulando a iniciativa, a independência, a troca de idéias e a superação de desafios por parte dos envolvidos, respeitando os limites pessoais de cada um e resgatando sonhos e projetos.

Dificuldades que rondam o lazer na velhice

De acordo com Deps (1993), são vários os estudos que observaram a eficácia de atividades físicas e sociais, tanto no combate como na prevenção do estresse e outras doenças, por se tratar de um meio privilegiado da pessoa idosa conquistar bem-estar psicológico.

Porém, muitas vezes, a participação voluntária de pessoas idosas em determinadas vivências de lazer e turismo é limitada e/ou inibida por fatores como problemas de saúde, pela concepção de velhice do próprio sujeito, e do responsável por conduzir a atividade, carregada de estereótipos culturais e desvinculada da possibilidade de ganhos e de crescimento pessoal, por dificuldades financeiras, experiências anteriores traumáticas, falta de infra-estrutura local adequada, assim como pelo oferecimento de atividades limitadas, sem planejamento ou direção, conduzidas por leigos. Gomes e Pinto (2005) ainda destacam como dificuldades a falta de companhia para realizar a atividade e a violência urbana.

Nesse sentido, Melo (2003) destaca outras duas possíveis barreiras em programas de intervenções: questões de gênero e de religiosidade. Segundo o autor, devem ser consideradas as expectativas e dificuldades de homens idosos em participar de programas de lazer. De acordo com Camarano, Kanso e Mello (2004), as mulheres participam mais do que os homens de atividades extradomésticas (fazem mais cursos especiais e viagens), de organizações e movimentos de mulheres.

Sobre os aspectos religiosos, Melo (2003) afirma terem grande importância e influência nos momentos de lazer desse grupo, estimulando certas formas permitidas de “diversão”, ou proibindo determinadas atividades. Assim, considerando os idosos influenciados e inseridos numa dada comunidade, as políticas e programas de lazer e turismo devem adotar uma perspectiva multicultural de sociedade, atentos a preconceitos, estereótipos e discriminações.

A interação social, proporcionada por atividades em grupo, é extremamente favorável ao bem-estar emocional, uma vez que facilita a emergência de significados comuns e uma maior aproximação interpessoal. Nesta perspectiva, Dets (1993, p.70) observa que a “atividade pode ser vista como um meio de contrabalançar as perdas comuns a este estágio da vida e uma forma de crescimento pessoal”.

São inúmeras as possibilidades de vivenciar o lazer e o turismo. Lançando mão dessa diversidade de manifestações, profissionais de diferentes áreas do conhecimento podem desenvolver propostas que contemplem necessidades e interesses presentes na velhice, desconstruindo mitos e preconceitos que cerceiam a qualidade de vida nesse momento da vida.

Trabalho, lazer e turismo na velhice

Como tratado anteriormente neste capítulo, a realidade brasileira, assim como suas características sóciodemográficas, vem se alterando gradativamente nos últimos anos, principalmente devido ao aumento da expectativa de vida da população em geral, que por sua vez ocasiona uma transformação cultural da sociedade. Uma das conseqüências desse processo é a continuidade, no mercado de trabalho, de

peças idosas, mesmo daquelas que já se aposentaram. De acordo com dados apresentados pelo IBGE, considerando o censo demográfico realizado em 2000²⁰, é altamente significativa a participação de pessoas idosas como responsáveis por domicílios no país. Mais de 62% do público constituído por pessoas acima de 60 anos de idade são chefes de família, ou seja, provedores de seu núcleo familiar.

Portanto, ao afirmarmos um aumento do “tempo livre”, fruto da liberação de obrigações sociais e familiares, e conseqüentemente, a busca por novas formas de lazer na vida de idosos(as), para evitarmos generalizações é importante considerarmos também as demais parcelas dessa população. Muitas pessoas idosas, mesmo aposentadas, retornam ao mercado de trabalho formal e ao não-formal (prestando serviços e fazendo “bicos e biscates”) para garantir a renda, ou complementar a aposentadoria/pensão, ou que assumem novas responsabilidades familiares, como cuidar de netos, fazer serviços para a família, etc. Pode-se observar que uma grande parcela de pessoas idosas, no Brasil, ainda possui determinadas responsabilidades em seus lares, contribuindo economicamente com as suas famílias. O que pode representar a necessidade de manutenção de algum tipo de atividade laboral.

Uma pesquisa realizada com idosos e idosas de um projeto de extensão universitária, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mostrou que 94% dos entrevistados estavam envolvidos com algum tipo de trabalho ou ocupação diária. Entretanto 55% afirmaram participar de algum tipo de vivência lúdica durante a semana, indicando que experiências de lazer podem efetivamente fazer parte do cotidiano dessas pessoas idosas. Com todas as dificuldades com que se deparam diariamente, não abrem mão de certas vivências. Constatou-se ainda que os interesses de lazer deste grupo são bastante diversificados e contemplam atividades desportivas, artísticas, sociais, manuais, intelectuais e turísticas, entre outras (GOMES e PINTO 2005).

Não obstante, as buscas por prazer e satisfação, pela participação e consumo de novos bens culturais, enfim, por novas opções de lazer, são também impulsionadas por políticas públicas de esporte, lazer e turismo, fazendo com que sejam importantes possibilidades para a população idosa.

Os resultados dos estudos apresentados por Barreto (2002) apontam entre as principais motivações para a viagem na velhice a necessidade de descanso, de quebrar a rotina, de fugir dos problemas, de diversão, de conhecer novos lugares e pessoas. Segundo a autora, há alguns requisitos importantes a serem considerados, que vão além da qualificação dos profissionais envolvidos, como cuidados com a

²⁰ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/defaulttab.shtm>. Acesso em 05 set. de 2008.

medicação e com enfermidades, com limitações decorrentes de doenças crônicas e da idade avançada, e, portanto, com a infra-estrutura dos locais visitados.

Portanto, é fato que independentemente do destino, o turismo na velhice é um campo fértil para o desenvolvimento de localidades devido a sua disponibilidade de tempo, mas é preciso estar atento ao fato de que é necessário sistematizar estratégias de intervenção coerentes com os fundamentos aqui delineados. Deve-se, portanto, ter cautela com as constantes tentativas de atração da população idosa no sentido de transformá-la em consumidora passiva de determinados produtos.

Outros olhares sobre a velhice e sobre a atividade turística podem gerar, dessa forma, oportunidades para o surgimento de tendências preocupadas em descobrir outros destinos além daqueles já consolidados e em sistematizar intervenções alternativas no campo do lazer. É necessário vislumbrar outras perspectivas para o turismo, sensíveis às características, anseios e necessidades das pessoas idosas, superando assim as visões estereotipadas que reforçam preconceitos infundados e tratam, equivocadamente, esses sujeitos apenas como consumidores passivos, o que restringe consideravelmente a parcela da população contemplada, aumentando as exclusões.

Obviamente, as contradições presentes em nossa sociedade perpassam a maioria das atividades de lazer e de turismo valorizadas pelo mercado, fazendo com que o status quo e os valores excludentes, consumistas e alienantes sejam reforçados. Todavia, essas contradições também podem servir de estímulo à reflexão e ao pensar crítico, ampliando a construção de projetos, ações e intervenções comprometidas com a inclusão e com a constituição de uma nova sociedade: mais justa, digna, humana, sustentável, solidária e participativa.

O lazer e o turismo podem ser importantes aliados no sentido de ampliar a inclusão social das pessoas idosas, desde que os fundamentos sociais, culturais e políticos aqui delineados sejam compreendidos, respeitados e colocados em prática por meio de estratégias educativas coerentes com esses princípios.

O próximo capítulo apresenta algumas possibilidades de intervenção, tendo em vista potencializar o lazer e o turismo por meio de uma atuação profissional mais qualificada para atuar, especialmente, com pessoas idosas.

Capítulo 4 Estratégias de intervenção

4.1 Esclarecimentos preliminares sobre intervenção educativa

Alves, Gomes e Rezende (2005) apontaram a carência de sistematizações sobre o “como fazer” nas práticas de lazer e de turismo, destacando a importância de fundamentar, planejar, realizar e avaliar nossas experiências com a intervenção neste

âmbito. A este importante desafio pode ser acrescentado outro, quando pensamos que as nossas intervenções precisam, ainda, ser educativas e coerentes com as políticas participativas e inclusivas, considerando diversidades de gênero, etnia, idade, origem, religião e deficiências, entre inúmeras outras.

Em outras palavras, é imprescindível que nossas intervenções educativas nos campos do lazer e do turismo busquem ampliar a igualdade de oportunidades e de condições, o que inclui acesso de todos a direitos, deveres, responsabilidades, participação e reflexão sobre os limites que cerceiam e as possibilidades que se abrem em nossa sociedade. Afinal, a participação social é uma das estratégias para solucionar problemas e conquistar melhores condições de vida para todos.

Como foi mencionado, não podemos negligenciar as características e necessidades de cada faixa etária com a qual estaremos lidando ao propor uma estratégia de intervenção, pois o sujeito, com seus desejos e necessidades, é, e sempre será, o mobilizador de todo processo educativo. Assim, pensar a intervenção profissional com pessoas idosas requer certos cuidados, pois, a crescente visibilidade que esse grupo social vem ganhando em nossa sociedade atual, geralmente, não vem sendo acompanhada por um olhar crítico. É necessário reconhecer, como já foi dito anteriormente, que o processo de envelhecimento representa realidades heterogêneas, que é uma fase da vida que traz consigo as suas particularidades, dificuldades, seus desafios, bem como suas crenças, alguns mitos e preconceitos que precisam ser superados.

Neste sentido, a sistematização de intervenções educativas no âmbito do lazer e do turismo demanda compreender alguns princípios que deverão estar na base de qualquer metodologia a ser adotada. Baseados em Alves et al (2005), consideramos que a formação humana deve ser pautada:

- No reconhecimento e valorização das experiências e conhecimentos prévios de todos os sujeitos, o que é essencial para conhecer melhor suas necessidades e interesses, ampliando as possibilidades de construção de novas aprendizagens, como também para motivar o seu efetivo envolvimento e participação nas ações. Além de prestigiar o saber que o sujeito traz consigo como bagagem cultural, este princípio valoriza o conhecimento popular como possibilidade de reinventar o lazer e o turismo.
- Na diversidade cultural como ponto de partida da educação numa perspectiva inclusiva, considerando a cultura local, própria de um grupo social, bem como o saber cultural historicamente acumulado como patrimônio da humanidade. Por isso, é necessário dialogar com a diversidade cultural e a pluralidade de concepções de mundo, posicionando-se diante das culturas em desvantagem social, compreendendo-as na sua totalidade, desafiando-nos a desenvolver uma postura e prática pedagógica contrária a qualquer tipo de discriminação.

- Na integração teoria-prática, uma vez que os conhecimentos, no lazer e no turismo, devem ser analisados e contextualizados, formando uma rede de significados de modo que os sujeitos possam perceber e compreender sua pertinência, bem como a relevância de sua aplicação na sua vida pessoal e social. Este pressuposto demanda a criação de estratégias que estimulem o sujeito a apreender o conhecimento pelo processo de ação-reflexão-ação, ou seja, toda sistematização teórica deverá estar articulada com o fazer e este, por sua vez, precisa ser articulado com a reflexão.
- Na mult/interdisciplinaridade, instigando-nos a compreender a constituição multifacetada do lazer e do turismo, assim como a possibilidade que ambos nos oferecem para articular os saberes e a vida cotidiana dos sujeitos. Compreender essas múltiplas dimensões é também uma forma de ressignificar as ações socioeducativas no lazer e no turismo.
- Na avaliação processual e permanente, para que todos tenham a oportunidade de problematizar, questionar, avaliar as experiências de lazer e turismo vivenciadas, rever ações, apresentar sugestões e alternativas para reconstrução coletiva de uma proposta, tornando-a mais condizente com seus interesses.
- Na aprendizagem continuada, uma vez que os sujeitos e os conhecimentos estão em constante processo de construção e reconstrução. Isso demanda que tanto os profissionais como os sujeitos assumam o compromisso de aprender a aprender, tendo em vista o aperfeiçoamento e a atualização permanente de seus conhecimentos.

A essas idéias iniciais sobre as intervenções em lazer e turismo acrescentamos mais algumas. Um delas diz respeito à relevância de apreender e decifrar diferentes linguagens, e a outra à importância da mediação.

A linguagem humana pode ser entendida como possibilidade de expressão do sujeito criador, que se torna capaz de dar significado à existência, de ressignificar e de transformar o mundo. A linguagem vai além da fala: é meio de expressão, comunicação e informação; é capacidade de tornar-se narrador, podendo se manifestar de diversas formas: oral, escrita, gestual, visual, artística, entre outras (GOMES, 2004). Dessa maneira, as manifestações culturais vivenciadas nas ações de lazer e de turismo (como os passeios, as exposições, os espetáculos, as manifestações artísticas, as práticas corporais, as festividades, os jogos e as brincadeiras, entre inúmeras outras) precisam ser entendidas como linguagens a serem apreendidas e decifradas, num contínuo processo de educação das sensibilidades.

Algumas linguagens são complexas e de difícil compreensão, podendo articular de forma múltipla sons, luzes, imagens, velocidades e ritmos diversos. O cinema, por exemplo, é arte, técnica, espetáculo, cultura e diversão; é uma linguagem com regras e convenções; tem relação com sonhos e desejos; e também tem uma forte interface com a ideologia, com a política, com a economia (MELO, in GOMES, 2004).

Em muitas linguagens, especialmente naquelas em que predominam as manifestações da chamada cultura erudita, a diversidade de olhares e a apropriação da experiência, com autonomia e espírito crítico, ainda não é usual, até mesmo porque muitas delas não estão acessíveis à maioria. Não podemos negar que a experiência que os profissionais de lazer e turismo têm com as diferentes linguagens é um dos elementos importantes no desenvolvimento de suas habilidades para ver, ouvir, sentir, pensar e agir. Se eles próprios não desenvolverem essa competência, como poderão colaborar para educar as sensibilidades dos indivíduos com os quais atuam, ampliando os horizontes da experiência vivenciada?

O profissional não é somente alguém que aplica conhecimentos produzidos por outros, tampouco um agente determinado por mecanismos sociais. É um sujeito que assume sua prática a partir dos significados que ele mesmo lhe atribui, um sujeito que detém conhecimento e um saber-fazer tácito, ou seja, proveniente de sua própria ação profissional, e a partir dos quais ele a estrutura e a orienta, seleciona determinados conteúdos, prioriza certas metodologias, atividades, etc.

Isso explica o porquê de muitos profissionais de lazer enfatizarem, em seus projetos, as práticas que mais apreciam, que integram a sua subjetividade e fazem parte da sua história de vida, como pontua Tardif (citado por CALDEIRA, 2001). Por isso é importante apreender e decifrar várias linguagens, percorrendo assim diferentes motivações humanas, ampliando o leque de experiências e expandindo o alcance da intervenção educativa.

É necessário, ainda, dominar e compreender novas linguagens e experiências estéticas. Essa atribuição articula-se com o processo de mediação e diálogo no qual o profissional adquire um papel essencial ao lidar com grupos. A partir de sua intermediação, todos podem informar, comunicar, discutir, participar, criar e estimular o acesso a novas linguagens para ampliar o grau de compreensão e as vivências culturais dos sujeitos. (GOMES, 2007)

A vida humana é constituída pela idéia de relação do sujeito com o outro, indicando-nos que essa competência é construída e compartilhada. Trabalhar coletivamente na perspectiva da mediação significa organizar reuniões coletivas e sistemáticas que favoreçam o estudo, a troca de experiências, a reflexão, a tomada coletiva de decisões e a co-responsabilidade pelos resultados alcançados, o que acaba colaborando com o crescimento de todos (CALDEIRA, 2001).

Neste processo, vários recursos e estratégias educativas poderão ser utilizados, tais como a análise de imagens e sons (filmes, vídeos, fotografias, desenhos, pinturas, propagandas, músicas, charges, murais, documentários); de objetos; de textos, livros, contos, crônicas, jornais, revistas, poesias, histórias, paródias; de cinema, teatro, espetáculos; jogos, brincadeiras, festas; visitas monitoradas; acampamentos;

pesquisas, entrevistas, júris simulados, seminários, exposições, palestras; dinâmicas de grupo, oficinas e debates, além das infinitas possibilidades de vivências de lazer e de turismo (ALVES, GOMES e REZENDE, 2005).

Entretanto, no âmbito das intervenções com pessoas idosas é importante lembrar que o profissional deve considerar as particularidades dos indivíduos/grupos e as possíveis questões que possam surgir durante as intervenções. Assim, em qualquer atividade proposta, contos, filmes, jogos, passeios, entre outras, deve-se atentar para as possíveis dificuldades/limitações dos indivíduos envolvidos, visando minimizar as fragilidades e os riscos e maximizar os processos positivos das vivências. Entre tais limitações, podemos citar como exemplos: a dificuldade de enxergar as imagens e os vídeos utilizados, de leitura dos textos selecionados, de ouvir as músicas e os vídeos escolhidos, as regras e os combinados, de locomoção e/ou deslocamento durante passeios em trilhas, escadarias, pisos irregulares, escorregadios, etc. Caberá ao profissional procurar desenvolver a sensibilidade necessária para perceber as nuances que permeiam os indivíduos envolvidos nas experiências de lazer e de turismo e buscar, em conjunto, as soluções e os recursos mais adequados em cada contexto.

Por isso que esse tipo de trabalho necessita da mediação, processo que exige comprometimento, abertura para o diálogo, respeito mútuo, ética, cooperação e espírito crítico, com criatividade, buscando construir alternativas para as dificuldades, considerar os interesses dos sujeitos e promover interações sociais. Nesse sentido, é necessário superar o isolamento, um dos principais entraves para a realização do trabalho coletivo e para a constituição de saberes comuns (GOMES, 2007).

Romans (2003) chama a atenção para os momentos de crise a que o trabalho coletivo está sujeito, uma vez que os grupos são formados por pessoas com maneiras de sentir, pensar e agir diferenciados. Ações individuais podem "contaminar" todo o grupo, implicando certo grau de sofrimento e tensão que provocam desânimo, desilusão, fugas. A mediação do profissional é fundamental para administrar os conflitos, exigindo maturidade coletiva para respeitar as identidades e as diferenças, promovendo assim o aprendizado e o crescimento de todos.

Enfim, compete ao agente ou profissional desenvolver possibilidades diferenciadas de mediação, estimulando a articulação entre saberes e competências, desenvolvendo habilidades para buscar soluções para os problemas do dia a dia e para elaborar novas propostas significativas.

Sobre este aspecto, apresentaremos a seguir algumas propostas educativas que podem contribuir para sistematizar estratégias de intervenção no âmbito do lazer e do turismo, nos trabalhos desenvolvidos com idosos e outros grupos.

4.2 Mapeando algumas propostas

Em nossa pesquisa foi possível identificar várias propostas de intervenção, apresentadas por diversos autores da área do lazer – como, por exemplo, a metodologia da Ação comunitária (REQUIXA, 1973), a Teoria sociológica da decisão (DUMAZEDIER, 1980), a Animação sociocultural (GILLET, 2006; MELO, 2006), a Pedagogia da animação (MARCELLINO, 1990); a Pedagogia crítica do lazer (MARCARENHAS, 2003), a Pedagogia de projetos (HERNANDEZ e VENTURA, 1998) e a Matriz ou Marco lógico (ZINGONI, 2007).

Observando o conjunto de princípios, metodologias e sistemáticas que caracterizam cada uma dessas possibilidades, observamos aproximações e distanciamentos. Por exemplo, enquanto algumas abordam mais a questão dos princípios e fundamentos, outras apresentam, inclusive, detalhamentos metodológicos imprescindíveis para a aplicação destes pressupostos. Em seu conjunto, apesar das particularidades que definem essas estratégias de intervenção, verificamos que algumas se mesclam, aproveitando elementos umas das outras. Todas apresentam elementos interessantes que, no entanto, precisam ser mais bem compreendidos, elaborados, reinventados e sistematizados, sobretudo quando pensamos em considerá-las enquanto valiosas possibilidades educativas de aplicação dos fundamentos aqui delineados, num contínuo exercício de (re)construção.

Como não pretendemos fazer juízos de valor, convidamos todos a se debruçarem sobre os livros citados anteriormente, entre outros, de maneira que possam conhecer melhor essas propostas, fazerem suas próprias análises, tirarem suas conclusões e sistematizarem suas próprias metodologias e estratégias de intervenção, comprometidas com a inclusão social de pessoas idosas (e outros grupos), por meio de propostas educativas no âmbito do lazer e do turismo.

Como contribuição a este repensar, a seguir destacamos alguns princípios teórico-práticos considerados interessantes de algumas das propostas identificadas em nossa pesquisa. As quatro propostas aqui detalhadas não significam que sejam mais importantes ou melhores do que as demais, tampouco que a ordem em que são apresentadas indica uma determinada hierarquia. Trata-se, tão somente, de um incentivo para que todos possam se debruçar sobre a importante temática da intervenção, desvelando e sistematizando propostas educativas coerentes com determinados fundamentos – no nosso caso, estes pressupostos já foram apresentados nos três primeiros capítulos deste livro, desafiando-nos a encontrar elementos que nos permitam sistematizar metodologias inclusivas e participativas para atuar, com o lazer e o turismo, junto a pessoas idosas.

A “pedagogia da animação”

Marcellino (1987; 1990) construiu uma proposta que requer uma passagem da crítica à formulação de sugestões alternativas, que não são vistas como “receitas”, mas como reflexões capazes de estimular a busca de caminhos alternativos concretos de atuação.

Na visão do autor, os componentes principais dessa busca de alternativas são a competência técnica e a opção política. Para tanto, é imprescindível suscitar o interesse dos profissionais para que além sua competência técnica específica a um compromisso político de contribuição para mudança do status quo, na formulação de uma prática educativa, que considere as relações entre lazer, escola e processo educativo, fundamento básico da pedagogia da animação.

No plano cultural, esta proposta evidencia a importância de sistematizar princípios de valorização da chamada “cultura popular” e, no plano social, procura atender o maior número de pessoas, a partir de seus interesses. Além disso, considera as possibilidades do lazer integrado com a escola, contribuindo para a “elevação do senso comum” e para a transformação da realidade social.

De acordo com Marcellino (1987), esta proposta compromete-se com a criação de ânimo (vida), com a provocação de estímulos (movimento), busca da esperança (alegria) e com a valorização do momento presente. Por isso, requer transformação e mudança, relacionada a todo um processo amplo de educação que considere as relações entre as possibilidades da escola e as potencialidades educativas do lazer, enquanto canal possível para busca de transformações de uma situação social injusta, aqui e agora. Dessa maneira, a escola (entre outras instituições, nos permitimos acrescentar) deveria ser transformada em centro de cultura popular.

O autor também apresenta os elementos básicos para desenvolver esta proposta. Em termos de conteúdo, pontua a necessidade de se considerar o cotidiano local, fornecendo o instrumental necessário para contribuir com a superação do “senso comum”. Quanto à forma, salienta a importância de respeitar o ritmo dos alunos/sujeitos sem, no entanto, ignorar as diferenças na apropriação do saber entre professores, alunos ou entre as pessoas envolvidas no processo.

Com relação à abrangência da proposta, indica ser preciso ultrapassar o âmbito daqueles que mantem um vínculo formal com a instituição, estendendo-se a toda a comunidade local e estimulando a participação comunitária. O mesmo ocorre no que diz respeito ao espaço, que também precisa ultrapassar os limites dos muros institucionais, estendendo-se a outros equipamentos da comunidade próxima. Os recursos materiais considerados são os disponíveis, procurando soluções alternativas da própria comunidade local e fazendo pressão para obtenção de recursos junto ao poder público. Finalmente, os elementos humanos são concebidos como educadores

e animadores culturais que, como já mencionado, deverão aliar competência técnica (acadêmica ou prática) a um compromisso político de transformação.

Ao propor esse tipo de prática, o autor destaca que:

“ela não é irrealizável. É utópica como denunciante de um sistema explorador e inviável para a humanização do homem, e anunciadora da possibilidade de novas relações sociais. Ou, no dizer de Paulo Freire, a respeito do educador sonhando sonhos possíveis.” (MARCELLINO, 1990, p.135)

De acordo com Alves, Gomes e Rezende (2005), esta proposta é mais política e filosófica do que propriamente metodológica. Nela, a escola e a sala de aula – enquanto não for possível toda a sociedade – devem favorecer um ambiente lúdico, que valorize o prazer da descoberta dos conteúdos e conhecimentos, tendo como referência a própria criança e seu universo cultural. O autor apresenta, assim, seus argumentos para que os educadores construam suas próprias metodologias de forma lúdica.

Para concretizar esses fundamentos na prática cotidiana, o profissional do lazer e do turismo precisa estar preparado para sistematizar as suas intervenções, buscando ainda as necessárias adequações para atuar com pessoas idosas.

Um dos exemplos da intervenção na perspectiva da pedagogia da animação pode estar relacionado com algumas propostas das chamadas “Universidades abertas para a Terceira Idade”, onde se discutem temas relacionadas à cidadania na velhice, bem como seus direitos, deveres e o próprio Estatuto do Idoso. Além de contribuir para a vivência de lazer desse grupo social. Uvinha (1999), ao relatar uma experiência desse tipo no Estado de São Paulo, afirma que a criação de uma “Faculdade da Terceira Idade” pode colaborar com a aprendizagem de atividades diversas, com a integração do grupo de participantes e com o convívio em sociedade. Entre as vivências desenvolvidas por meio de “disciplinas”, o autor cita como exemplo de temas: condicionamento físico, história do Grande ABC, dançaterapia, teatro, noções médicas, nutrição básica, matemática e economia, entre outras.

A “animação sociocultural”

Como aponta Gillet (2006), a animação sociocultural é sustentada por muitos autores como tendo origem francesa. Suas raízes estão relacionadas com a educação popular, comprometida com um ensino não obrigatório, gratuito e compartilhado, cujo ideal era enfrentar as desigualdades e injustiças sociais. Tratando-se de uma atuação popular, ressaltavam-se as peculiaridades da comunidade, criando grupos que se expressavam sua cultura de diversas formas (desfiles, reuniões,

festas, criação de bibliotecas e associações, por exemplo). Grande parte desse trabalho foi difundido com a ajuda de voluntários, empenhados nesse processo nas suas horas vagas. Além disso, contou com muitos militantes políticos, comprometidos com as camadas populares. Com o passar dos tempos, esses militantes e voluntários se profissionalizaram, sendo reconhecidos como “animadores socioculturais”.

Para Trilla (1997), a animação sociocultural é um conjunto de ações realizadas por indivíduos, grupos ou instituições sobre uma comunidade (ou um setor da mesma) e no marco de um território concreto, com o propósito principal de promover, em seus membros, uma atitude de participação ativa no processo de seu próprio desenvolvimento tanto social quanto cultural.

Assim, para o autor esta estratégia de intervenção procura estimular a participação comunitária, desenvolvendo propostas com os sujeitos – sem hierarquia das tomadas de decisões – , recusando-se a ser uma ação praticada de “cima para baixo”, ou construída pelos animadores e entregue à comunidade. Todavia, a animação sociocultural, na atualidade, vem ganhando novos contornos, comprometendo-se com questões como o consumismo, os efeitos de uma urbanização acelerada, a banalização da violência, a ênfase nos valores monetários, entre outros. O que requer uma postura mais crítica dos animadores, que podem intervir de maneira compromissada com as camadas populares, com seus anseios e problemas.

No decorrer da década de 1970, alguns pressupostos da animação sociocultural (também chamada simplesmente de animação cultural) foram difundidos no Brasil. Entretanto, assim como na Europa, os estudos que abordam o tema foram e continuam sendo escassos em nosso país. O seu desenvolvimento vem dialogando, freqüentemente, com outras experiências que se aproximam das ações desencadeadas por sujeitos ligados ao campo do lazer. Muitas dessas ações, segundo Melo (2006a), estão associadas a projetos sociais de organizações não governamentais, seja por se comprometer com a responsabilidade social ou com a oportunidade de isenção fiscal. De uma forma ou de outra, é importante estar atento às intenções que dão base a tais propostas, pois elas podem estar mais reforçando a ordem vigente do que procurando uma transformação social.

Um dos papéis fundamentais de um animador sociocultural é favorecer a problematização e o questionamento da ideologia dominante no intuito de superar a alienação, desenvolvida de forma dissimulada pela indústria cultural, que além de criar, objetiva padronizar gostos e necessidades. Um dos objetivos, então, da animação sociocultural seria desorganizar pensamentos enraizados nas pessoas, desencadeando certo incômodo, possibilitando ao sujeito atentar para detalhes antes não observados (MELO, 2006b).

Por essa razão a mediação se apresenta como aliada da animação, ao escutar e motivar as vozes da comunidade. O animador, então, seria um mediador entre os interesses e tensões existentes entre o grupo trabalhado e às pressões externas a ele. Mas vale frisar que se trata de um processo de via dupla, na qual os animadores socioculturais, devido às suas limitações como seres humanos, não são conhecedores de tudo, devendo, portanto, estar atentos às opiniões e posturas dos membros da comunidade. Como pontua Trilla (1997), o melhor animador sociocultural seria aquele que conseguisse que a comunidade pudesse prescindir de seus serviços.

Ventosa (apud MELO, 2006a) afirma que a animação sociocultural pode ser identificada por três modalidades: a) a social, que visa a transformação social, conscientização e mobilização coletiva, a busca da igualdade social, o fomento de novas formas de relação social e a descentralização das decisões; b) a cultural, comprometida com a promoção, dinamização e formação cultural, tendo em vista a criação de espaços culturais para a manifestação do grupo, ajuda na busca da identidade cultural e apreço mútuo entre as diferentes culturas, c) a pedagógica, que procura ajudar o indivíduo e o grupo a se compreender e a desenvolver o espírito crítico, motivando-o para a formação permanente e a educação para o tempo livre, assim como para o lazer e o turismo.

De acordo com Caride (1997), existem três grandes perspectivas de atuação no âmbito da animação sociocultural: a) tecnológica, relacionada à manutenção da ordem social; b) interpretativa, que entende a necessidade de reformas na ordem vigente; e c) dialética, que intenta promover uma transformação desta estrutura social. Essa última perspectiva, segundo o autor, precisa ser enfatizada, pois colabora para a interpretação da realidade complexa de forma global, e as pessoas – ou grupos – a partir do(s) contexto(s), únicos, distintos, contribuindo para práticas culturais significativas, inclusivas e reflexivas.

Segundo Mendizabal (apud OSÓRIO, 2008, p. 211), a animação sociocultural com idosos possui finalidades e objetivos específicos a este grupo etário:

Promover o bem-estar pessoal, de grupo e comunitário das pessoas idosas; melhorar a sua qualidade de vida e de saúde integral (física, mental e social); favorecer para um envelhecimento 'normal' frente a um envelhecimento 'patológico', [...] potenciar e desenvolver capacidades, habilidades e destreza das pessoas idosas promovendo a sua realização pessoal; motivá-las para que continuem activas, participativas, solidárias, críticas e úteis no meio social; promover o ânimo para que se esforcem e continuem a ser cidadãos com todos os seus direitos e [...] aproveitar o seu nível cultural, experiencial e humano em relação à sua participação e presença nas instituições democráticas e na dinâmica social.

É possível perceber que a animação sociocultural – como uma proposta de intervenção que incentiva a participação e a mobilização social – também apresenta

elementos interessantes que podem colaborar com a qualificação da intervenção junto a determinados grupos.

Melo (2006) aponta a utilização do cinema com forma de intervenção, seja para compreender o próprio filme e seu processo de construção ou para, por meio deste, discutir a realidade. Quanto ao primeiro caso, o autor pondera sobre a importância de trabalhar aspectos técnicos dos filmes, fazer uma breve apresentação do cineasta e prestar outras informações sobre o que será assistido. Também é possível destacar elementos relacionados ao conteúdo do filme e à sua forma, comparando-o com outras produções cinematográficas. Para ele, "não basta assistir a filmes, mas também estar atento e predisposto a observar narrativas diferenciadas, outras formas de conceber a imagem e/ou a realidade." (p. 117)

Apesar desta ser uma situação mais frequente dentro de salas de cinema, ela pode ser desenvolvida em praças, parques, atrativos turísticos ou outros locais públicos, possibilitando uma interação entre os idosos e as pessoas da localidade. Assim, é possível estabelecer um contato mais estreito com a realidade deste segmento ao estimular reflexões acerca do consumismo, da representação de beleza, de saúde, de juventude entre outros temas expostos pela mídia.

A "pedagogia crítica do lazer"

Mascarenhas (2003) também elaborou uma possibilidade de intervenção, fundamentada nas idéias de Paulo Freire, mais direcionada aos jovens. A ação comunitária – pautada na experiência lúdica e educativa – é tratada como uma possibilidade para que as camadas menos favorecidas da população reflitam sobre a própria realidade, procurando transformá-la.

Seguindo as orientações do método de Paulo Freire, o primeiro passo metodológico especificado por Mascarenhas (2003) é o reconhecimento inicial da realidade do grupo, ou melhor, uma ação diagnóstica, onde sejam identificados determinantes a partir da investigação das condições objetivas de vida do grupo, que possibilitem a descoberta dos problemas e suas respectivas contradições, fornecendo elementos para desvelar a realidade. As contradições e problemas inerentes à prática do lazer aparecem como aspectos geradores de interesse para o grupo, numa correspondência direta e dialética com as contradições e problemas presentes nas demais práticas sociais daquela realidade. O tema gerador pode ser, portanto, um elo de ligação entre o lazer, o turismo e o contexto do grupo praticante.

Posteriormente, cria-se uma rede temática, onde um conjunto de perguntas e respostas insere o tema num debate com o grupo de idosos, envolvendo o particular da atividade de lazer/turismo com o conjuntural e estrutural do tema, que se manifesta como fonte de tensão e equilíbrio e é transformado em um problema. Ao

desenvolver as atividades, os componentes do grupo precisam interrogar o tema e a si mesmos, se descobrindo e se fazendo sujeitos. A rede temática é o instrumento de organização e coordenação em todo o processo de investigação e realização das atividades.

Para o autor, toda atividade de lazer pode tornar-se uma situação-problema e o grupo só a reconhecerá como tal quando sentir a necessidade de sua transformação. É a emersão do grupo, provocada pela percepção e superação da situação-limite e sua inserção na atividade, que garante a consciência da situação-problema, demandando do grupo uma prática reflexiva na busca de sua solução. O ciclo temático será o ordenador dos conteúdos e atividades e devem contemplar a fase preparatória, avaliativa e recuperação. O ciclo é um ponto de chegada que imediatamente remete ao início de outro, definindo seu caráter dinâmico, sistemático e dialético. Mascarenhas (2003) apresenta-nos um exemplo desse método de intervenção em grupos sociais e convida-nos ainda a repensar o papel do agente de lazer/educador num processo de ação educativa como este.

O autor contribui com a articulação teoria e prática, problematizada em outros momentos, discutindo o lazer a partir de um ponto de vista ideológico e com uma proposta concreta. Entretanto, é imprescindível que esta proposta não seja vista como algo pronto, mas como um indicativo de trabalho, dada a necessidade de considerar as múltiplas realidades existentes em nossa sociedade, especialmente na velhice. O contexto social vem mudando muito rapidamente e são inúmeras as conseqüências destas mudanças, inclusive para o lazer e para o turismo em nossa sociedade (ALVES; GOMES; REZENDE, 2005).

É importante enfatizar que o autor se fundamenta em uma concepção de sociedade marcada pelas diferenças de classes — opressores e oprimidos — hoje menos definidas, nem por isso, menos conflituosas. Esse caso pode ser verificado na realidade dos idosos visualizados, preconceituosamente, como pessoas desfavorecidas financeiramente.

Ao expressar o seu entendimento de lazer, tendo como referência a educação popular embasada no pensamento de Paulo Freire, Mascarenhas (2003) afirma ser o lazer-educação uma posição política e político-pedagógica de compromisso com os grupos sociais mediante sua resistência e luta cotidiana pela sobrevivência, com vistas a conquistar um mundo melhor e mais digno para todos.

Metodologicamente, esta estratégia fornece elementos pontuais que podem ser de grande valia para qualificar a intervenção dos profissionais de lazer e de turismo. Contudo, lembramos que não é possível fazer uma transposição direta dos princípios de educação popular para o lazer e para o turismo, em função das peculiaridades de cada um.

Tomando-se o exemplo do turismo, muitas vezes os sujeitos de nossa ação podem participar de nossas propostas apenas por um momento ou de forma esporádica, sem possibilidades de realização de um trabalho mais consistente, o que na maioria das vezes requer mais tempo – o que não impede, no entanto, que desenvolvamos estratégias de intervenção que tenham um impacto mais profundo, com repercussões futuras. Esta situação reforça a necessidade de continuarmos investindo em estudos e pesquisas nos processos educativos de intervenção, sempre considerando o dinamismo e as contradições que marcam nossa vida social.

A pedagogia de projetos

Trata-se de outra possibilidade metodológica de intervenção pedagógica a ser considerada na perspectiva aqui delineada e que também apresenta, como a proposta anterior, aspectos teórico-práticos importantes para sua aplicabilidade e desenvolvimento. Difundida nos meios educacionais, a pedagogia de projetos está vinculada à perspectiva do conhecimento globalizado e relacional, como indicam as reflexões de Alves, Gomes e Rezende (2005).

A função do projeto é favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos em torno de problemas e hipóteses que facilitem aos sujeitos transformarem as informações adquiridas em saberes próprios. A apropriação crítica de conhecimentos, extraídos das vivências próprias do contexto vivido pelos sujeitos, disponibilizam elementos necessários para que estes possam compreender a sua realidade com vistas a transformá-la (HERNANDEZ; VENTURA, 1998). É possível, desse modo, fazer uma transposição dessa proposta sistematizada no âmbito da educação escolar para as intervenções do lazer e do turismo.

Os projetos de trabalho são novas formas de organização dos conhecimentos, sejam eles escolares ou não. Possibilitam a criação de situações de aprendizagens que vão ao encontro do sujeito que anseia por aprender, garantindo motivação e envolvimento e favorecendo disponibilidade cognitiva e emocional. Consideram que a construção do conhecimento não deve ocorrer de forma rígida, ordenada e fragmentada. Ao contrário, deve favorecer a criação de estratégias diferenciadas para o tratamento da informação e a relação entre os diferentes conteúdos (interdisciplinaridade) em torno de um problema ou hipóteses (Cenpec, citado por ALVES; GOMES; REZENDE, 2005).

Educar por meio de projetos de lazer e turismo significa eleger um assunto em torno do qual as atividades irão se desenvolver, atendendo às necessidades dos sujeitos e garantindo a vivência de práticas sociais concretas. Isto quer dizer que os problemas a serem enfrentados e os materiais por meio dos quais irão aprender são situações reais ou próximas do real, em que as pessoas se utilizam o que sabem e se

motivam para buscar o que não sabem. Na pedagogia de projetos, as atividades devem possibilitar uma relação prazerosa e significativa de quem aprende com o que se quer aprender.

Essa metodologia de trabalho demanda a escolha de temas e enredos, visando a construção coletiva dos conhecimentos. Os temas são os assuntos que fazem parte do cotidiano do grupo e que despertam seu interesse, provocados pela TV, rádio, esporte, músicas, notícias do momento, cinema, dentre outros. Muitas vezes os temas eleitos não favorecem a exploração e o desenvolvimento de conceitos, atitudes e procedimentos fundamentais para a aprendizagem. Neste caso, recorre-se aos enredos, que são situações simuladas, onde os sujeitos dramatizam uma situação, por exemplo, a organização de um campeonato esportivo oficial, de uma festa, um passeio ou uma outra experiência turística (ALVES, GOMES e REZENDE, 2005).

Para isso, o diálogo, com eles e entre eles, é fundamental. A decisão sobre a abordagem de um assunto deve ser discutida com todo o grupo. É importante que todos opinem, levantem as vantagens do que está, efetivamente, sendo vivido, que façam um inventário do que já sabem sobre o assunto e que formulem questões a que querem responder. Estas perguntas são pontos de partida para o projeto, que deve considerar os conceitos de diversas áreas do conhecimento, principalmente, pela constituição multi/interdisciplinar do lazer e do turismo.

O passo seguinte consiste em selecionar materiais que abordem o tema e contribuam para a solução das perguntas. É importante variar os tipos de textos: informativos, narrativos, argumentativos, convincentes, além de ser de diferentes fontes: jornais, revistas, cartazes, publicitários, livros, meios de comunicação como rádio e TV. Desenvolver atividades variadas e interessantes, construindo produtos ao longo do processo que têm uma grande importância para os sujeitos, pois é por meio deles que se concretiza a aprendizagem, torna visível o que foi apreendido e os participantes tomam consciência do que conquistaram.

A socialização do processo e do produto permite que as famílias e amigos participem dos progressos e possam valorizá-los. Tanto o processo como o produto precisam ser avaliados por todos os envolvidos na construção do projeto.

A revista Educação e Participação apresenta um exemplo viável para o desenvolvimento da pedagogia de projetos. A proposta surge a partir do interesse de um grupo em compreender o que significa o rádio, com vistas a aprender ouvir este veículo de comunicação de modo crítico, ampliando os interesses por programas diversificados, utilizando-o como possibilidade de expressar idéias e opiniões. O projeto possibilita, como produto, a montagem de programa que, uma vez gravado, poderá ser veiculado em rádios comunitárias ou outros espaços institucionais, como escolas e

igrejas. Os autores descrevem passo a passo como o projeto pode ser construído com todos os envolvidos no processo (Cenpec, citado por ALVES, GOMES e REZENDE, 2005).

Seguindo essa linha de pensamento, uma experiência típica do turismo, como o “city tour”, poderia ser realizada de maneira a questionar os valores da sociedade atual, como a pressa. Muitas vezes, a celeridade de um “city tour” tradicional está relacionada com a lógica da produtividade, que adaptada ao universo do turismo coloca como experiência de qualidade aquela que passa pelo maior número de atrativos turísticos possíveis. Nesse tipo de sistemática muito pode se perder. Da mesma forma que um degustador necessita de paciência e tranqüilidade para saborear o objeto por ele apreciado, o turista também precisa ser estimulado e educado para absorver mais do lugar que está em contato, compreendendo ainda as características que o constituem no seio do projeto político, social, econômico e cultural de sociedade a que ele está vinculado. Relação que, por costume, se desencadeia por meio da visão através da janela de vidro do ônibus de passeio.

Uma intervenção que inclua o “city tour”, por exemplo, pode/deve estabelecer uma relação além do “observar”, na direção do “envolver”, o que inclui refletir, debater, intervir e, se possível, colaborar para transformar. Ou exposto de outra forma, não apenas passar, mas transpassar pelos lugares, concebido aqui como a idéia de passar pelo meio, sentir o lugar, deixando sua identidade e levando/assimilando outra, reconhecendo as diferenças e igualdades nesse processo. O que provavelmente contribuiria para a autenticidade, ou seja, o reconhecimento – sem preconceito – da cultura diferente.

Pode-se pensar que talvez o que valha mais seria a satisfação desencadeada nessas pessoas, mas é preciso frisar que nem sempre o almejo dos profissionais é contentá-las. Essa necessidade de urgência, de percorrer a maior quantidade possível de pontos turísticos de uma cidade em um curto período, não é o mais adequado – nem para idosos, nem para outros grupos sociais.

Em síntese, a “pedagogia de projetos” pode ser desenvolvida como possibilidade de intervenção no âmbito do lazer e do turismo a partir de alguns encaminhamentos básicos. O ponto de partida são os sujeitos da ação educativa, considerando seus interesses e necessidades. A partir deste ponto, algumas indagações devem ser consideradas. Ao refletirmos sobre “quem aprende”, devemos ter clareza sobre os sujeitos a quem se destina a experiência educativa; ao pensar “para quê aprender”, esboçamos a justificativa do trabalho desenvolvido. “Por quê aprender” nos permite elaborar os objetivos da proposta; “o quê aprender” nos permite selecionar e/ou construir as atividades a serem trabalhadas. “Como aprender” nos motiva a construirmos uma metodologia de trabalho, considerando recursos didáticos, humanos e materiais. Finalmente, ponderando sobre “o que foi aprendido”,

caminharemos no sentido de fazer uma avaliação da proposta, considerando tanto o processo como o produto das ações vivenciadas e dando origem, assim, a novos pontos de partida.

Lazer, turismo e intervenção educativa como partes integrantes de uma política cultural

Considerando as quatro estratégias de intervenção aqui apresentadas, é possível perceber muitas semelhanças entre elas. Reiteramos que não defendemos nenhuma proposta em particular, pois cada uma pode indicar possibilidades interessantes para qualificar o trabalho de intervenção com pessoas idosas no âmbito do lazer e do turismo. Neste processo, o que pode variar é o projeto social, político e pedagógico de sociedade, a concepção de inclusão social e as compreensões de ser humano, de educação, de lazer e de turismo de cada um de nós, assim como o modo que consideramos mais viável para a intervenção na velhice.

Assim, distintas possibilidades de intervenção podem contribuir para o exercício da cidadania. Ao se problematizar essa questão, percebe-se que a mesma só ocorre efetivamente, segundo Fernández (2008), diante de causas e possibilidades reais de participação. Neste sentido, devemos entender a cidadania não só como um conjunto de direitos e deveres, mas também como “forma articulada de construir e desenvolver a condição social humana, comprometida e responsável na construção e gestão de uma sociedade solidária, dinâmica e, em última instância, equitativa” (FERNÁNDEZ, 2008, p.131). Para isso é preciso que existam dinâmicas, práticas, vivências, condições e situações sociais que favoreçam e estimulem o processo de participação cidadã, bem como apontar caminhos que levem à formulação de políticas públicas voltadas ao lazer, ao turismo, à população idosa e à sua inserção social.

Vale ressaltar que as intervenções aqui apresentadas costumam ter como foco os âmbitos da educação e da cultura, o que abre espaço para um processo de ação do que é conhecido como Política Cultural. O que para Giroux (2001), trata-se de um tipo de política que visa equilibrar e estabelecer conexões entre os significados produzidos, recebidos e reconstruídos na e pela população.

Isso significa que a atenção e as ações das entidades, públicas e/ou privadas, não devem se delimitar a analisar e intervir no âmbito da política dos privilegiados e mais favorecidos, como é o caso, por exemplo, das empresas multinacionais. É preciso zelar pela esfera local, observando a luta que ocorre nesse contexto e o diálogo estabelecido com as influências externas. Fatores que ajudam a configurar as identidades regionais e nacionais.

Dessa forma, é preciso compreender que a cultura se converte em uma força significativa à medida que os meios de produção, divulgação e distribuição de informação transformam todos os setores da economia global, marcando o início de uma revolução nas maneiras em que se produz significado, concretizam-se as identidades e se desencadeiam trocas históricas dentro e fora das fronteiras nacionais e locais.

Entretanto, para visualizar a importância da política cultural, principalmente no que diz respeito a ações de turismo e de lazer, é preciso superar algumas restrições a tal processo. Um deles é demonstrado por Giroux (2001) quando afirma que a natureza estratégica e performática da cultura como âmbito político, com a capacidade de criar mudanças sociais através da divulgação de identidades e relações democráticas e de planos institucionais, delinea-se ou como uma ameaça à ordem estabelecida ou como um desvio das lutas políticas "reais", baseadas nos interesses excludentes que marcam nossas sociedades neoliberais.

Giroux (2001) lembra que o aspecto social como categoria constitutiva para expandir as identidades democráticas, as práticas sociais e as esferas públicas é uma realidade que vem sendo negligenciada no cenário político.

No contexto do turismo e do lazer que, geralmente, fortalece esse distanciamento das políticas sociais ao priorizar as ações de natureza comercial, urge buscar uma proximidade com as idéias contidas na política cultural, ainda mais que se trata de uma esfera que fortalece e ao mesmo tempo desconstrói barreiras ao criar e recriar significados.

4.3 Considerações finais

Pelas idéias desenvolvidas ao longo do livro, acreditamos que as intervenções educativas com idosos no âmbito do lazer e do turismo devem potencializar e promover relações que estimulem as pessoas a participarem criticamente na descoberta de cheiros, sabores, locais, pessoas, valores e significados, por meio de um movimento de partilha que seja capaz de dialogar com a nossa realidade mais ampla.

Segundo Silva (2008, p. 80), "só dentro dessa lógica da relação de partilha se pode compreender hoje o turismo, nas variadas dimensões de que ele se reveste". É preciso levar as pessoas a algo mais do que ver: elas devem se envolver.

Relacionando-se com o meio visitado por intermédio da interação com pessoas, patrimônios naturais, paisagens, valores, crenças e tradições, patrimônios arquitetônicos, associações existentes, artesanato, gastronomia e festas populares, entre outras possibilidades.

Segundo Maccannell (1976), a consciência turística é motivada pelo desejo de alcançar uma experiência autêntica, que o estrangeiro dificilmente consegue perceber. Isso decorre porque se trata de ações que os moradores desenvolvem em particular, fora do olhar do turista. Por causa disso, determinados produtos turísticos como “souvenires” e festividades adquirem certo misticismo, como se fossem raridades e, portanto, mais valorizados turisticamente. Entretanto, o autor alerta que é muito difícil saber seguramente se a experiência é de fato “autêntica”, pois sempre corre-se o risco de visitar e observar simulacros, encenações preparadas para uma mera visita turística marcada pela superficialidade.

É relevante que o profissional que pretende atuar neste âmbito tenha ciência desse fato e deixe isso claro para o sujeito/turista, não no sentido de rechaçar uma vivência coberta pelo simulacro, pois essa decisão deverá ser tomada pela própria pessoa, inclusive sendo utilizada para instigar a discussão de tal situação, estimulando a perspectiva crítica dos idosos. Assim, a propagação de uma nova visão do turismo também faz parte das estratégias de intervenção adotadas, visando ampliar a sensibilização dos gostos, conhecimentos e percepções do grupo, enquanto cidadãos que detêm não somente o direito, mas também do dever de reconstruir a nossa sociedade, tornando-a mais digna e justa.

Para isso, tanto o lazer como o turismo deveriam se comprometer com a reconstrução de nossa realidade social – para que ela seja, de fato, mais bela do que as imagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa, uma vez que esses nem sempre são fieis àquilo que acontece em nosso meio.

Outro ponto a ser ressaltado nas experiências turísticas de lazer é a sua capacidade de unir pessoas diferentes e de vários lugares distintos, cuidado imprescindível para os processos de intervenção comprometidos com a inclusão social. O problema é que isso costuma ser visto como parte de um processo mais para facilitar a organização e baratear os custos do produto do que para tentar estreitar os laços dos turistas.

Lembramos que o turismo, enquanto uma possibilidade de lazer, muitas vezes é visualizado como a realização de um sonho, no qual a troca de contato e a sociabilização interferem na satisfação dos turistas. Assim, seja na chegada à localidade turística, no interior dos meios de hospedagem ou nos passeios programados, seria interessante disponibilizar estratégias que viabilizassem, ou até mesmo priorizassem a interação dos envolvidos. Incentivar a

constituição/fortalecimento da(s) identidade(s) de grupo e a transformação social por meio desse contato são relevantes, podendo levar as pessoas a ampliarem seus momentos de satisfação ao propiciar um prolongamento da viagem, devido aos novos afetos adquiridos nessa vivência.

Ao priorizar intervenções educativas norteadas pelos preceitos da inclusão social, uma preocupação principal deveria ser pautada na preparação da localidade para a atividade turística como um todo, contemplando também os aspectos da realidade social e outros relativos à velhice. Nesse caso, trabalhar com idosos envolveria criar uma compreensão e reflexão sobre os mesmos, não apenas pensando neles como turistas, mas como cidadãos que merecem respeito, inclusive por parte dos residentes da própria localidade. Portanto, além de adaptar o espaço para receber esse tipo de público – como preocupar com o tipo de alimentação, conforto, segurança e com as condições de acesso a banheiros, escadas, rampas e portas, etc – os grupos receptores deveriam conhecer profundamente as peculiaridades desse segmento. Assim, além de indicar “guias de turismo” responsáveis e conscientes tanto do público idoso, quanto do potencial turístico do local visitado é importante constituir “atrativos” onde seja possível desenvolver intervenções educativas, lúdicas, críticas, criativas e significativas.

Dessa forma, pensar o turismo demanda ir além de saber tratar bem os turistas e/ou se preocupar com os equipamentos. Lazer e turismo se estabelecem em contato com a população local, detendo esta tamanha importância para o seu desenvolvimento. Processo que não deve ser restrito à preocupação monetária, muito destacada nos dias de hoje, porém limitado para as condições complexas de qualidade de vida. É preciso trabalhar pensando em ganho mútuo entre as diferentes partes, percebendo um ganho social e cultural.

Atuar com o lazer e o turismo significa não apenas criar condições para que os turistas conheçam o novo, se conheçam, consigam se expressar mais livremente ou busquem o auto-desenvolvimento, além de terem oportunidades de conhecer com mais profundidade uma realidade. Significa pensar nisso tudo tendo em mente também os residentes da localidade turística, criando espaços culturais para a manifestação de grupos, ajudando na busca da identidade cultural, facilitando o conhecimento das linguagens próprias e externas à comunidade, reforçando a solidariedade e o apreço mútuo entre as diferentes culturas. Condição importante em um mundo que convive com a intolerância para o diferente, desencadeando uma série de violências, ora camufladas, ora explícitas.

Contrapondo essa condição, os profissionais de lazer e turismo deverão assimilar as expectativas de quem fornece e de quem recebe o turista, procurando encontrar um ponto de convergência de idéias e de proveito para ambas as partes.

Esse parece ser o desafio da intervenção de um turismo pautado em outros referenciais, para que mais pessoas, em viagens ou em sua própria cidade, se apropriem, se envolvam, transpassem mais vivamente – afloramento das sensibilidades e sensações – a vivência experimentada.

Pelo que foi exposto, esperamos que este texto forneça subsídios para fundamentar a atuação de agentes e profissionais no âmbito do lazer e do turismo para pessoas idosas. Procuramos apresentar algumas reflexões iniciais sobre a temática lazer, turismo, idosos, inclusão social e intervenção educativa e nosso desejo é que o diálogo sobre estes temas continue sendo desenvolvido, de maneira que essas considerações sirvam de estímulo para outros estudos, pesquisas e intervenções.

Além disso, esperamos contribuir com as políticas públicas democráticas em diversos campos, como o do esporte, do lazer e o do turismo, a partir da inserção social de idosos por meio da ampliação do acesso aos interesses turísticos do lazer.

Referências

ALVES, Vânia F.N.; GOMES, Christianne L., REZENDE, Ronaldo. Lazer, lúdico e educação. Brasília: SESI/DN, 2005.

ALVES JUNIOR, Edmundo de D. Procurando superar a modelização de um modo de envelhecer. In: Movimento. Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 57-71, maio/agosto de 2004.

AMARO, Rogério Roque. A exclusão hoje. Cadernos do ISTA – Instituto São Tomás de Aquino, n° 9. Disponível em: <http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad_09/amaro.html>. Acesso em 3 jun. 2008.

ANDRADE, José Vicente de. Turismo: fundamentos e dimensões. 8 ed. São Paulo: Ática, 2002.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). Turismo: como aprender, como ensinar. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

ARAÚJO, Marina; COSTA E SILVA, Michelle; ISAYAMA, Hélder F. O lazer nos cursos de graduação em turismo de Belo Horizonte. In: SILVA, Jamerson A. de A. da; SILVA, Katharine Ninive Pinto. (Org.) Recreação, esporte e lazer: espaço, tempo e atitude. Recife: Instituto Tempo Livre, 2007, p. 487-492.

ARCO DIGITAL. Em busca de um conceito de cidadania. Disponível em: <http://www.indiosonline.org.br/blogs/index.php?blog=41&title=title_77&more=1&c=1&tb=1&pb=1>. Acesso em 20 out. 2008.

ARIËS, Philippe. O homem diante da morte. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

BARRETO, Maria L. F. Lazer e cultura na velhice. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 9., 1997, Belo Horizonte, MG. Coletânea do IX ENAREL – A diversidade cultural no lazer. Belo Horizonte: UFMG, 1997. p. 130-136.

BARRETO, Maria L. F. Potencial turístico da terceira idade. Belo Horizonte: SESC, 2002.

BEIRÃO, Paulo Sérgio Lacerda. A Questão da Transdisciplinaridade no Cenário Mundial e as Implicações para o Lazer e a Educação. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 13, 2001, Natal/RN. Anais... Natal/RN: CEFET/RN, 2001. p. 27-34.

BENJAMIN, Walter. Ócio e ociosidade. In: _____. Passagens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BERNARDINO, Cristina R.; ISAYAMA, Hélder F. Lazer e turismo: análise de currículos de cursos de graduação em turismo em Minas Gerais. Licere. Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 8-23, 2006.

BIGNOTTO, Newton. Um conceito em evolução. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais - Ano 3 - n°. 8 - outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/diversa/8/artigo-umconceitoemevolucao.htm>>. Acesso em 10 abr. 2008.

BLANCO, Manuel R. Teoria geral do turismo. 2.ed. México: Diana, 1992.

BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRAMANTE, Antonio Carlos. Lazer: concepções e significados. Licere. Belo Horizonte, v.1, n.1. p.9-17, set. 1998.

BRASIL. CÓDIGO CIVIL.; PINTO, Antônio L. T.; WINDT, Márcia C. V. dos S.; CÉSPEDES, Livia; BRASIL. Código civil e constituição federal: Lei nº 10.406, de 10-1-2002, acompanhada de legislação complementar, súmulas e índices sistemático e alfabético-remissivo do Código Civil, cronológ. 13. ed. atualizada até 18 de dezembro de 2006. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BURNS, Peter M. Turismo e antropologia: uma introdução. Tradução de Dayse Batista. São Paulo: Chronos, 2002. Título original: An Introduction to Tourism and Anthropology.

CALDEIRA, Anna Maria S. A formação de professores de educação física: Quais saberes e quais habilidades? Revista Brasileira de Ciências do Esporte, V.22, N.3, p.87-103, mai. 2001.

CAMARANO, Ana A. Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, Ana A.; KANSO, Solange; MELLO, Juliana L. Como vive o idoso brasileiro. In: CAMARANO, Ana A. Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 25-73.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTRO, Celso Antônio de. Sociologia aplicada ao turismo. São Paulo: Atlas, 2002.

CASTRO, Gustavo. Da fragilidade do homem-rede. In: CASTRO, Gustavo; CARVALHO, Edgard A., ALMEIDA, Maria da Conceição (Orgs.). Ensaios de complexidade. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2006. p.152-167.

CLUBE DOS PROFESSORES PORTUGUESES NA INTERNET. Conceito de cidadania. Disponível em <http://www.netprof.pt/netprof/servlet/getDocumento?TemalD=NPL070102&id_versao=11873>. Acesso: 10 abr. 2008.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Trabalhando o social no dia a dia. Belo Horizonte: Rona Editora, 1997.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Lazer, cidadania e responsabilidade social. Brasília: SESI/DN, 2006.

DEBERT, Guita G. A construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade. In: NERI, Anita L.; DEBERT, Guita G. Velhice e sociedade. Campinas,SP: Papirus, 1999a.

DEBERT, Guita G. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp: Fapesp, 1999b.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 03 março de 2008.

DEMO, Pedro. Participação é conquista. São Paulo: Cortez, 1988.

DEPS, Vera Lúcia. Atividade e bem-estar psicológico na maturidade. In: NERI, Anita L. (Org.). Qualidade de vida e idade madura. Campinas, SP: Papyrus, 1993. p. 57-82.

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DUMAZEDIER, Joffre. Sociologia empírica do lazer. São Paulo: Perspectiva, 1979.

DUMAZEDIER, Joffre. Planejamento de lazer no Brasil: A teoria sociológica da decisão. São Paulo: SESC, 1980.

ESTATUTO DO IDOSO. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/PAULOPAIM/pages/vida/publicacoes/textos/Estatuto_do_idoso.pdf>. Acesso em: 02 set. de 2008.

FRANZINI, Raquel X. G. Lazer Turístico: Viagem de Férias de Agentes de Viagem de Operadoras de Turismo e suas Expectativas. In: SEMINÁRIO "O LAZER EM DEBATE", 4, Belo Horizonte. Coletânea... Belo Horizonte: Imprensa Universitária/CELAR/DEF/UFMG, 2003, p. 264-274.

FREITAS, Elizabete V. Demografia e epidemiologia do envelhecimento. In: PY, Ligia et al. (Org). Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais. Rio de Janeiro: Nau, 2004.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka. Turismo, políticas públicas e cidadania. São Paulo: Aleph, 2007.

GILLET, Jean Claude. A recreação e o lazer na França: que perspectiva? In: MELO, Victor Andrade de; TAVARES, Carla. O exercício reflexivo do movimento. Rio de Janeiro: Shape, 2006, p. 112-128.

GIORUX, Henry A. Introducción: Revitalización de la cultura de la política. In: Cultura, política y práctica educativa. Barcelona: Grao, 2001, p. 11-22.

GIORUX, Henry A. Replanteamiento de La política cultural: desafio al dogmatismo político de derecha y de izquierdas. In: Cultura, política y práctica educativa. Barcelona: Grao, 2001, cap. 1, p. 23-43.

GOMES, Ana M. R.; FARIA, Eliene L. Lazer e diversidade cultural. Brasília: Sesi/DN, 2005.

GOMES, Christianne L. Lazer, trabalho e educação: Relações históricas, questões contemporâneas. 2.ed. rev.amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GOMES, Christianne L. Lazer e descanso. In: SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, 9, 2008, São Paulo, Anais... São Paulo: Plêiade, 2008a.

GOMES, Christianne L.; PINTO, Gabriela B. Lazer e idosos: estudo exploratório no contexto de um Projeto de extensão universitária. Belo Horizonte: Escola de Educação

Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, 2005. (Relatório de pesquisa, mimeo.).

GOMES, Christianne. L. Verbetes Lazer – concepções. In: GOMES, C.L. (Org). Dicionário crítico do lazer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, Christianne L. et. al. Turismo e lazer: reflexões no contexto da pós-graduação stricto sensu, nessa área, no Brasil. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, IV, 2007, São Paulo. Anais... São Paulo: Aleph, 2007.

Gomes, Christianne L. Formación y acción profesional en recreación: la cuestión de las competencias. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd107/formacion-profesional-en-recreacion-la-cuestion-de-las-competencias.htm>

GOMES, Cristina M.; REJOWSKI, Mirian. Lazer enquanto objeto de estudos científicos: teses defendidas no Brasil. In: Licere. Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 9-28, 2005.

HAYFLICK, Leonard. Como e por que envelhecemos. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

HERNÁNDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho. O conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artmed, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2004. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 set. de 2008.

ISAYAMA, Hélder. LINHALES, Meily A. (org.). Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ISAYAMA, Hélder; GOMES, Christianne L. O lazer e as fases da vida. In: MARCELLINO, Néelson C. (Org.). Lazer e sociedade. São Paulo: Alínea, 2008. p.155-174.

KOMATSU, Ricardo S. Aprendizagem baseada em problemas: sensibilizando o olhar para o idoso. Londrina: Rede Unida; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação Médica; São Paulo: Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia do Estado de São Paulo, 2003.

LACERDA, Leonardo L. L. Interface turismo-lazer: encontros e desencontros. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 4, 2007, São Paulo. Anais... São Paulo: Aleph, 2007a.

LACERDA, Leonardo L. L. Lazer-turístico, em grandes centros urbanos, voltado para os próprios residentes: Uma possibilidade? In: SILVA, Katharine N. P; SILVA, Jamerson A. de A. (Org.) Recreação, esporte e lazer: espaço, tempo e atitude. Recife: Instituto Tempo Livre, 2007b, p. 381-385.

LEVITAS, Ruth. The idea of Social Inclusion. University of Bristol, 2003. Disponível em: <www.ccsd.ca/events/inclusion/papers/rlevitas.htm>. Acesso em: 28 mai. 2008.

LOPES, Marcelino de Sousa. A animação sociocultural em Portugal. Animador sociocultural: revista iberoamericana, Salamanca, v.1, n.1, out-fev. 2007. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufjf.br/animadorsociocultural>>. Acesso em: 22 jun 2007.

MACCANNELL, Dean. The tourist: a new theory of the leisure class. New York: Schocken Books, 1976.

MARCELLINO, Nelson C. (org). Lazer e sociedade. Campinas: Alínea, 2008.

MARCELLINO, Nelson C. (org). Políticas Públicas de lazer. Campinas: Alínea, 2008.

MARCELLINO, Nelson C. Subsídios para uma política pública de lazer: o papel da administração municipal. In: Políticas Públicas de lazer. Campinas: Alínea, 2008.

MARCELLINO, Nelson C. Lazer e educação. Campinas: Papyrus, 1987.

MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MAX-NEEF, Manfred, ELIZALDE, Antonio, y HOPENHAYN, Martín. Desarrollo a Escala Humana: Una opción para el futuro. Revista Development Dialogue: Número especial. Cepaur, Santiago, Chile - Fundación Dag Hammarskjöld, Uppsala, Suecia. 1986. Disponível em: http://www.dhf.uu.se/pdf/ffiler/86_especial.pdf Acesso em 10 de dezembro de 2008.

MELO, Victor A. Lazer e minorias sociais. São Paulo: IBRASA, 2003.

MELO, Victor Andrade de. Animação (socio)cultural: um ponto de vista desde o Brasil. In: VENTOSA, Victor Pérez (coord.). Perspectivas actuales de La Animación Sociocultural. Madrid: Editorial CCS, 2006a, p. 73-87.

MELO, Victor Andrade de. A animação cultural: conceitos e propostas. Campinas, SP: Papyrus, 2006b.

MENICUCCI, Telma. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Hélder. LINHALES, Meily A. (org.). Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NALLE JUNIOR, Claudionei. Desenvolvimento regional e políticas públicas: o caso do Projeto Amanhã da Companhia de desenvolvimento dos vales do São Francisco e Parnaíba. Dissertação de mestrado –USP, 2006.

NERI Anita L.; CACHIONI, Meire. Velhice bem sucedida e educação In: NERI, Anita L.; DEBERT, Guita G. Velhice e Sociedade. Campinas, SP: Papyrus, 1999. p. 113-140.

NERI, Marcelo et al. O capital dos idosos. In: CAMARANO, Ana A. Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 521-557.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 08 jul. 2008.

OSORIO, Augustin. Animação sociocultural na terceira idade. In: PEREIRA, José Dantas Lima; VIÉITES, Manuel Francisco; LOPES, Marcelino de Sousa. A animação sociocultural e os desafios do século XXI. [Ponte de Lima]: Intervenção - Associação para Promoção e Divulgação Cultural, 2008.

- PARKER, Stanley. A sociologia do lazer. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PENTEADO FILHO, Paulo. Políticas Públicas: conceitos básicos. Disponível em: <<http://www2.ufba.br/~paulopen/PoliticasPublicasConceitosBasicos.doc>>. Acesso em: 10 out. 2008.
- PEREIRA, Cássio A. S. Turismo e lazer: tendências para o terceiro milênio. Licere. Belo Horizonte, v.3, n. 1, p. 11-20, 2000.
- PERNALETE, Luisa Cecília. Democracia, participação, cidadania. São Paulo: Loyola, 2006
- PIMENTEL, Giuliano. Inter-relações entre arte, esporte e turismo. In: PIMENTEL, Giuliano. Lazer: fundamentos, estratégias e atuação profissional. Jundiaí, SP: Fontoura, 2003.
- PINHEIRO, Marcos F. G.; Lazer e instituições asilares: Reflexões baseadas na análise dos periódicos A Terceira Idade e Revista Brasileira de Ciências do Esporte (2001-2005). 2007. 46 f. Monografia- Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.
- PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Estado e sociedade na construção de inovações nas políticas sociais de lazer no Brasil. In: MARCELLINO, Nelson C. (org). Políticas Públicas de lazer. Campinas: Alínea, 2008.
- PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Políticas participativas de lazer. Brasília: CNI/SESI, 2006
- PY, Ligia. Testemunhas vivas da história. Rio de Janeiro: Nau, 1999.
- QUINO. Mafalda 2. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- REQUIXA, Renato. Lazer e ação comunitária. São Paulo: SESC, 1973.
- ROMANS, M. Como otimizar a prática educativa. In: ROMANS, M., PETRUS, A.; TRILLA, J. Profissão: educador social. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- SANCHO, Amparo. Introdução ao turismo. São Paulo: Roca, 2001.
- SANDELL, Richard. Museums as agents of social inclusion. In: Museum Management and Curatorship, Vol. 17, No. 4, pp. 401-418, 1998.
- SANTOS FILHO, João. 27 de setembro: dia do Turismólogo – festejar ou organizar? Disponível em <<http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/diaturismologo.html>>. Acesso em 03 ago. 2006.
- SANTOS FILHO, João. Ontologia do turismo: estudos de suas causas primeiras. Caxias do Sul, RS: Educs, 2005.
- SANTOS, João de Almeida. A cidadania hoje. In: Babel – Revista eletrônica. Disponível em: <<http://www.lxxl.pt/babel/biblioteca/cidadania.html>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

- SASSAKI, Romeu Kazumi. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999.
- SCHARFSTEIN, Eloisa A. Intervenção psicossocial. In: PY, Ligia et al. (Org). Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais. Rio de Janeiro: Nau, 2004.
- SILVA, António de S. O Desenvolvimento Local e a Animação Turística. In: PEREIRA, José Dantas Lima; VIEITES, Manuel Francisco; LOPES, Marcelino de Sousa. A animação sociocultural e os desafios do século XXI. [Ponte de Lima]: Intervenção - Associação para Promoção e Divulgação Cultural, 2008.
- SILVA, Josué Pereira. Cidadania e reconhecimento. In: AVRITZER, Leonardo. e DOMINGUES, José. (org.) Teoria Social e Modernidade no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- SOUZA, Flávia Faissal de. Estrutura política excludente, práticas culturais normalizadoras, políticas de alívio à pobreza. In: MARCELLINO, N (org). Lazer e sociedade. Campinas: Alinea, 2008.
- SPOSATI, Aldaiza. Exclusão abaixo da linha do Equador. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/exclusao.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2008.
- TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: afinal, do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- TRILLA, Jaume. Concepto, discurso y universo de la animación sociocultural. In: _____ (coord.). Animación Sociocultural: teorías, programas y ámbitos. Barcelona: Ariel, 1997, p. 13-39.
- URRY, John. O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3 ed. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.
- VIANNA, M. L. T. W. Teoria do Desenvolvimento social. Brasília, 2005 – UniSESI.
- WERNECK, Christianne L. G. A constituição do lazer como um campo de estudos científicos no Brasil: implicações do discurso sobre a cientificidade e autonomia deste campo. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 12, 2000, Balneário Camboriú. Coletânea... Balneário Camboriú: Roca/ Universidade do Vale do Itajaí, 2000, p. 77-88.
- WERNECK, Christianne L. G; ISAYAMA, Hélder F. Lazer, cultura, indústria cultural e consumo. In: WERNECK, Christianne L. G; STOPPA, Edmur A.; ISAYAMA, Hélder F. Lazer e Mercado. Campinas, SP: Papyrus, 2001, p. 45-69.
- WILLIAMS, Christine; BUSWELL, John. Service quality in leisure and tourism. Wallingford. Cambridge: CABI Publishing, 2003.
- ZINGONI, Patrícia. Marco lógico: Uma metodologia de elaboração, gestão e avaliação de projeto social de lazer. In: PINTO, Leila M.S.M. (Org.). Como fazer projetos de lazer: Elaboração, execução e avaliação. Campinas: Papyrus, 2007.